



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
UNIRIO - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
Programa de Pós-Graduação em História

---

**UNIRIO**  
*história*

---

**ALLOFS DANIEL BATISTA**

***ONZE PREFEITOS EM ONZE ANOS:  
O CAMPO POLÍTICO IGUAÇUANO  
NAS PÁGINAS DO CORREIO DA  
LAVOURA (1964-1975).***

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE HISTÓRIA

ALLOFS DANIEL BATISTA

**ONZE PREFEITOS EM ONZE ANOS: O CAMPO POLÍTICO IGUAÇUANO  
NAS PÁGINAS DO CORREIO DA LAVOURA (1964-1975).**

Rio de Janeiro

2014

ALLOFS DANIEL BATISTA

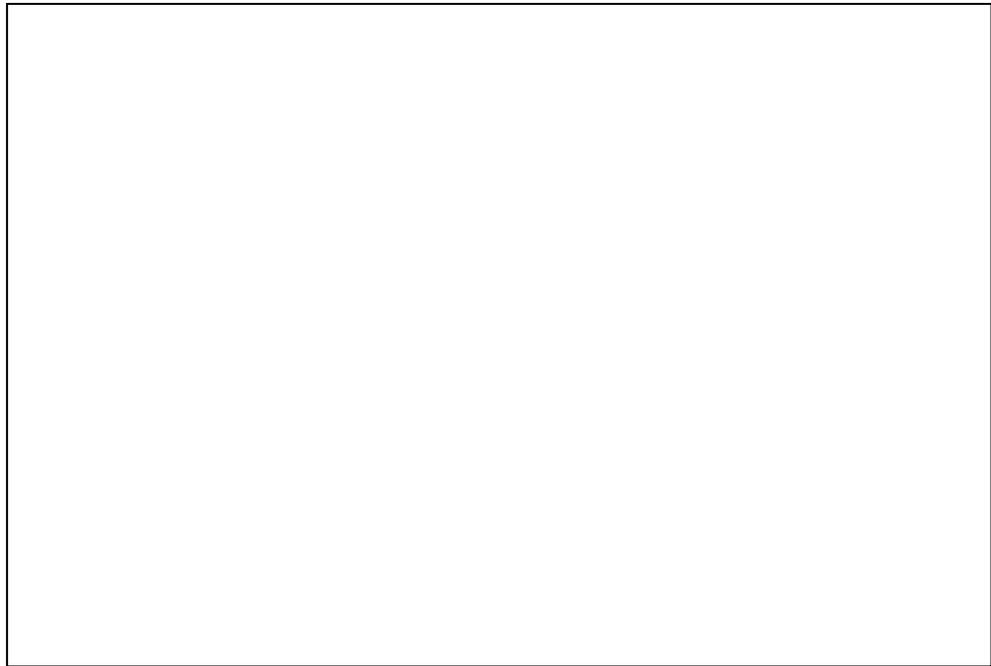
**ONZE PREFEITOS EM ONZE ANOS: O CAMPO POLÍTICO IGUAÇUANO  
NAS PÁGINAS DO CORREIO DA LAVOURA (1964-1975).**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em  
História da Universidade Federal  
Estado do Rio de Janeiro -  
UNIRIO como requisito para a  
obtenção do Grau de Mestre.  
Área de concentração: História  
Social.

Orientador: Prof.º Dr.º VANDERLEI VAZELESK RIBEIRO

Rio de Janeiro  
2014

## Ficha Catalográfica

A large, empty rectangular box with a thin black border, occupying the central portion of the page. It is intended for the user to enter cataloging data.

ALLOFS DANIEL BATISTA

**ONZE PREFEITOS EM ONZE ANOS: O CAMPO POLÍTICO IGUAÇUANO NAS  
PÁGINAS DO CORREIO DA LAVOURA (1964-1975).**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em  
História da Universidade Federal  
Estado do Rio de Janeiro -  
UNIRIO como requisito para a  
obtenção do Grau de Mestre.  
Área de concentração: História  
Social.

Aprovada em 29 de abril de 2014.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.º Dr.º VANDERLEI VAZELESK RIBEIRO (Orientador)  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Departamento de História

---

Prof.ª Dr.ª LÚCIA GRIMBERG  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Departamento de História

---

Prof.ª Dr.ª SURAMA CONDE SÁ PINTO  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Departamento de História e Economia

---

Prof.º Dr.º MARCELO MAGALHÃES  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Departamento de História  
(Suplente)

Rio de Janeiro  
2014

## RESUMO

Aqui será abordada a série de sucessões no cargo de prefeito na cidade de Nova Iguaçu nos anos de 1964 a 1975 tendo por objeto central a cassação de Ary Schiavo eleito em 1966 pelo Movimento Democrático Brasileiro – MDB, partido de oposição ao regime. Seu caso em específico é exemplo de como a instabilidade política local ultrapassava as questões postas pelo bipartidarismo (ser de oposição ou apoio ao governo militar) e que se enraizava em problemas próprios do campo político iguaçuano. Faremos esta abordagem utilizando o jornal *Correio da Lavoura* enquanto fonte privilegiada por sua cobertura do cotidiano político da cidade, jornal que precisa ser enquadrado enquanto difusor e defensor de um discurso democrático, testando os limites deste discurso democrático e legalista no período ditatorial. Ao narrar os acontecimentos políticos, registrando ações dos políticos e tecendo comentários com base em sua linha editorial, o semanário iguaçuano registrou com bastante ênfase e muitos detalhes o caso de cassação em comento. Além do próprio jornal recorreremos a documentos produzidos naquele contexto tanto no município como o “Mandado de Segurança” que o prefeito Ary Schiavo, já cassado, impetrou junto ao juizado da 1ª Vara da Comarca de Nova Iguaçu quanto a documentação referente legislação produzida no regime. Entrevistas também foram produzidas com intuito de enriquecer o conhecimento a respeito daquele período. Este conjunto de fontes é abordado a partir da perspectiva bourdiana de campo político e são instrumentos com os quais pretendemos revelar uma história política iguaçuana até aqui eclipsada, período no qual a cidade sofreu uma série de alterações na chefia do executivo municipal, gerando um total de onze prefeitos em onze anos.

Palavras-chave: Nova Iguaçu, RJ; Baixada Fluminense; Política; Campo político; Ditadura.

## **ABSTRACT**

Here is discussed a series of succession in the office of mayor in the city of Nova Iguaçu in the years 1964 a1975 with the central object forfeiture Ary Schiavo elected in 1966 by the Brazilian Democratic Movement - MDB party, opposition to the regime . Your specific case is an example of how local political instability exceeded the questions posed by bipartisanship (be opposition or support for the military government) and that was rooted in the political field iguaçuano own problems . We will approach this using the Crop Mail newspaper as a preferential source for its coverage of the political life of the city, a newspaper that needs to be framed as protector and defender of democratic discourse, testing the limits of democratic and legalistic discourse dictatorial period. In recounting the political events , recording actions of politicians and commenting based on their editorial line, iguaçuano recorded weekly emphatically and many details the case of forfeiture under discussion . Besides the newspaper itself resorted to "writ of mandamus" which the mayor Ary Schiavo, now revoked, filed with the court of the 1st Court of the District of Nova Iguaçu. The reading of the journal, the injunction and the approach from the perspective of Bourdieu political field are instruments with which we intend to evaluate the iguaçuana political history in the years 1964-1975, during which the city suffered a series of changes in the leadership of municipal executive, generating a total of eleven mayors in eleven years.

Key-words: Nova Iguaçu/RJ; Baixada Fluminense; Polític; Political Field; Dictatorship.

## **DEDICATÓRIA**

A todos que se dedicaram a defender a democracia diante de todas as formas que foram empregadas para que dela não restassem nem a memória e nem a experiência, resistindo das formas possíveis e disponíveis contra as firmes intenções de tornar o autoritarismo o único modo possível de viver e conduzir a sociedade brasileira.

## AGRADECIMENTOS

A LIGHT, por realizar frequentes interrupções no fornecimento de energia elétrica, tornando possível conhecer os efeitos produzidos por uma conjuntura climática que combina alta umidade relativa do ar e altas temperaturas nos longos períodos em que este serviço permanece suspenso.

A CEDAE, por proporcionar um racionamento de água *tão lógico e justificável* a quem vive na cidade onde está situada a maior estação de tratamento e distribuição de água da América Latina (Estação de tratamento do Guandu), causando transtornos para lavar, cozinhar, para o consumo humano e de higiene.

Às operadoras de telefonia fixa e móvel, que com seus planos de cobertura sempre prontos para atender às demandas de uma região com população consumidora potencial tão expressiva insiste em manter-nos incomunicáveis por longos períodos sem nenhuma justificativa técnica.

Às operadoras de internet, por legar à informalidade os serviços pelas quais venceram concorrência pública, desassistindo centenas, talvez milhares de famílias que possuem interesse em usufruir das maravilhas do mundo virtual de maneira regular em pleno século XXI.

À EMLURB, pelo serviço frequente e profissional de coleta dos resíduos. Sua ineficiência só é superada pela capacitação e valorização que deve ser dada aos seus funcionários que habitualmente solicitam “caixinha” para realizar nada além de seu serviço, a coleta de lixo.

Às empresas de transporte urbano pelos momentos que partilhamos em espaços tão reduzidos, abafados e calorentos, nos ônibus municipais e intermunicipais quase sempre em condições precárias de manutenção e conduzidos de maneira cada vez menos zelosa em decorrência da dupla jornada e falta de preparo dos motoristas para a séria atividade desempenhada.

A estes, entre tantos outros serviços públicos da administração direta ou sob concessão pública, que me fazem lembrar os motivos que me levaram a trilhar a pesquisa sobre a política na Baixada Fluminense eu devo minha gratidão.

Mas há outros a quem eu não poderia, sem cometer injustiça, deixar de referir-me no final de mais este processo formativo pelo qual passei. São pessoas de origens diversas e com as quais estabeleço relações díspares, mas que em alguma medida completam minha existência.

Agradeço aos colegas do mestrado. A turma de 2012 do PPGH da UNIRIO passou por algumas experiências interessantes que, se em alguns momentos puseram todos em conflito tenso, em outros e ao final de tudo, ajudaram a construir algumas boas e valiosas amizades e um espírito de coleguismo profissional que é bonito de perceber. Para não ser injusto lembrarei todos os colegas que compunham a linha de “Instituições”, que é a menor parcela de toda a turma: Armando, Carol, Fábio (que é chimango e maragato), Gabriel Cerqueira, Vanessa, Victor, Joice que veio se infiltrando e Thaís que nos abandonou no meio do processo. São ótimos colegas com quem cursei as disciplinas obrigatórias. Do “povo da cultura” não poderia elencar todos e, por isto, sem desmerecer aos demais colegas, farei menção honrosa a minha “zeroum”. A pessoa mais pilhada de toda a Roma Antiga, Débora Casanova. Sua dedicação ao trabalho, à pesquisa e ao *Augusto* fazem qualquer mortal pensar que deveria fazer mais!

Mantendo a referencia ao mundo acadêmico torno a reforçar agradecimentos já prestados anteriormente, mas que a gratidão nos força a reiterar, a todos os professores que contribuíram com minha trajetória universitária. Agregando-se ao corpo docente do Instituto Multidisciplinar, que me fizeram querer mais ser historiador, somam-se alguns professores com quem estabeleci ótima relação na UNIRIO; Alexandre Fortes, Álvaro Nascimento, Jean Sales, Roberto Guedes, Marcelo Basile, Marcos Caldas, Lúcia Helena, Mirian Coser, Ricardo Salles, Pedro Marinho, Marta Almeida, Lúcia Grimberg, Cláudia Santos foram importantes de formas diferentes neste processo. Mas especialmente, neste momento, agradeço a Surama Conde Sá Pinto que tem sido uma pessoa com quem desenvolvo um projeto editorial há quase quatro anos e a quem tenho, mais uma vez, a oportunidade de ouvir em uma banca.

Ao professor Vanderlei Vazelesk Ribeiro eu venho não apenas agradecer pelos telefonemas, nunca inferiores aos trinta minutos de duração e nem sempre restritos aos temas de pesquisa, mas a sua generosidade e a sua capacidade de apresentar a versão pragmática das coisas no mundo acadêmico. Além de ser um exemplo de que limites são construções erigidas por nós mesmos, ele também proporcionou a oportunidade de estreitar os laços que já existiam desde a sua passagem pela Rural de Nova Iguaçu, laços que desejo firmemente que não sejam desfeitos após esta aventura que foi o mestrado.

Meus companheiros de graduação, constituídos em amigos, passaram a participar da minha vida de forma cada vez maior no campo pessoal do que no profissional. Quantos dos meus veteranos, mesmo mais jovens do que eu, eu pude perceber o amadurecimento como Nelson Ferreira, Claudielle, Vinícius, Live, Ariane, Tati, Felipe, Filipe, Juliana, e com certo destaque Gabriel do Nascimento, com quem tanto tive o que trocar nos últimos tempos. O coleguismo de turma que virou amizade com Amanda Scott, Guilherme “Zapata”, Alexandre Alamino, Léo Kagalho. Há os que não são da turma, a quem chamei de *bichos* quando os recebi na Rural, mas que passaram a integrar um grupo de pessoas que se tornaram relevantes para mim como Matheus Topini, Yuri Alves, Carolina Bittencourt, Ismael, Pedro Negrão, Ricardo Mineiro, entre tantos de quem seria difícil elencar aqui.

Nesta jornada um grupo se destaca por aceitar ainda outra aventura, os membros da revista CAHistória. Todos os integrantes, alguns já citados anteriormente: Adriano dos Santos Moraes, Deborah Aguiar Torres, Daiane de Oliveira Rocha, Guilherme dos Santos Cabral de Oliveira, Marcelo Inácio de Oliveira Alves, Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre, Ricardo Luiz de Souza e as caçulas da equipe, Amanda Scott e Carolina Bittencourt. Um grupo de pessoas com quem foi possível consolidar um belo projeto de revista de estudante feita para os estudantes publicarem suas primeiras linhas, generosamente coordenado pela professora Surama. O amadurecimento profissional de todos se verifica com a crescente participação destes nos diversos programas de pós-graduação do Rio de Janeiro.

Outro conjunto de pessoas fortemente influentes nesta jornada foi o Grupo de Estudos Históricos da Baixada Fluminense, que tive o prazer de participar na fundação em fevereiro do ano de 2013, juntamente de Álvaro Pereira do Nascimento, Gabriel do Nascimento, Amália Dias, Nielson Bezerra, Daniela Cavalheiro, Moisés Peixoto, Rubens Machado, Carlos Eduardo Costa, Natália, Live França, Adriana Serafim, Adriano dos Santos, Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre e Denise Vieira Demétrio. O GEHBAF tem muito para crescer e a contribuir com os estudos históricos desta região nas diversas temporalidades que o grupo abrange.

Das pessoas a quem devo agradecer existem ainda dois amigos que merecem especial relevo, pois foi com especial atenção que eles sempre me trataram, me adotando por irmão mais velho. Adriano dos Santos Moraes e Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre contribuíram de tantas formas nos últimos anos que o sentimento de carinho não permite que eu lhes poupe agradecimentos por sua amizade, apesar de eu

sempre estar arrastando eles em minhas loucas aventuras acadêmicas – e não foram poucas as atividades em que nos metemos juntos no tempo que nos conhecemos.

Fora da academia há uma vida e um monte de amigos que ela me deu. Nos últimos anos eu não pude estar presente em diversas de suas conquistas e dificuldades. Mas via internet, telefone ou através do boca-a-boca, foi possível tomar parte de suas vidas e mesmo de gozar alguns momentos, ainda que corridos, juntos. Espero poder privar mais momentos felizes com todos sem distinção.

Minha família, a quem devo tudo que sou, teve de mim menos do que o devido e o mais pesado por todas as minhas faltas e ausências. Meu pai, que a distancia física entre os estados (RJ-RN) que vivemos não me deixa gozar da convivência diária, mas de quem eu recebo diversas inspirações do modo de vida quase estoico e da retidão de caráter. Socorro, que me dá a tranquilidade de ter alguém olhando pelo meu velhinho teimoso e cuidando de minha irmã, Ava. Minha mãe, que além de todas as qualidades de uma mãe tem sido uma importante companheira para mim e para minha esposa durante as confecções de nossas pesquisas e redação da tese e dissertação que empreendemos no último ano, dando suporte na criação dos meninos. Minha cunhada Thárcia, que este ano me dará a alegria de ser titio e ao meu irmão Djeison o prazer de ser papai. Meus meninos, Danton e Angelo, que cresceram aprendendo a esperar a mãe a terminar um texto e o pai a concluir mais um trabalho antes que pudéssemos definitivamente ir brincar. Que pacientemente, ou não, tem observado os pais numa corrida louca contra o tempo e contra as adversidades cotidianas. Denise, que no meio deste turbilhão, de um sem número de aborrecimentos e dificuldades de tantas ordens diferentes, tem sido companheira, amiga, amante e colega de profissão. Eu os amo muito! Obrigado!

## LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

<b>Quadro 1: Composição das diretorias dos diretórios municipais (ARENA e MDB) em 1966.</b>	54
<b>Quadro 2: Candidaturas da ARENA para Campanha eleitoral de 1966.</b>	56
<b>Quadro 3: Candidaturas do MDB para Campanha eleitoral de 1966</b>	57
<b>Quadro 4: Filiação partidária dos políticos iguaçuanos no multipartidarismo e no bipartidarismo - 1962/1966.</b>	59
<b>Quadro 5: Carreiras, segundo a quantidade de mandatos exercidos.</b>	72
<b>Quadro 6: Carreiras, segundo os partidos e tempo de atuação no exercício de mandatos.</b>	73
<b>Quadro 7: Prefeitos nomeados em Duque de Caxias no período da Área de Interesse da Segurança Nacional: 1971-1985.</b>	91
<b>Gráfico 1 : Votação dos candidatos a Prefeito de Nova Iguaçu – 1966.</b>	55

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ACINI – Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu

ANA – Arquivo Nei Alberto

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CEB's – Comunidades Eclesiásticas de Base

CEDIM – Centro de Documentação do Instituto Multidisciplinar – UFRRJ/NI

CL – Correio da Lavoura

CMNI – Câmara Municipal de Nova Iguaçu

EB – Exército do Brasil

MAB – Movimento de Amigos de Bairro de Nova Iguaçu

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PCB – Partido Comunista do Brasil

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrata Trabalhista

PMNI – Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu

PSD – Partido Social Democrata

PST – Partido Social Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

1 – Introdução .....	16
2 – A Baixada Fluminense na ditadura.....	23
2.1 - Baixada Fluminense e a ditadura.....	27
2.2 - A Baixada Fluminense na Ditadura: Historiografia em processo.....	31
3 – Onze prefeitos em onze anos: das vitórias do MDB a hegemonia arenista – 1964/1975.....	40
3.1 – Nova Iguaçu em <i>estado de alerta</i> : o golpe de 1964.....	40
3.2 – Aloízio Pinto de Barros: processo de afastamento, cassação, a 1ª intervenção federal.....	47
3.3 - 1966: a primeira consulta às urnas no bipartidarismo.....	53
3.4 - Um interventor prepara a vitória da ARENA.....	63
4 – Nova Iguaçu: apontamentos de um campo político (1960-1975).....	67
4.1 – Por uma história política Fluminense.....	69
4.2 – Política como vocação.....	74
4.3 – Atuação política em Nova Iguaçu.....	82
5 – Educação e política nas páginas do Correio da Lavoura: um periódico e a democracia possível no regime autoritário.....	96
5.1 – O Correio da Lavoura: <i>saúde, instrução e produção</i> .....	96
5.2 – O discurso da educação encontra a democracia: produção jornalística em transição.....	103
5.3 – O Correio da Lavoura e Ary Schiavo: Antes das eleições de 1966.....	110
5.4 – O Correio da Lavoura e Ary Schiavo: Após as eleições de 1966.....	115
5.5 – O Correio da Lavoura e Ary Schiavo: O fim de um projeto democrático no campo político iguaçuano.....	119

6 – Considerações finais.....	126
7 – Referências.....	130
8 – Apêndice A: Dicionário Histórico-Biográfico de Nova Iguaçu.....	141

## 1. INTRODUÇÃO

Dos cento e vinte e cinco anos transcorridos desde a proclamação da República no Brasil até os nossos dias podemos contar pouco tempo de exercício democrático tão ampliado como o período em que vivemos atualmente. Se o critério tomado for o voto, por exemplo, o período de maior acesso a este direito de cidadania é o que vivemos, ou seja, os 25 anos desde 1989, quando tornamos a eleger diretamente os presidentes da república.

A república no Brasil esteve sob duas ditaduras: uma primeira ditadura conhecida como *Era Vargas*, num contexto em que muitos direitos civis ganharam visibilidade, como os trabalhistas, mas também é aquele em que ao longo de seus 15 anos de duração, de 1930 a 1945, se constituíram alguns aparatos repressivos que puderam ser instrumentalizados e tornados mais eficientes com o passar dos anos e a civil-militar, que se iniciou em 1964 e durou até 1985, e que será nosso objeto de exposição.

É cada vez maior o interesse de pesquisadores e da sociedade em geral debater os desdobramentos dos regimes ditatoriais em nossa sociedade e os anos do regime militar estabelecido a partir do golpe de 1964, sem dúvida, é o período de nossa história recente que maior destaque vem recebendo. Fazendo uma pequena contextualização iremos focar no impacto deste regime na vida política da cidade de Nova Iguaçu, na região da Baixada Fluminense. Este será o objeto deste trabalho.

Seria possível a nação brasileira ser dominada em poucos dias, praticamente sem nenhum sinal de resistência, por um golpe militar? Quais os motivos que conduziram a isto? Em nossos dias seria isso possível? Em 1964, era mais provável?

Estas e outras questões geraram e ainda geram muitas controvérsias. A historiografia já avançou em muitas pesquisas sobre fontes as mais variadas. Uma constatação parece não ser mais ponto de contestação; o militares contaram com apoio da sociedade civil organizada, não apenas a brasileira como de estrangeira. E não é somente de *Operação Brother Sam*<sup>1</sup> (que foi um planejamento das forças armadas dos EUA para apoiar o exército brasileiro em caso de resistência armada ao golpe de 1964) que se fala. Empresas nacionais e transnacionais, empresários, acadêmicos, membros da igreja católica e laicos, instituições de pesquisa, muitos foram os que estiveram

---

<sup>1</sup> FICO, Carlos. O Grande Irmão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

envolvidos em atividades juntamente aos militares para preparar o terreno da opinião pública para um golpe político no contexto pré-1964<sup>2</sup>.

Entre as estratégias, a veiculação na mídia de campanha anticomunista e de crise econômica, com contornos mais graves e alarmantes da conjuntura econômica e política brasileira do que os índices realistas poderiam indicar. Desestabilização política através de *cooptação*, com apoio financeiro a campanhas de parcela significativa, tanto de políticos dos poderes executivos estaduais e municipais como dos parlamentares das duas casas legislativas federais e das diversas câmaras no país. Com este conjunto de fatores ao longo do governo de João Goulart, o Brasil pode sentir uma onda de tensão social, acirramento de ânimos políticos e sociais com grandes greves, movimentos camponeses, exposição de questões políticas com ênfase nos grandes veículos de mídia da época – principalmente jornais de circulação nacional como *O Globo* e *Folha de São Paulo*. Somados estes fatores a um forte traço autoritário na cultura política brasileira não fica complicado compreender como foi possível que os militares alcançassem o poder. Mas devemos entender que somente com apoio desses grupos de forte influência econômica e de opinião pública foi possível alcançar e manterem-se no poder por vinte e um anos seguidos.

Primeiramente precisamos compreender que o nosso Estado era diferente do que é hoje. No período entre 1960 e 1975 a cidade do Rio de Janeiro, ex-capital federal assumiu o papel de Estado na federação brasileira, chamando-se Estado da Guanabara. No mesmo período o Estado do Rio de Janeiro era governado pela cidade de Niterói, sua capital de então. Era composto por toda a área do atual ente da federação com exceção do município do Rio de Janeiro.

Isto significa que a Baixada Fluminense responderia politicamente ao governador do Rio de Janeiro. No entanto, em decorrência de condicionantes geográficos, históricos, econômicos e sociais ficaria muito ligado ao Estado da Guanabara, local onde a maior parte de seu contingente populacional estava empregado, atuando nas indústrias e na construção civil carioca, por exemplo.

O Estado da Guanabara exerceria grande poder político sobre a Baixada Fluminense por dois fatores; primeiro, era a ex-capital federal, com uma forte atividade política desenvolvida desde os tempos coloniais, sendo por isso reconhecida como caixa de ressonância da política brasileira; segundo, era o centro de poder militar dos três

---

<sup>2</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

ministérios das forças armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica, contendo seus centros de comando nacional. Para explicitar isso podemos recorrer ao fato de que a Baixada sofria forte vigilância a partir *Vila Militar de Deodoro*. O complexo militar formado por diversos quartéis do Exército do Brasil (EB) valia-se da proximidade estratégica deste com as cidades da Baixada Fluminense, onde estende ainda hoje sua abrangência de atuação na região que marcava as divisas do território guanabarina com o fluminense. Como poderemos observar a proximidade física e política entre a Baixada e o Estado da Guanabara e, sobre tudo, a proximidade de políticos da baixada com militares da Vila Militar, exercerá forte influência na região.

O governador do antigo Estado do Rio de Janeiro, a época do golpe, era Bagder da Silveira. Este foi logo afastado do cargo num contexto envolvendo pedido de demissão do secretariado de seu governo e um afastamento, sendo sucedido pelo Capitão Paulo Torres. No governo da Guanabara estava o undenista Carlos Lacerda, entusiasta do golpe militar como meio de alcançar seus objetivos políticos pessoais de se tornar presidente do Brasil, no que logo foi decepcionado. Neste contexto é que se perceberá a montagem da chamada *máquina política chaguista*<sup>3</sup> no Rio de Janeiro.

Apenas com esta perspectiva panorâmica podemos inferir que a vida política do período era efervescente. Os militares foram moldando aos poucos, através de uma legislação de exceção, como é o caso dos chamados Atos Institucionais que moldaram o aparelho estatal brasileiro. Governantes e prefeitos das capitais e demais cidades consideradas Áreas de Segurança Nacional - como Duque de Caxias - seriam indicados pelos presidentes-generais, deixando muitas cidades sem vida eleitoral para o executivo.

Em 1965, com a decretação do segundo *Ato Institucional*, o país passou a contar com um sistema partidário de apenas dois partidos políticos – Aliança Renovadora Nacional – ARENA, grosso modo identificado enquanto partido do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, que encerrava em suas fileiras parte da oposição ao regime que podia ser chamada de *legalista*, diferenciando-se daqueles que fizeram a opção pela *luta armada* por exemplo.

Desde abril de 1964 diversos políticos, servidores públicos, militares e militantes haviam sido perseguidos, tendo seus direitos políticos cassados pelo comando revolucionário numa operação chamada de *expurgo*. Em 1968 o expurgo ganhou um

---

<sup>3</sup> DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

novo aliado, pois o Ato Institucional nº05 garantia ao regime um endurecimento ainda maior da repressão aos seus opositores.

Com esta conjuntura político-institucional devemos considerar que na Baixada Fluminense, em 1964, existiam cinco municípios para efeito de nossas análises. Em ordem alfabética. Duque de Caxias, Nilópolis, Magé, Nova Iguaçu e São João do Meriti.

Para cada uma dessas cidades na Baixada Fluminense seria necessário produzir uma série de estudos específicos para o período do regime militar. Uma historiografia renovada vem surgindo sobre este tema, mesmo que ainda com pouco diálogo entre si. Para atingir este objetivo seria preciso desenvolver espaços de discussão desta produção e fomentar a sua circulação, assunto no qual pretendemos nos debruçar adiante.

O caso de Nova Iguaçu é, para nós, o mais curioso e instigante. Cidade com aproximadamente meio milhão de habitantes na época do golpe, com indústrias, comércio e serviços em desenvolvimento franco, Nova Iguaçu alcançou uma marca considerável nos anos do regime militar.

Avaliando os vinte e um anos de 1964 a 1985 a prefeitura da cidade recebeu 15 prefeitos, o que já seria uma média consideravelmente alta de um prefeito a cada 16,8 meses. Tomando por recorte os anos de 1964 a 1975 serão 12 prefeitos em 11 anos. Mas se pesquisarmos um pouco mais detalhadamente poderemos observar que deste total nove passaram pela prefeitura apenas nos cinco primeiros anos do regime civil-militar. Ou seja, nos anos iniciais do regime houve uma alternância mais intensa no cargo de executivo municipal, o que se reduziu até o final do período até alcançar a estabilidade através de sucessão eleitoral em 1977.

1 Aluizio Pinto de Barros 31/01/1963 - **26/08/1964** Eleito PTB

**2 João Luiz do Nascimento** 27/08/1964 - 14/09/1966 Vice Prefeito PSD/ARENA

3 José de Lima 15/09/1966 - 16/10/1966 Presidente da Câmara ARENA

4 Joaquim de Freitas 17/10/1966 - 30/01/1967 Interventor ARENA

5 Ary Schiavo 31/01/1967 - 09/07/1967 Eleito MDB

6 Antônio J. Machado 10/07/1967 - 14/08/1967 Vice Prefeito MDB

7 José Nain Fares 15/08/1967 - 13/11/1967 Presidente da Câmara ARENA

8 Antônio J. Machado 14/11/1967 - 16/10/1968 Vice Prefeito MDB/ARENA

9 Nagi Almawy 17/10/1968 - 24/02/1969 Presidente da Câmara MDB

10 João Ruy de Queiroz Pinheiro 25/02/1969 - 31/01/1971 Interventor ARENA

11 Bolivard Gomes de Assumpção 31/01/1971 - 30/01/1973 Eleito ARENA

12 Joaquim de Freitas 31/01/1973 - 20/10/1975 Eleito ARENA

13 João Batista B. Lubanco 21/10/1975 - 31/01/1977 Vice Prefeito ARENA

**14 João Ruy de Queiroz Pinheiro** 01/02/1977 - 31/01/1983 Eleito ARENA/PDS

15 Paulo Antônio Leone Neto 01/02/1983 – 1985 Eleito PDT

Nossa hipótese é que o golpe militar abriu a possibilidade, no âmbito local, de disputas políticas mal resolvidas no contexto democrático tornarem-se mais voláteis, provocando acirramento pelo poder entre atores políticos iguaçuanos insatisfeitos com o resultado eleitoral até ali obtido. Aquilo que ficava sob a forma de conflitos latentes no contexto de democrático, sob o estado de direito vivido desde 1946 até o golpe, tornava-se passível de outras medidas em um estado de exceção como aquele em que o país ingressava em abril de 1964. Ao passo que o regime civil-militar foi se estabelecendo, moldando o arcabouço institucional e, no limite mesmo, interferindo através das intervenções para reposicionar a cidade nas mãos de personalidades ligadas ao regime e seu partido, poderemos verificar o retorno a uma rotina política menos volátil e mais contida nos limites institucionais formais.

Esta disputa pelo poder local num contexto em que os políticos de Nova Iguaçu, cidade do antigo Estado do Rio de Janeiro até a fusão em 1975, buscaram atingir objetivos até então represados pelos limites políticos formais é o que pretendemos abordar nesta dissertação.

Apresentamos nossa pesquisa em quatro capítulos, que seguem a seguinte configuração: a) uma abordagem do estado da arte, buscando identificar os pesquisadores que estudam ou já estudaram a região da Baixada Fluminense neste mesmo contexto histórico; b) a descrição narrativa dos eventos políticos que ocorreram no período compreendido entre o golpe em 1964 e a posse do décimo primeiro político à frente da prefeitura de Nova Iguaçu em 1975, levando em consideração que desconhecendo tais eventos políticos se torna inviável sua compreensão; c) o campo político iguaçuano é complexo e dinâmico, como o de qualquer sociedade, devido a esta complexidade buscaremos aqui apresentar alguns de seus aspectos e de suas personagens no período em tela; d) constitui nossa principal fonte o periódico local *Correio da Lavoura*, que passou a ser em parte também nosso objeto quando verificamos que o posicionamento político de seus editores e colaboradores possui intenção de interferir no processo político em curso na cidade de Nova Iguaçu e guarda relação estreita com um dado projeto político.

Conforme já aludido a fonte jornalística é nossa principal fonte de pesquisa. O Correio da Lavoura não apenas produziu uma ampla cobertura dos acontecimentos políticos deste período sob estudo como também foi o veículo de informação com a responsabilidade de publicar os atos do executivo e do legislativo municipal. Isto proporcionou o acesso a informações políticas tanto de cunho jornalístico como de foro administrativo, facilitando sobremaneira que pudéssemos conhecer ações tanto do poder público como de seus representantes através de um mesmo conjunto documental.

Além deste acervo produziram-se algumas entrevistas a partir das quais se buscou compreender as ações de personagens entrevistados e conhecer mais detalhes sobre a vida política de um momento histórico iguaçuano pouco conhecido, e esparsamente documentado. Tais entrevistas, umas gravadas e outras apenas cedidas em conversações informais colaboraram sobremaneira para que pudéssemos conhecer algumas personagens e fatos daquele período.

As memórias produzidas nestes contatos puderam ser avaliadas a partir de uma perspectiva crítica, conforme nos orientou Michael Pollak em seus textos clássicos sobre o tema<sup>4</sup>. Assim como a verificação das fontes escritas se pautaram pela busca de uma perspectiva bourdiana, apontando para o mundo político como um dos campos sociais possíveis<sup>5</sup>.

Desta forma o Campo Político iguaçuano foi sendo descortinado a partir das fontes elencadas e de nosso interesse em compreender como uma cidade pode receber onze homens a frente de sua prefeitura em apenas onze anos?

Mas também surgiram questões pontuais, como no caso do periódico Correio da Lavoura, que verificamos ter assumido uma “campanha democrática” mesmo um período tão conturbado e de tantos riscos a serem assumidos pela expressão de suas opiniões.

Verificamos ainda, de maneira tão firme que nos causou diversas dificuldades, que a política iguaçuana, assim como os seus políticos, não possua um registro sistemático de sua história. Esta dificuldade foi um dos maiores desafios desta pesquisa e esperamos que com ela possamos ter colaborado de alguma forma para a ampliação do conhecimento a respeito desta cidade. De maneira que buscamos minimamente

---

<sup>4</sup> Ver POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: v.5, n.10, p200-212. CPDOC/FGV. 1992. e “Memória, esquecimento, silêncio”. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: v.2, n.3, p.3-15. CPDOC/FGV 1989.

<sup>5</sup> BOURDIEU, Pierre, “O Campo Político.” in Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília: Jan/Jun; 2011. pp 193-216.

compreender algumas questões como: Quem foi o político iguaçuano? Qual sua origem social, regional e profissional? Quais os meios de acesso e como se deu a construção de uma carreira política em Nova Iguaçu? Quais os horizontes políticos oferecidos ou, ao contrário, como se dava a retirada da vida pública em alguma oportunidade?

Pro fim nosso motor para este trabalho foi a percepção de que uma série numerosa de prefeitos num curto espaço de tempo deve ser considerada algo curioso e merece ser investigado. No entanto, percebemos que a história política de Nova Iguaçu não constitui um ponto isolado, e que compreender os acontecimentos políticos iguaçuanos contribui para percebermos quão complexas foram as relações políticas no contexto que sobreveio ao golpe de 1964.

## 2. A BAIXADA FLUMINENSE NA DITADURA

Por que motivos uma cidade passa pela alteração de chefe do executivo por onze vezes, num período de onze anos apenas?

Esta é a questão que causou grande incomodo desde o primeiro contato com este dado através de nossas pesquisas ainda enquanto estudante bolsista de iniciação científica na Licenciatura em História.

Conforme buscávamos nos aprofundar na questão novos problemas puseram-se entre nós e a questão inicial. Era preciso buscar informações sobre a cidade, a sociedade que a constituía, o sistema político que vigia e sobre o contexto histórico nacional. Logo foi posto que o objeto se dividisse sobre duas buscas: a) compreender a região da Baixada Fluminense, onde está situada Nova Iguaçu; b) conhecer o regime político instaurado em 1964.

Com o avanço de nossos estudos, o amadurecimento das pesquisas sobre ambos os temas e de nossos pressupostos historiográficos, o esboço inicial ganhou contorno e o objeto foi ficando mais nítido. Tratava-se de pesquisar a história política da baixada fluminense nos anos da ditadura militar, mais especificamente *o campo político<sup>6</sup> iguaçuano nos primeiros onze anos do Regime através das páginas do periódico local, Correio da Lavoura.*

O golpe de 1964, bem como o regime autoritário instaurado desde então e o processo histórico desenrolado daí até a chamada *abertura política* ou *redemocratização*, são objeto de inúmeras controvérsias em âmbito nacional. Oposições políticas, opiniões públicas, construções e disputas de memória também permeiam o espaço de pesquisas acadêmicas no âmbito das ciências humanas. No que tange à disciplina histórica, incontáveis trabalhos são produzidos todos os anos em nosso país, nos cursos de graduação e pós-graduação em História.

As pesquisas que vem se desenvolvendo entorno do tema possuem abordagens diversas, e variam desde o recorte cronológico e fontes até a metodologia e fundamentações teóricas que orientam estes trabalhos. E não é difícil compreender o que impulsiona as investigações deste tema de nossa história recente, posto que o

---

<sup>6</sup> Campo político tomado então como um campo autônomo, que apesar de estar contingenciado por demais aspectos da vida em sociedade tais como cultura e economia, não é por aqueles determinado, ou seja, possui sua própria lógica de funcionamento. Sobre o conceito de Campo, entre outros, ver BOURDIEU, Pierre, "O Campo Científico." in ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu – Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983, sobre o campo político ver BOURDIEU, Pierre, "O Campo Político." in Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília: Jan/Jun; 2011. pp 193-216.

mesmo guarde em si questões ainda candentes no cenário social e político brasileiro, como pudemos verificar ao menos nas últimas três eleições presidenciais, para destacar apenas este aspecto.

Sob o prisma dos recortes espaciais notamos que o aspecto privilegiado não são as interpretações a partir de análises regionais, cabendo registro que desde as primeiras pesquisas o objetivo sempre foi a produção de sínteses nacionais, explicando o golpe, seus antecedentes e desdobramentos na sociedade brasileira como um todo<sup>7</sup>.

Depois das sínteses vieram as leituras fracionadas, fechadas em aspectos tais como a ação daqueles que atuavam na luta armada, nas forças armadas, na política institucional, empresariado ou membros das várias formas de manifestações sociais como o novo sindicalismo ou pautada na ação de grupos como é o caso das feministas ou do movimento negro, por exemplo.

Entre outros fatores podemos inferir que a diversidade destes estudos reflete em parte a expansão do campo disciplinar da História em nosso país<sup>8</sup>. Como reflexo do amadurecimento do ofício de historiador no Brasil seria natural, sobretudo com as expansões universitárias e o crescimento dos programas de pós-graduação brasileiros, uma dilatação de seus objetos, seu desenvolvimento e diversificação da produção.

Os estudos sobre os anos do regime militar beneficiaram-se, como de resto todas as pesquisas, de todo um processo de transformação no campo disciplinar que se desenvolveu ao longo dos anos 1970 e 1980. Durante essas décadas, que foram conhecidas como “tempo de incerteza” e de “crise epistemológica”, foi promovido um grande debate entorno dos principais paradigmas historiográficos (marxista, estruturalista, funcionalista). Nesta conjuntura muitos foram os questionamentos entorno dos pressupostos historiográficos<sup>9</sup>.

A Nova História recebeu diversas críticas. No interior da chamada História Social verificou-se uma série de transformações, como é o caso da história cultural que

---

<sup>7</sup> Ainda nos anos 1960 houve tentativas de entender ou explicar o golpe de 1964. Exemplo deste esforço de produção de sínteses são as obras de IANNINI, Otavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

<sup>8</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício – a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro, FGV, 2013.

<sup>9</sup> D'ASSUNÇÃO BARROS, José. AS CRISES RECENTES DA HISTORIOGRAFIA. *Dialogos - Revista do Departamento de Historia e do Programa de Pós-Graduação em História*, vol. 14, núm. 1, 2010, pp. 133-158.

segundo Roger Chartier, propunha-se a passar da História social da cultura para uma História cultural do social<sup>10</sup>, aquilo que passou a ser chamado de História Cultural.

Ao mesmo tempo verificava-se na historiografia francesa, o que viria a se refletir no Brasil alguns anos adiante, o fortalecimento dos estudos de História Política sob uma renovação, que nas palavras de René Rémond, “foi provocada, suscitada, pela rediscussão dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais.”<sup>11</sup>.

Dentro deste quadro de renovação alguns conceitos merecem ser destacados para o atual sucesso dos estudos sobre o regime militar no Brasil. Entre eles a noção de história do tempo presente, a discussão da memória e história, a cultura política e a experiência de classe, aqui relacionados sem nenhum tipo de hierarquização, merecem ser citados. Do mesmo modo que o ingresso de novos conceitos e movimentos historiográficos a diversificação das fontes que passaram a integrar a oficina do historiador como jornais, revistas, charges, fotografia e entrevistas, este último levando ao crescente recurso à metodologia da História Oral em nosso país, colaborou para completar o quadro de transformação que a historiografia brasileira sentiu e que os estudos referentes aos anos do regime militar puderam aproveitar para seu próprio crescimento.

Citando Barros, no que se refere ao contexto de crise historiográfica;

“(…) a crise pode ser vista como ocasião de crescimento, que conduzirá a novas situações de equilíbrio e prosperidade.(…)

As crises na história – das de baixo impacto às de alto impacto, das fugazes às de longa duração, das que trazem decadência às que permitem crescimento, das que perturbam às que autorregulam, das que são geradas por dentro às que vêm de fora – podem ser pensadas, em um plano mais alto, como partes importantes desta complexa história da historiografia.<sup>12</sup>”

Assim podemos concluir que a historiografia voltada ao período da ditadura beneficiou-se, como brevemente expusemos, dos avanços que a própria disciplina histórica experimentou no quartel final do século vinte, fazendo-se sentir com maior expressividade em nosso país na segunda metade dos anos 1990 até os dias atuais.

<sup>10</sup> SILVA, Helenice Rodrigues. Roger Chartier. In.: LOPES, Marcos Antônio e MUNHOZ, Sidnei J..(orgs.). *Historiadores de nosso tempo*. São Paulo: Alameda, 2010.

<sup>11</sup> RÉMOND, René. *Uma História Presente*. In.: RÉMOND, René.(Org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p26.

<sup>12</sup> D'ASSUNÇÃO BARROS, Op. Cit..

Em relação a crescente produção historiográfica sobre o regime Carlos Fico já ressaltava estas mudanças ocorridas no âmbito das pesquisas, a dilatação dos temas e a ruptura com velhas interpretações, quando das efemérides de 2004, momento em que ele destacou os seguintes avanços:

“Nesse sentido, tem sido destacado o pequeno apreço dos principais atores históricos do período do golpe de 64 pela democracia (inclusive a esquerda); o “deslocamento de sentido”, operado sobretudo após a Campanha da Anistia, relativo às esquerdas revolucionárias que foram para a luta armada, outrora apresentadas como integrantes da resistência democrática; o perfil vacilante, a inabilidade e o possível golpismo de João Goulart, diferentemente do mito do presidente reformista vitimado por reacionários, e assim por diante. Ao mesmo tempo, clichês sobre o golpe de 64, os militares e o regime também vão sendo abandonados, como a ideia de que só após 1968 houve tortura e censura; a suposição de que os oficiais-generais não tinham responsabilidade pela tortura e o assassinato político, a impressão de que as diversas instâncias da repressão formavam um todo homogêneo e articulado, a classificação simplista dos militares em “duros” ou “moderados” etc. **Por tudo isso, podemos falar de uma nova fase da produção histórica sobre o período.**”<sup>13</sup> [ Os grifos nossos].

Notamos, além da abordagem destes aspectos mencionados por Fico, uma concentração destes estudos em grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Algumas regiões fora deste eixo, por assim dizer, foram mais largamente investigadas como no caso do *Congresso de Ibiúna* ou da *Guerrilha do Araguaia*, mas não eram investigações sobre o reflexo da ditadura em Ibiúna ou sobre a região amazônica que estavam em questão e sim o acontecimento de eventos que conduziam de volta ao processo desenrolado nos centros urbanos e de tomada de decisões.

A investigação da interação entre a ditadura e seus desdobramentos políticos com as cidades e regiões fora dos grandes centros brasileiros, parece-nos receber alguma contribuição no Rio Grande do Sul<sup>14</sup> e São Paulo<sup>15</sup>, mas grandes regiões periféricas, como é o caso da Baixada Fluminense, carecem ainda de uma ampliação nas investigações, ou pelo menos de uma melhor sistematização dos estudos que já existam.

<sup>13</sup> FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 - 2004

<sup>14</sup> DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. Os militantes da Ação Popular (AP) e o Movimento Operário no Rio Grande do Sul – 1967-1971. Revista Latino-Americana de História, v. 1, p. 367-378, 2012.

<sup>15</sup> [AMORIM, Maria Aparecida Blaz Vasques](#). No interior... Ditadura militar e ensino superior (FAFI / UNESP): memórias sobre a intervenção na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, São Paulo.

## 2.1 – Baixada Fluminense e a ditadura

Neste contexto de “nova fase da produção histórica sobre o período” uma questão ficou cada vez mais urgente para nós: O que temos sobre a História da Baixada Fluminense para os anos desde o golpe de 1964 até a redemocratização? Com que produção regional ou local nós poderíamos dialogar ao iniciar nossas pesquisas sobre o período na região?

A marginalização para a qual a Baixada Fluminense tem sido sempre relegada em termos sociais e de abrangência das políticas públicas foi também, durante muito tempo, realidade em relação à sua historiografia. E o período da ditadura não constituiu exceção.

Recentemente a região passou a integrar um circuito acadêmico mais ativo e produtivo, o que se consolidou com a chegada de *campi* universitários de instituições públicas de ensino superior, um em Duque de Caxias<sup>16</sup> e outro em Nova Iguaçu<sup>17</sup>, ampliando gradualmente os espaços de circulação e debate de sua produção historiográfica.

A dispersão das fontes, a insuficiência de arquivos públicos<sup>18</sup> na região, somados a pequena circulação do conhecimento produzido nas universidades e centros de pesquisa tornaram a investigação sobre o período ditatorial na Baixada Fluminense bastante árida. Um iniciante obteria poucos dados que contribuíssem com o avanço em suas pesquisas. Dificuldade que foi compartilhada por vários jovens pesquisadores, como agora se sabe através das dissertações e teses que iremos abordar adiante.

Neste momento percebemos que é significativo o crescimento, que vem se verificando nos últimos anos, de pesquisas voltadas para esta região. A produção regional que já podia ser verificada a partir de grupos de pesquisadores diletantes e instituições da baixada desde os anos 1960, como Instituto Histórico e Geográfico de

---

<sup>16</sup> Faculdade de Educação da Baixada Fluminense- FEBF/UERJ em Duque de Caxias que desde 2006 possui o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Educação, Comunicação e Cultura em Periferias Urbanas. Acessado em [http://www.febf.uerj.br/historia\\_febf.html](http://www.febf.uerj.br/historia_febf.html), em 04/01/2013

<sup>17</sup> Campus da UFRRJ em Nova Iguaçu recebeu sua primeira turma em 2006, com Licenciatura em História além de um Programa de Pós-Graduação em História, com mestrado (2009) e doutorado (2013). Sobre a chegada da UFRRJ e a influência na produção de pesquisas na região da Baixada Fluminense ver BATISTA, Allofs Daniel. O caminho e a caminhada: Perspectivas sobre um curso em um campus universitário em construção. In.: Revista Pilares da História. Ano09, N.10 mai/2010. P69-70.

<sup>18</sup> Neste aspecto destacamos que há arquivos, o que está em questão é o pleno acesso às fontes. Exceções notórias são; o Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu e, o Instituto Histórico de Duque de Caxias.

Nova Iguaçu – IHGNI, retomou crescimento na última década e tem se adensado<sup>19</sup>. Desde os anos 1990 é expressivo o crescimento do número de dissertações e teses produzidas em diversas áreas do conhecimento tendo a Baixada Fluminense como objeto ou como lócus de pesquisa<sup>20</sup>.

No entanto podemos afirmar que apesar de ser uma região política e economicamente importante, a bibliografia regional não está amplamente disponibilizada. Poucos são os estudos sobre a Baixada Fluminense que alcançam circulação significativa, e menor ainda são as pesquisas acadêmicas que são veiculadas através de publicações, sobretudo em livros. A baixa circulação do conhecimento produzido a respeito da região diminui a possibilidade de acesso às informações sobre localização de fontes, por exemplo. O campo de discussão entre os autores se torna muito restrito, quase endógeno ou inexistente, e isto é outro aspecto negativo.

O fato de existirem poucos livros sobre a história da região demonstra bem o que estamos afirmando, menor ainda são aqueles que possuem circulação relativamente ampla e acessível. A produção sobre a memória de personagens históricas ou aspectos prosaicos é bastante significativa<sup>21</sup>, mas podemos afirmar que não há nenhuma política de publicações, o que existe são projetos individuais de publicação<sup>22</sup>.

Não significa por tanto dizer que não houvesse estudos sobre a ditadura, absolutamente, apenas que sua produção voltada para os fenômenos históricos desenrolados na Baixada Fluminense neste período é pouca e de circulação restrita, quase inacessível, sem a constituição de uma rede de pesquisadores colaborando

---

<sup>19</sup> Sobre a produção de conhecimento histórico e memorialístico e sobre a historiografia da região até meados dos anos 1990 ver: ENNE, Ana Lucia. “Lugar, meu amigo, é minha Baixada”: memória, representação social e identidades. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 2002.

<sup>20</sup> Para uma leitura panorâmica da produção acadêmica realizada na Baixada Fluminense desde os anos 1970 até o início do século XXI ver: CARVALHO, Nelson Rojas (org.) Guia de fontes da região metropolitana do Rio de Janeiro. Seropédica/RJ: EDUR, 2010.

<sup>21</sup> Personagens históricos da vida política regional, reforçando a rememoração de vultos regionais são retratados em algumas publicações. O principal exemplo é Tenório Cavalcanti com o apelo por suas características polêmicas e violentas, que chegou a ser retratado em filme do mesmo nome do livro de Israel Beloch. BELOCH, Israel. Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1986.

<sup>22</sup> Exemplos de projetos individuais: O Professor Dr<sup>o</sup> em Geografia Ricardo Manoel Simões, conhecido como Breguelé, produziu seus estudos sobre a região da Baixada Fluminense e, para poder difundir suas pesquisas, viu-se obrigado a fundar sua própria editora, por onde já publicou alguns títulos seus e outras obras, a editora chama-se Entorno. Em 2013 teve lugar a publicação da coletânea “Capítulos da História da Baixada Fluminense”. Este livro foi custeado através de um edital da Editoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - EDUR que contemplou a Professora Dr<sup>a</sup> Lúcia Helena Pereira da Silva, e outros dois colegas seus da mesma UFRRJ, que organizaram o título com capítulos de estudantes que defenderam suas monografias com estudos sobre a Baixada Fluminense até dezembro de 2011. GARCIA, Graciela; Sales, Jean; SILVA, Lúcia (Orgs.). Capítulos de história da Baixada Fluminense. Seropédica/RJ: Ed. da UFRRJ, 2013.

mutuamente. É o caso da publicação *Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu*, de Júlia Adão Bernardes que se editou em 1983<sup>23</sup>. Obra rara e de difícil acesso, constitui o que talvez seja um dos primeiros estudos sobre os movimentos sociais no contexto de ditadura na Baixada Fluminense.

Aqui podemos informar que existem outros estudos sobre a Baixada Fluminense no regime militar, predominantemente produzidos fora da disciplina histórica, sendo que a ditadura não é o objeto e aparece no plano contextual, como no estudo de Júlia Adão Bernardes. São os casos de Simões (1993) e Silva (1994)<sup>24</sup>, produzidas nos anos 1990, estas dissertações foram realizadas em programas de pós-graduações da área da educação e do desenvolvimento urbano. Ainda sob este aspecto podemos informar que temos um único título publicado no último decênio abordando com destaque o regime autoritário, ainda que não seja o tema central da obra e nem o resultado de uma pesquisa de história.

Constitui-se em exceção a obra que vamos abordar a seguir. Um dos mais conhecidos livros sobre a Baixada Fluminense, *Dos Barões ao Extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense* não dedica suas páginas ao estudo do regime autoritário e sim da violência endêmica da região<sup>25</sup>. Nele, José Cláudio do Souza Alves fez uma leitura da ocupação da região, desde tempos coloniais, analisa detidamente a evolução e definição geopolítica regional, visando decifrar e explicar o *modus operandi* da violência na Baixada Fluminense.

Neste livro Alves dedica um capítulo<sup>26</sup> ao aparato repressivo que ele identifica como constituído na ilegalidade, porém com o respaldo oficial, que funcionaria sob o nome genérico de *grupos de extermínio*. Segundo o autor, um braço armado constituído de policiais, contraventores, políticos, entre outros, para eliminar inimigos, seja dos grupos detentores do poder local ou do regime militar estabelecido em 1964.

Infelizmente, seguir por esta seara não é simples, rendendo poucos resultados pelos aspectos implícitos ao envolver-se em questões tão complexas tais como

---

<sup>23</sup> Originalmente dissertação de Mestrado em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, foi publicado em edição da autora no mesmo ano da defesa. BERNARDES, Júlia Adão. *Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1983.

<sup>24</sup> SILVA, Percival T. *Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB) – 1974/1992*. 1994. Dissertação (Mestrado) – FGV-IESAE, Rio de Janeiro (Edição do Autor, 2011). e SIMÕES, Manoel Ricardo. *Movimentos sociais e autogestão em Nova Iguaçu*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro.

<sup>25</sup> ALVES, José Cláudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio: uma História da Violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH Clío, 2003.

<sup>26</sup> Da ditadura militar ao neoliberalismo: o poder e a violência na recente história da Baixada. In. ALVES, Op. Cit.

contravenção e eliminação, por assassinato, de inimigos políticos. Ainda assim, contornando com habilidade as dificuldades do seu objeto de pesquisa Alves nos apresenta um resultado significativo para o conhecimento da região.

Desta maneira nos importa ressaltar que o trabalho de José Cláudio de Souza Alves impõem questões em sua pesquisa que não puderam ser respondidas objetivamente em sua obra. Ele narra fatos impressionantes, aponta casos complexos de fundo político e institucionais, mas não se aprofunda a partir deles, mantendo sua análise voltada ao estudo da violência na Baixada Fluminense.

Identifico este livro enquanto marco da pesquisa da história da ditadura na Baixada Fluminense sob o seguinte aspecto; não apenas é realizada pondo a região enquanto objeto central, buscando decifrar a mesma como um objeto em si, como aponta questões existentes no regime civil-militar. Regime que é aqui bem caracterizado na ação conjunta de civis e militares buscando atingir objetivos comuns. O livro constitui-se numa literatura quase obrigatória, abrindo questões históricas que se desdobram nos municípios daquela região.

Entre outros pontos elencados, o caso da cassação do prefeito Ary Schiavo é, sob muitos aspectos, emblemático. Sobre este assunto o autor informa;

“Nova Iguaçu, oitava cidade brasileira em número de habitantes, se tornará, já em 1966, **o símbolo da interferência militar na Baixada. Naquele ano, após a renúncia do prefeito e do seu vice, ambos por motivos pessoais, assumiu a prefeitura José de Lima, presidente da câmara.** Depois de 41 dias, **foi nomeado interventor federal Joaquim de Freitas,** que ficou até o término legal do mandato. Após novas eleições, **assumiu, em 1967, o prefeito Ari Schiavo (MDB),** que seis meses depois, **enquanto participava de um simpósio na Alemanha, foi afastado pela câmara.** Esse incidente, além de revelar os primeiros efeitos do **Decreto-Lei nº 201,** do ex-presidente Castelo Branco, **que permitia a cassação sumária de prefeitos pelas câmaras,** a partir de denúncias de corrupção e malversação de verbas públicas, tornava claro **o modo militar de governar.** Durante toda a noite anterior à cassação, os vereadores da cidade permaneceram na **1ª Companhia de Polícia do Exército,** cujo comandante, **capitão José Ribamar Zamith,** articulava **pessoalmente o processo de afastamento.** Dos 19 vereadores, 18 votaram seguindo o combinado com o capitão”.<sup>27</sup> [grifos meus].

Alves não atende às questões implícitas, tais como: Porque Nova Iguaçu se apresenta como *símbolo da interferência militar na Baixada*? Existe um *modo militar*

---

<sup>27</sup> Idem, p 101.

*de governar?* Qual? O que prevê o Decreto-Lei nº201? Que motivos pessoais levaram um prefeito e seu vice a renunciarem ao posto de chefe do Executivo Municipal? Qual a relação do capitão Zamith, ou do Exército Brasileiro, com o referido processo de cassação? Estes, entre outros questionamentos possíveis, são muito instigantes.

No entanto as questões históricas postas não são aprofundadas neste texto.

Uma justificativa para isto se deve ao fato de o livro de José Cláudio de Souza Alves ser fruto de sua tese em Sociologia defendida em 1998, na faculdade de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP), não cabendo a ele o aprofundamento em questões históricas. Seu objeto sociológico está muito bem estruturado, e ele percorre um longo caminho buscando compreender a constituição da violência num instrumento reconhecidamente legítimo de acesso ao poder e manutenção da ordem social, política e econômica nesta região.

Tais questionamentos permaneceram em aberto? Aqui resposta é um pouco mais complexa.

Se considerarmos o período ditatorial e a região como um todo temos que observar uma crescente produção de teses, mas sobre tudo dissertações, além das monografias que não pretendemos contabilizar. Neste panorama a resposta, com certeza, é não! Ou seja, está em processo de constituição um forte conjunto de pesquisas a respeito da Ditadura na Baixada Fluminense.

No entanto, quanto à história política regional, sobretudo nos anos iniciais do regime, podemos afirmar: sim, as questões permanecem em aberto! Passemos a avaliar esta afirmativa.

Num levantamento voltado para os últimos anos, a contar da publicação do livro que acabamos de abordar, encontramos uma concentração de estudos históricos para os anos da segunda metade da década de 1970, quando coincidindo com o retorno dos movimentos sociais. Existe uma produção historiográfica dos programas de pós-graduação que tem voltado seus olhos para estes problemas e outros que passaremos a expor. Esta constatação merece que façamos uma breve abordagem do atual estado da produção historiográfica sobre a Ditadura na Baixada Fluminense.

## **2.2 – A Baixada Fluminense na Ditadura: Historiografia em processo.**

Pudemos identificar que a região dita periférica do Rio de Janeiro possui suas próprias questões a partir de uma breve abordagem da produção regional e também de

um de seus livros mais expressivos. É de se esperar que numa região de proporções tão significativas no plano demográfico, eleitoral, econômico e social surjam questionamentos sobre sua história, e que respostas variadas sejam dadas aos problemas impostos.

No campo da história da ditadura na Baixada Fluminense, ou, da história da Baixada Fluminense nos anos da ditadura, considerando apenas a bibliografia produzida em programas de pós-graduação na última década<sup>28</sup>. Foi possível verificar uma crescente produção distribuída em dissertações e teses, concluídas ou em fase de desenvolvimento, nos diversos programas de pós-graduação existentes principalmente no Estado do Rio de Janeiro. Notadamente nos últimos cinco anos concentram-se a maior parte daqueles que se dedicam a esta sociedade durante o regime autoritário inaugurado pelo golpe de estado de 1964.

Pudemos identificar uma incipiente, porém crescente, quantidade de estudos voltados para temas variados. Entre todos é comum encontrar alguma filiação a uma história da Baixada Fluminense, podendo variar quanto à significação, configuração e conceituação que o termo regional recebe em cada estudo. O debate, ou embate, entorno da configuração espacial e geopolítica apresenta a existência de não uma mas de várias *baixadas fluminenses*<sup>29</sup>.

Entre todos os estudos temos a atuação da Igreja Católica, ou de sua ala mais *progressista na Diocese de Nova Iguaçu*, como elemento mais recorrente. Apesar de algumas abordagens estabelecerem uma proximidade entre estes estudos sobre a atuação da Igreja Católica, sobretudo do bispo diocesano iguaçuano Dom Adriano Hypólito, e o surgimento de movimentos sociais, em algumas pesquisas são a própria igreja e seus conflitos internos que passam a constituir objeto de análise. Os recortes cronológicos, a variação nas metodologias e das fontes empregadas podem ser identificados como principal contribuição historiográfica e fator distintivo destas pesquisas entre si.

---

<sup>28</sup> Circunscrevemos esta análise ao período compreendido entre 2003 e 2014. O primeiro marco é a publicação do livro de José Claudio de Souza Alves.

<sup>29</sup> Existe um debate conceitual entorno do termo Baixada Fluminense, que envolve a constituição espacial em termos geográficos, políticos e históricos, dos municípios que a compõe e dos processos emancipacionistas. Como existe uma grande quantidade de estudos já produzidos e em desenvolvimento, onde há configurações e delimitações divergentes a partir do enfoque aplicado à região, dando distintos significados e dimensões a este território temos que concordar com Lúcia Helena Pereira da Silva que afirma: *o termo Baixada Fluminense esconde essas divisões e sobremaneira ilumina um conjunto de significados que homogeneiza o território*. SILVA, Lúcia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: Leitura de um território pela História. In. RECONCAVO: Revista de História da UNIABEU. Vol.3, Num.05. Nilópolis, Jul-Dez/2013.

São os casos dos estudos produzidos por Adriana da Silva Serafim<sup>30</sup>, Alexander de Souza Gomes<sup>31</sup>, João Marcus F. Assis<sup>32</sup>, Gabriel do Nascimento Silva<sup>33</sup> e Rafael Cerqueira do Nascimento<sup>34</sup>. Em comum, todas visam analisar o papel da Diocese nas suas dimensões religiosas, sociais e políticas durante o longo período de transição entre a ditadura e a redemocratização.

Hierarquia religiosa, paradigmas dogmáticos, projetos eclesiais em conflito, movimentos sociais agregados à Igreja Católica tais como a Pastoral Operária ou ao próprio bispo diocesano de Nova Iguaçu são objeto dos pesquisadores supracitados. Desenvolver uma análise sobre estes trabalhos seria extenso exercício, necessário, mas que será deixado para outra oportunidade. Neste espaço destacamos que nenhum destes estudos dedica suas páginas a atuação política do estado em geral, ou das prefeituras em particular, na relação com esta igreja ou da igreja com o estado. Suas ênfases recaem na ação política da igreja e seus membros articulada entre os integrantes destes movimentos sociais entre si e destes com a Igreja.

Ultrapassando a relação da Igreja Católica com os movimentos sociais Abner Francisco Sótenos<sup>35</sup> traça uma preciosa análise do papel que o aparato repressivo ditatorial inculpava aos Movimentos de Amigos de Bairro (MAB) em Nova Iguaçu. Isto no momento em que os movimentos sociais recobravam seu vigor, o que coincidia com a proposta governista de *abertura lenta, gradual e segura* do regime e a perda de uma importante base de sustentação ao regime ditatorial, o *milagre econômico*<sup>36</sup>. Emprega em tal análise a documentação produzida pelos órgãos de informações do governo ditatorial, a chamada comunidade de informações, e os relatos de personagens que

---

<sup>30</sup> SERAFIM, Adriana da Silva. A Missa da Unidade, um ritual entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu (1982). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História/UFRRJ, Rio de Janeiro.

<sup>31</sup> GOMES, Alexander de Souza, Religião e Política: Construção da Memória de Dom Adriano Hypólito. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, Rio de Janeiro.

<sup>32</sup> ASSIS, João Marcus F. Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, Rio de Janeiro.

<sup>33</sup> SILVA, Gabriel do Nascimento. Um Atentado à Paixão do Povo: fé e política na evangelização da diocese de Nova Iguaçu nas décadas de 1960 e 1970. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – UERJ, Rio de Janeiro.

<sup>34</sup> NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. Imagens da libertação: a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – CCHN/UFES, Vitória.

<sup>35</sup> SÓTENOS, Abner Francisco. O Movimento Amigos de Bairro (MAB) no Rio de Janeiro: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações no período de distensão política (1974-1982). Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ/PPGHIS, Rio de Janeiro. 2013.

<sup>36</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 2ª ed., 1987.

participaram do processo de construção e desenvolvimento do MAB. A interpretação que os órgãos de inteligência produziam sobre este tipo de movimento social integrado a Igreja Católica serviu de sustentação para a ação de grupos conservadores na diocese e outros de extrema direita em atos como o sequestro de Dom Adriano Hypólito em 1976, entre outros atos violentos neste contexto.

Abner é com certeza o pesquisador a realizar uma das melhores investigações analíticas da cidade de Nova Iguaçu desde o ano de 1964 até o final da ditadura, o que o torna um interlocutor importante em nossas pesquisas. No entanto sua abordagem da política está bastante ancorada na análise de José Claudio de Souza Alves, avançando pouco nas questões que elencamos anteriormente. Sua contribuição mais importante é, com certeza, a inserção do Estado neste debate, aqui representado pelos seus aparelhos repressivos, que se constituíam enquanto aparato estatal na repressão a movimentos sociais.

A atuação das esquerdas é outro polo agregador das pesquisas por nós identificadas. Tendo comunistas, militantes e operários e suas atuações na política ou em movimentos sociais em toda a região nos anos da ditadura como temário de alguns trabalhos realizados recentemente. Apesar de podermos agregá-los em consequência de estarem inscritos numa história social e política das esquerdas, seus objetos diferem bastante entre si, como poderemos verificar a seguir.

Adriana Maria Ribeiro<sup>37</sup> nos fornece um panorama da atuação dos comunistas da Ala Vermelha na Baixada Fluminense nos anos que se seguiram a autocrítica<sup>38</sup>. Este movimento interno que levou as esquerdas à revisão da tática de luta armada e a um redirecionamento para a adoção de um projeto político voltado para a aproximação com o cotidiano dos moradores em suas demandas imediatas. A pesquisadora identifica que na esquerda atuante da Baixada Fluminense este projeto político da Ala Vermelha foi experimentado através do *Jornal da Baixada* na segunda metade dos anos 1970, periódico que adotava uma linguagem mais próxima das demandas do cotidiano dos moradores da Baixada Fluminense, almejando assim enquadrar-se nos objetivos políticos da Ala Vermelha. A pesquisadora pretende continuar esta investigação no doutorado, que realizará na UFRRJ iniciando neste ano de 2014.

---

<sup>37</sup> RIBEIRO, Adriana Maria. Todo comunista tem de ir aonde o povo está. As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense (RJ) na década de 1970. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/UFRRJ, Rio de Janeiro. 2013.

<sup>38</sup> A autocrítica foi uma revisão da estratégia de luta armada que as esquerdas tomaram, entre outros fatores, após o acirramento do regime com o Ato Institucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968, (já que concluíram pela inviabilidade da resistência guerrilheira)..

*A formação do PT na Baixada Fluminense: um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias* é o título da dissertação de Jefte da Matta Pinheiro Júnior<sup>39</sup>. Como o próprio título sugere ele traça uma leitura do movimento de fundação do Partido dos Trabalhadores nestas duas cidades, pesando fortemente sua abordagem sobre o município de Duque de Caxias.

Giselle dos Santos Siqueira tem iniciados os estudos sobre as memórias produzidas a partir da atuação de Getúlio de Oliveira Cabral, um militante do Partido Comunista do Brasil - PCB e sua atuação na Baixada Fluminense.<sup>40</sup> Já Felipe Augusto dos Santos Ribeiro que investigou em sua dissertação a atuação dos vereadores comunistas de Magé no período pré-1964<sup>41</sup> dá corpo em sua tese à análise da atuação dos operários tecelões e camponeses ligados ao comunismo na vida política de Magé, dilatando sua abordagem temporal para os anos do regime autoritário<sup>42</sup>.

Operários e indústria são o objeto de pesquisa de Maicon Sérgio Mota Carvalho, que estuda o caso da Bayer do Brasil S/A, indústria química estabelecida às margens da Rodovia Presidente Dutra no antigo distrito iguaçuano de Belford Roxo, desde sua fundação em 1958 até a greve de 1989<sup>43</sup>.

Outros estudos são encontrados de maneira isolada. Não possuem paralelos, sendo assim pioneiros em suas temáticas na história local. É o caso dos historiadores Manoel Henrique de Sousa Cantalejo e Luiz Anselmo Bezerra, e da antropóloga Alessandra Siqueira Barreto.

Cantalejo dedica-se a construir uma história de Duque de Caxias na ditadura<sup>44</sup>. Como pode-se esperar, este trabalho apresenta a cidade de Duque de Caxias desde o Golpe de 1964 até o final do regime, construindo uma narrativa que equilibra uma investigação das fases do período ditatorial, mas que também aborda as continuidades e

<sup>39</sup> PINHEIRO JUNIOR, Jefte da Mata. *A formação do PT na Baixada Fluminense: um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias*. Niterói, RJ, 2007. p. 162. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Fluminense.

<sup>40</sup> SIQUEIRA, Giselle dos Santos. *Getúlio Cabral: Trajetória e Morte de Um Militante Comunista em Duque de Caxias, na Guanabara e em Salvador*. Dissertação em desenvolvimento (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/UERJ, Rio de Janeiro. 2014.

<sup>41</sup> RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964)* Dissertação (Mestrado em História Social) – UERJ/FFP, São Gonçalo/RJ. 2009.

<sup>42</sup> RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e urbanos de Magé (1956-1970)*. Tese em desenvolvimento no FGV/PPHPBC 2011/2014.

<sup>43</sup> CARVALO, Maicon Sérgio Mota. *Bayer e Belford Roxo uma experiência industrial: relações de classe na Baixada Fluminense (1958-2008)* Dissertação em desenvolvimento (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/UFRJ, Seropédica. 2013-2015.

<sup>44</sup> CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. *O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) UFRJ/PPGHIS, Rio de Janeiro.

rupturas que o novo regime trouxera para aquele município. Aqui encontramos um paralelo na abordagem da vida política do município, o que contribui para a desconstrução de uma visão homogênea sobre a região.

O jogo do bicho e o carnaval, ou a associação de ambos com o regime através do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis e o mundo do Carnaval é o objeto desenvolvido pela pesquisa de Luiz Anselmo Bezerra<sup>45</sup>. Sua abordagem sobre a constituição de uma rede de agentes em associação para atingir o poder político e econômico na cidade de Nilópolis dá grande passo no aprofundamento da compreensão sobre o poder político estabelecido na Baixada Fluminense durante a ditadura militar. No entanto a ênfase de seus estudos recai na relação do jogo do bicho com a agremiação de samba. Parte de sua pesquisa será retomada em nosso próprio estudo para a construção de alguns paralelos entre as cidades de Nilópolis e Nova Iguaçu.

*Cartografia política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense* de Alessandra Siqueira Barreto é um trabalho sobre os políticos e a política da Baixada Fluminense mais recente. Como o título sugere, a autora investiga a política regional através de três personagens [faces] por ela elencados segundo seus critérios enquanto representantes de temporalidades [fases] distintas, ainda que coexistentes em determinada medida, para traçar uma leitura que serviria de fonte de orientação [cartografia] para o deslocamento no interior da região da Baixada em termos políticos<sup>46</sup>.

Seu trabalho é o que chega mais próximo de nossos objetivos, pois investiga o campo político da Baixada Fluminense, se diferenciando pela abordagem espacial – o que para nós é extremamente relevante por tratarmos de uma cidade na Baixada e não de toda a região – mas, sobretudo, na sua abordagem temporal. Frisaremos as características temporais deste trabalho por ser determinante para nossa própria investigação.

Barreto traça o perfil de três políticos atuando na região, Jorge Gama, José Camilo dos Santos Filho – *Zito* – e Luiz Lindberg Farias Filho – *Lindberg*. Destes, apenas Jorge Gama teve alguma atuação política no período da ditadura, sendo deputado federal eleito em 1978 pelo MDB. No retorno do pluripartidarismo ele alcança

---

<sup>45</sup> BEZERRA, Luiz Anselmo. Família Beija-Flor. Dissertação (Mestrado em História) – UFF/PPGHIS, Niterói/RJ. 2010

<sup>46</sup> BARRETO, Alessandra Siqueira. Cartografia política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional UFRJ/MN, Rio de Janeiro. Disponível em <[http://teses.ufrj.br/PPGAS\\_D/AlessandraSiqueiraBarreto.pdf](http://teses.ufrj.br/PPGAS_D/AlessandraSiqueiraBarreto.pdf)>.

o posto de presidente estadual do PMDB em 1983, após a derrota de sua candidatura a vice-governador do Estado na campanha de 1982 na chapa que compôs com Miro Teixeira<sup>47</sup>. Atualmente é secretário do PMDB fluminense, atuando como um dos articuladores da campanha ao governo do Estado do Rio de Janeiro.

Zito e Lindberg são políticos em pleno desempenho de suas atividades político-partidárias, sendo o primeiro um político natural da Baixada Fluminense, que construiu sua carreira em Duque de Caxias e o segundo, atualmente Senador pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tendo sido inserido na política da Baixada por conta de sua eleição para prefeito de Nova Iguaçu em 2004 e reeleição em 2008, considerada por muitos como um fenômeno político.

Para cada um destes políticos Alessandra Siqueira Barreto produziu um capítulo com a trajetória deles com ênfase na atuação regional.

Queremos com isto destacar que em sua abordagem, apesar de iniciar numa trajetória de ao menos um político que tenha experimentado os anos da ditadura, a autora enfoca, sobretudo, os anos em que aquele político tornou-se um dirigente de seu partido, no período posterior ao da anistia e, conseqüentemente, fora dos anos que pretendemos investigar. Ou seja, o regime militar aparece em sua pesquisa de maneira ilustrativa nas memórias políticas do início da carreira de Jorge Gama na segunda metade dos anos 1970.

Em comum, na quase totalidade destes trabalhos, podemos elencar a citação do livro de José Cláudio de Souza Alves. Destas pesquisas apenas três não mencionam o autor, num total de quinze estudos. No entanto, entre a maioria dos demais estudos, o livro *Dos Barões ao extermínio (...)* constitui-se não apenas em parte da bibliografia citada, mas num interlocutor que colabora para a construção do objeto de pesquisa. Por este motivo encetamos este recorte da produção acadêmica sobre a ditadura na Baixada Fluminense, ou melhor, da Baixada Fluminense no período ditatorial.

Este breve panorama nos faz pensar que, enquanto nas efemérides dos 40 anos do golpe pouco havia sido produzido sobre a ditadura na Baixada Fluminense, no ano do cinquentenário, podemos promover um amplo debate. Isto não apenas significa o crescimento das pesquisas a respeito desta região historicamente relegada a uma subalternidade nos processos políticos e socioculturais fluminenses, como demonstra a potencialidade que a mesma região tem represada em termos de pesquisa.

---

<sup>47</sup> Idem, p.91

A produção a partir do lançamento do livro de José Claudio de Souza Alves em 2003 até nossos dias apresenta um panorama bem diferenciado do que verificamos para todos os anos desde o golpe de 1964 até o ano de 2003. Por isto que empregamos esta data como marco de nossa abordagem, por considerar a circulação do livro de José Cláudio de Souza Alves como um ponto de inflexão nesta produção.

Avaliando apenas os aspectos quantitativos podemos informar que são predominantes as dissertações em oposição às teses, estas totalizando treze entre os dezesseis estudos encontrados. Esta bibliografia concentra-se na segunda metade do período abordado. Entre 2003 e 2008 foram cinco trabalhos concluídos enquanto na segunda metade da década avaliada estão os demais estudos, totalizando 11 entre concluídos e em fase de conclusão, sendo que somente no ano de 2013 foram defendidas três dissertações. Há uma predominância das instituições de Pós-Graduação do Estado do Rio de Janeiro, que não se torna absoluta por uma dissertação defendida na Universidade Federal do Espírito Santo. Entre as instituições fluminenses é relevante a destacada concentração de pesquisas no programa mais recentemente aprovado entre os cursos de História. No Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural – PPHR foram defendidas duas dissertações e verificamos uma em desenvolvimento. Os demais estudos distribuem-se nos programas de História da UFRJ, UFF, UERJ (*Campus* Maracanã e São Gonçalo), FGV e UNIRIO<sup>48</sup>. Além dos cursos de história encontramos trabalhos que se desenvolveram em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/UFRRJ-MN) e em Ciências Sociais no programa da UERJ (PPGCS-UERJ).

De forma alguma pretendemos afirmar que estes são todos os trabalhos realizados, ou em curso, que tem como seu objeto a ditadura na Baixada Fluminense ou trata parcialmente deste tema. Outros pesquisadores podem estar incógnitos devido a fatores diversos. Como já discutimos a rede de pesquisadores é muitas das vezes endógena, podendo manter alguns estudiosos ocultos por algum tempo. No entanto estes trabalhos abordados possuem em comum o pertencimento a uma rede de pesquisadores que, de uma forma ou de outra, acabaram se comunicando e buscando constituir uma troca de conhecimento e informações.

Através de trocas realizadas diretamente em disciplinas e eventos das pós-graduações em que estiveram ou estão cursando, ou através da indicação de outros

---

<sup>48</sup> Nesta instituição verificamos que nossa pesquisa é a única a bordar a temática para a região até o momento atual.

pesquisadores, conhecidos em comum, ou ainda através da tomada de conhecimento a partir da leitura das referências bibliográficas em trabalhos e em artigos publicados, anais de eventos e nas próprias dissertações e teses quando circulam entre os pesquisadores, assim estes trabalhos possuem entre si algum nível de comunicação. Da maneira como for, ao tomarem consciência de outros trabalhos em processo de desenvolvimento no seu campo de atuação muitos buscaram constituir alguma relação. Uma parte nem mesmo se conhece pessoalmente, fenômeno proporcionado pelas redes sociais e outros canais de comunicação eletrônicos.

Resta-nos aguardar que o conjunto destas pesquisas, e de pesquisadores, possa se comunicar e consolidar este campo de pesquisa que possui muitos desafios a superar para construir uma leitura mais apurada da Baixada Fluminense neste período da história.

### 3. ONZE PREFEITOS EM ONZE ANOS: DAS VITÓRIAS DO MDB A HEGEMONIA ARENISTA – 1964/1975.

*“Palavra de honra que esta revolução tem que parar para pensar. Estamos nos encaminhando para a mesma situação que gerou a ditadura Vargas. (...) É necessário, com urgência, em fim, a normalidade democrática plenamente devolvida e desenvolvida.”*

Márcio Caulino; 08/05/1966.

#### 3.1 – Nova Iguaçu em estado de alerta: o golpe de 1964.

A Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu (PCNI) sofreu duas intervenções federais nos anos do regime civil-militar, uma em 1966 e outra em 1969. Em ambos os casos a prefeitura passava por instabilidade por conta de eventos políticos relacionados a denúncias contra os prefeitos e funcionários diretamente ligados a eles. Denúncias estas que partiam da *Câmara Municipal de Nova Iguaçu* (CMNI).

Em todo o período ditatorial (1964-1985) passaram pela chefia do executivo municipal nada menos do que quinze prefeitos, sendo que onze de 1964 a 1975. Destes, nove foram apenas nos anos desde o *golpe de estado em 1964* até fevereiro de 1969, dois meses após o *Ato Institucional nº05*. Ou seja, as alterações de chefes do executivo iguaçuano concentram-se majoritariamente nos cinco anos iniciais do regime autoritário. A alternância no cargo acaba diminuindo, como é perceptível, após a segunda intervenção no executivo iguaçuano, ocorrida em fevereiro de 1969.

Estas intervenções guardam em comum certo rito: primeiro uma denúncia de irregularidades do prefeito no exercício de suas atribuições; segue-se um afastamento das funções por um período regimental, votado na Câmara Municipal de Nova Iguaçu; condução e execução acelerada do processo de cassação, culminando na cassação, esta sempre definitiva. Importante frisar, os dois casos de cassação de prefeitos iguaçuanos deram por encerradas as carreiras políticas dos respectivos cassados.

Nas duas ocasiões os denunciadores foram vereadores iguaçuanos. As denúncias terminaram por afastar os prefeitos, ambos eleitos para o cargo, pondo inicialmente o presidente da Câmara em exercício do executivo local. Após interregno de alguns meses eram substituídos por um interventor. Ambos civis, professores em escolas da região como no caso do segundo interventor que atuava na educação municipal, tendo sido

professores atuantes nos cargos de vice-diretor ou diretor no *Instituto de Educação Rangel Pestana* no *Colégio Municipal Monteiro Lobato*<sup>49</sup>, ou seja, personagens ligados de alguma forma a sociedade iguaçuana e baixadense.

Não buscamos aqui estabelecer que houvesse um padrão, os contextos e os atores políticos se alteram. Mas devemos destacar tais semelhanças como ponto de partida para a abordagem que faremos nas próximas páginas, onde pretendemos discutir além destas semelhanças algumas particularidades e estabelecer relação com ao menos mais um caso de cassação de prefeito na Baixada Fluminense.

O contexto do imediato pós-golpe em Nova Iguaçu deixou a política local, e seus atores, em estado de alerta. Esta foi mesmo a expressão utilizada pela câmara de vereadores ao dirigirem-se ao povo através de nota publicada no *Correio da Lavoura*, que além de ser um periódico regional era também utilizado como veículo oficial tanto dos atos do legislativo como do executivo de Nova Iguaçu<sup>50</sup>.

Dr. Bolivard Gomes Assumpção, presidente daquela casa legislativa, mandou então publicar os seguintes ESCLARECIMENTOS AO POVO.

#### ESCLARECIMENTOS AO POVO

A Câmara Municipal de Nova Iguaçu faz saber ao povo o seguinte:

1º) Desde o dia 2 do corrente [abril de 1964], acha-se em sessão permanente, valendo dizer que **os sr. Vereadores acham-se em estado de alerta**, averiguando os fatos e acontecimentos políticos do momento, os quais vêm acompanhando com toda atenção.

2º) **Até agora a Câmara não sofreu coação alguma**, e a mais ampla liberdade tem se oferecido aos sr. Edis.

O sr. Presidente cumpre ainda o seu dever ao esclarecer mais o seguinte: - **Em sessão permanente nada se pode deliberar**, segundo a Lei e o Regimento que nos regem. **Havendo um fato grave ou uma motivação importante sobre os quais tenha a Câmara que deliberar, então, atendendo a um requerimento assinado, no mínimo, por sete Vereadores, o sr. Presidente convocaria uma**

<sup>49</sup> A atuação em colégios na cidade de Nova Iguaçu como professor e diretor de unidade é relacionada diretamente ao predomínio de um grupo político ligado aos membros das famílias Abraão/David da cidade de Nilópolis. Simão Sessim, antes de iniciar sua longa carreira política, foi professor e diretor no Instituto de Educação Rangel Pestana, no que foi seguido por Ruy de Queiroz e Joaquim de Freitas. Estes últimos antes de ingressar em carreiras políticas foram professores e diretores nos colégios mencionados, sendo nomeados interventores e depois eleitos prefeitos de Nova Iguaçu. O Deputado Jorge David é quem detinha as indicações no Instituto de Educação Rangel Pestana, utilizando destas indicações para fortalecer seu grupo político e ampliar sua base eleitoral para outras regiões além do pequeno município de Nilópolis, local de onde todos os citados são oriundos, com exceção de Joaquim de Freitas que possui origem desconhecida. Para conhecer melhor o poder político estabelecido por estas duas famílias ver BEZERRA, Luiz Anselmo. Família Beija-Flor. Dissertação (Mestrado em História) – UFF/PPGHIS, Niterói/RJ. 2010.

<sup>50</sup> O *Correio da Lavoura* será abordado no capítulo **Educação e política nas páginas do Correio da Lavoura: um periódico e a democracia possível no regime autoritário**.

**sessão extraordinária, com um fim específico**, consoante manda a Lei e o Regimento, para os sr. Vereadores, em plenário, decidirem ou deliberarem.

O povo pode confiar em sua Câmara, nos srs. Vereadores, pois estamos **nós todos atentos, acompanhando os acontecimentos, esperando apenas que subsídios nos cheguem para que, dentro da Lei e do nosso Regimento, possamos tomar as providências que nos caibam, livres e conscientes, no momento exato.**

Câmara Municipal [Nova Iguassú], 4 de abril de 1964.<sup>51</sup> [Os grifos meus].

Nesta mesma edição do jornal o deputado estadual Darcílio Ayres Raunhetti (UDN/RJ), referido enquanto liderança da ala renovadora de seu partido, declarava, em entrevista, que acreditava que o país passava por mudanças radicais após o momento em que se impunha opção entre “Democracia e Comunismo”<sup>52</sup>.

Na verdade notamos que ao longo do mês de abril as instituições e personalidades do mundo político iguaçuano buscaram estabelecer, alguns sem se comprometer, vínculos de conformidade com o movimento iniciado na madrugada de 31 de março de 1964. Parece que na cidade o golpe pegou a todos de surpresa.

Mas é logo percebida a intencionalidade de alguns discursos, visto que com o passar do mês de abril o desfecho do golpe apresentasse contornos mais nítidos. A CMNI não tardou em alinhar-se ao expurgo que se verificava em nível nacional, colaborando por sua parte ao cassar mandato de um de seus vereadores sob acusações de sua atuação suspeita junto aos comunistas na Baixada Fluminense.

A exemplo do que realizara a Assembleia Legislativa fluminense, que cassara o mandato dos “deputados estaduais comunistas”<sup>53</sup> a CMNI contribuiu também com o expurgo ao cassar Ismael Ramos. Na mesma semana em que era empossado o ministério do presidente Castelo Branco dois políticos iguaçuanos sofriam cassação<sup>54</sup>:

“A Assembléia Legislativa fluminense já **cassou os mandatos dos deputados comunistas** que ali tinha[m] assento, inclusive o de Elzio Ramalho, cujo suplente, o ex-prefeito deste município, sr. Ari

<sup>51</sup> ESCLARECIMENTOS AO POVO. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 2, 5 abr. 1964.

<sup>52</sup> ENTREVISTA DE HOJE. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 7, 5 abr. 1964.

<sup>53</sup> Deputados estaduais comunistas, identificação tal qual se verificou nos registros jornalísticos naquela ocasião.

<sup>54</sup> Sobre a atuação de Elzio Ramalho junto aos comunistas do Estado do Rio de Janeiro ver, entre outras edições, Novos Rumos:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=122831&pagfis=564&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>, e <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=122831&pagfis=2315&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#>.

Schiavo, acaba de assumir a sua cadeira e está disposto a servir, com todo o empenho e dedicação, ao povo e a terra que ele representa.

À semelhança da Assembléia Legislativa, a **Câmara Municipal de Nova Iguassu, convocada extraordinariamente, cassou o mandato do membro de sua Mesa Executiva, o vereador Ismael Ramos.**

Assumirá sua cadeira, como suplente, o sr. Naim André.<sup>55</sup>  
[Os grifos meus].

Isto significa que o alerta dado nos “Esclarecimentos ao Povo” foi cumprido, pondo-se a câmara em seção extraordinária onde tomaria decisões que lhes coubessem, conforme o presidente da casa já havia prognosticado que ocorreria caso fosse necessário. A necessidade foi de alinhar-se ao movimento político mais amplo naquele contexto.

O contexto de alinhamento às orientações oriundas do *Comando Supremo da Revolução* foi baseado nos atos daqueles militares e nos objetivos expressos no Ato Institucional exarado pelo sobredito comando. O primeiro seria a cassação dos direitos políticos de cem cidadãos, assinado pelos chefes das forças armadas em 10 de abril de 1964<sup>56</sup>, modelo de conduta a ser seguido em todos os ambientes. Ao realizar o expurgo em nível local a Câmara punha-se em alinhamento com os ditames do regime militar, cumprindo assim seu papel e ficando em dia com a revolução em marcha e sinalizando que a mensagem fora compreendida.

Elzio Ramalho havia sido secretário do *Congresso de Associações de Bairro de Nova Iguaçu*, realizado em março de 1960, segundo noticia o semanário *Novos Rumos*<sup>57</sup>. Este mesmo periódico contém propaganda eleitoral de Ismael Ramos e Elzio Ramalho como candidaturas apoiadas “pelos comunistas do Estado do Rio de Janeiro” para a campanha de 1962<sup>58</sup>, que na Guanabara teve como candidato a governador

<sup>55</sup> A CÂMARA MUNICIPAL.... *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, p. 1, 19 abr. 1964.

<sup>56</sup> Ato do Comando Supremo da Revolução nº 1, de 10 de Abril de 1964, <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-1-10-abril-1964-364826-publicacaooriginal-1-csr.html>.

<sup>57</sup> Lançado no Rio de Janeiro, então a capital federal, em 28 de fevereiro de 1959, *Novos Rumos* foi um semanário de circulação nacional editado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), à época denominado Partido Comunista do Brasil. Junto com *A Classe Operária*, *Voz Operária* (substituído por *Novos Rumos*) e *Imprensa Popular*, também criados pelo PCB, foi um dos mais importantes jornais da esquerda brasileira. Foi extinto em 19 de abril de 1964, em consequência do golpe que iniciou a ditadura militar no Brasil. <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/novos-rumos>

<sup>58</sup> No pleito de 1962 foram estes os candidatos do Partido Social Trabalhista (PST) mais votados em Nova Iguaçu: Vereadores Armando Dias e Ismael Ramos, Naim André suplente; Deputados Estaduais Elzio ramalho, Ary Schiavo suplente. Ambos os suplentes foram empossados na decorrência dos afastamentos dos candidatos eleitos. O PST consta entre os partidos de origem trabalhista com apoio da campanha dos comunistas, ilegais desde 1947.

Tenório Cavalcanti<sup>59</sup>. Entre outras atividades Elzio Ramalho era presidente da seção iguaçuana do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil – UNSP. Estas relações com o comunismo certamente renderam as perdas dos mandatos de ambos nesta primeira fase de expurgo.

No entanto, a cassação de Ismael Ramos não deixou a cena política iguaçuana em estado de tranquilidade, muito pelo contrário. A câmara iguaçuana abriria ainda inquérito contra funcionário da Prefeitura. Este servidor pedira exoneração nos primeiros momentos após o golpe, desligando-se da função de chefe da Divisão de Obras (DVO). O engenheiro Frederico Fernandes pediu exoneração ao prefeito Aloízio Pinto de Barros, que prontamente lhe atendeu em seu pedido. Como a Câmara Municipal de Nova Iguaçu entrara em sessão permanente, pôs-se a investigar além do vereador cassado o servidor que pediu exoneração do posto, sob suspeitas de ser praticante de doutrinas esquerdistas.

Isto, somado ao fato de Ismael Ramos ser vereador da base aliada do prefeito<sup>60</sup>, levou-o a manifestar-se publicamente em fins de abril. Enquanto no governo do Estado do Rio de Janeiro Bagder da Silveira enfrentava também problemas com o pedido de exoneração de seu secretariado e um posicionamento de cisão posto pelo diretório regional da UDN, Aluízio Pinto de Barros dirigia uma mensagem “*Do Prefeito ao povo iguassuano*”.

Após um preâmbulo, onde era ressaltada a superação das ameaças recentes a tranquilidade da nação que sofria a infiltração de elemento estranho a nossa *tradição e história* e anunciando que trazia palavras de “*tranquilidade e fé na democracia*”, Aloízio fez questão de assegurar que mantinha e manteria uma linha de governo que se assentava em valores democráticos, onde estaria apoiado nas classes produtoras para atingir os objetivos da corrente revolução:

“com esteio nos verdadeiros democratas, nos que amam a pátria deveras, nos iguaçuanos preocupados com nossos problemas, **nos industriais, nos comerciantes, nos representantes das diversas profissões liberais**, nos trabalhadores e no povo que querem a grandeza de nosso Município, haveremos de engrandecê-lo, levando, outrossim, **nossa parcela de contribuição a essa obra grandiosa de**

<sup>59</sup> O controverso político fluminense, após ser vetado pelos udenistas, aliou-se com os membros do PST que tinha origens no PCB, por onde pode candidatar-se ao governo da Guanabara sendo derrotado por Carlos Lacerda.

<sup>60</sup> Ismael era vereador pelo PST. Exercia a o cargo de 2ª secretário da Comissão Executiva da CMNI. Ver CL de 27/01/1963.

**restauração democrática**, porque, antes e acima de tudo, esta é nossa Pátria.<sup>61</sup> [Os grifos meus].

Não tardou a reação. Geraldo Miquelotti, presidente do comitê iguaçuano da UDN, emendou na semana seguinte uma resposta pública ao que considerou uma ofensa, conforme suas palavras, num ato de desagravo.

O presidente local da UDN desferia acusações abertas de que a declaração do prefeito seria mero expediente, visando “salvação de última hora”. Isto acontecia na mesma semana em que eram afastados do cargo o governador fluminense e seu vice no desenlace da crise já aludida, na qual a mesma UDN pronunciava-se recusando a compor com o governo de Bagder da Silveira. Sua linha de ataque seguia (continuava) com o seguinte teor.

“A U.D.N., (...) vê-se na obrigação de respondê-la [a nota do prefeito], fixando a sua discordância, principalmente nos seguintes aspectos:

a) – Ao que sabemos, dentre vários elementos que o cercavam, **um altamente prestigiado por sua Exa.** [Frederico Fernandes Pereira], encontra-se em lugar incerto, e não sabido, foragido, ao que nos parece, das responsabilidades assumidas pelo seu comprometimento com forças esquerdistas;

b) – Outro, **seu porta voz e líder na Câmara Municipal** [Ismael Ramos], teve seu mandato cassado, por unanimidade, numa flagrante demonstração do conceito negativo que gozava entre seus pares.

**Não fossem outras, apenas por estas duas já se fixariam os objetivos do seu pronunciamento, que visa apenas uma salvação de última hora.**

Por isso, **o protesto dos democratas iguaçuanos não poderia faltar, nesta hora em que responsabilidades são fixadas, cabendo a cada um aceitar o julgamento popular, onde há de prevalecer a conduta permanente do homem público e não os pronunciamentos de conveniência.**<sup>62</sup> [Os grifos meus].

Sem apontar nomes, que ficam implícitos aos que dominam os fatos políticos transcorridos nos dias que se seguiram ao golpe de estado, o udenista repõe o prefeito numa posição incômoda. Se Ismael Ramos era seu porta voz na Câmara, sendo cassado por unanimidade e Frederico Fernandes Pereira contava com especial prestígio do

<sup>61</sup> BARROS, Aloízio Pinto de. *Do Prefeito ao Povo iguaçuano*. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p. 1, 26 abr. 1964.

<sup>62</sup> MIQUELOTTI, Geraldo. *Ao Povo*. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p.1, 03 mai. 1964.

prefeito e ambos eram perseguidos pelo regime<sup>63</sup>, era necessário ao prefeito parecer publicamente como um democrata, segundo a indução do discurso de Miquelotti. Mas o prefeito, em sua estratégia, não contou com a pretensão dos udenistas de resguardar para si o título de “*democratas iguassuanos*”, tendo prontamente denunciados “*os objetivos do seu pronunciamento, que visa apenas uma salvação de última hora*”.

Nosso entendimento é que alguns agentes do campo político iguaçuano receberam o golpe militar como um espaço de reordenação da ordem estabelecida, onde alguns projetos políticos represados pelo sistema democrático instituído que até então vigia pudessem ser retomados, sendo o golpe um meio de acesso a objetivos de grupos e indivíduos derrotados no jogo eleitoral vigente.

A forte repressão aos comunistas, e qualquer personagem político atuante em linhas mais progressistas naquele momento poderia ser assim enquadrado, abriria oportunidade de desobstrução dos obstáculos, ou seja, a remoção de alguns políticos adversários vencedores até então.

No entanto associar membros do campo político iguaçuano ao comunismo poderia ser arriscado, pois este era um campo relativamente pequeno. Apesar do tamanho da cidade e de sua demografia, não era um espaço tão dilatado o da atuação político-institucional.

Má gestão, malversação, improbidade e outros vícios na gestão da coisa pública poderiam também ser acionados em prol desse exercício. Os canais de acesso ao poder político local não seriam mais necessariamente os mesmos conhecidos desde os fins da ditadura Vargas.

O binômio em que se sustentavam os argumentos dos militares para interferir na política nacional – avanço do perigo vermelho e imoralidade da política praticada pelos civis – serviam como anteparo aos que se declarassem portadores de postura moral pública respeitável, comparável e compatível às dos que comandavam a nação naquele momento.

Notamos que políticos alinhados a uma postura mais conservadora não hesitaram em aproximar-se dos militares no novo regime. Apesar de sabermos que as generalizações políticas em termos de filiação partidária devem ser evitadas, neste caso

---

<sup>63</sup> Ismael Ramos além da cassação na CMNI seria expulso ainda da Associação Comercial de Nova Iguaçu (ACINI), posto que fosse um comerciante associado a esta entidade por ser o proprietário da Farmácia São Jorge. Após sua cassação retirou-se da vida pública e segundo um ex-funcionário seu andou “sumido por uns tempos”, com rumores de sua ida para Cuba. Frederico Fernandes esteve ausente, desde o pedido de exoneração que encaminhara ao Prefeito, feito na semana do golpe, no qual fora atendido.

temos uma clara definição da UDN iguaçuana buscando estabelecer uma imagem de si, e esta imagem era a de um partido da ordem democrática alinhada com o anticomunismo<sup>64</sup> e com a lisura na conduta pública tal qual preconizavam os próceres militares.

Ao final do primeiro mês do novo regime o prefeito Aloízio Pinto de Barros passava a encontrar uma instabilidade com a qual precisaria lidar.

Entrevistado pelo Correio da Lavoura em 10 de maio, o prefeito demonstra interesse em governar e concluir projetos iniciados em seu tempo de mandato, então com um ano e dois meses. Aproveita a oportunidade para, ao mesmo tempo, garantir a intenção de bem governar e denunciar a falta dos devidos repasses estaduais e federais. Além deste problema de divisas Aloízio destaca que *“a atual administração sofreu dois impactos. O primeiro uma greve geral e o segundo com a revolução dos últimos dias, acarretando esta uma reformulação de todo seu esquema administrativo.”*

Notamos que, ainda que de maneira dissimulada, reforçando os aspectos administrativos e não os políticos, o prefeito atribui alguma dificuldade após a *revolução*. Não tardaria em defrontar-se com problemas, *stricto sensu*, políticos.

### **3.2 – Aloízio Pinto de Barros: processo de afastamento, cassação, a 1ª intervenção federal.**

O ano de 1964 já estaria bastante complicado na administração iguaçuana mesmo sem o golpe de abril.

O prefeito Aloízio Pinto de Barros havia se eleito no pleito de 1962 sob a legenda do PTB, mesma legenda do presidente deposto. Dentre os seis candidatos ao posto de chefe do executivo municipal obteve expressiva vitória, com 19.768 dos votos computados.

Seu antecessor foi Sebastião de Arruda Negreiros, que entre outras coisas deixou a prefeitura com a folha de pagamento atrasada e com uma elevada quantidade de cargos nomeados, excedendo com despesas de pessoal as receitas municipais.

---

<sup>64</sup> Sobre anticomunismo ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

O petebista contava com apoio dos trabalhistas<sup>65</sup> na câmara, o que garantia uma maioria na casa legislativa, e também estava contando com o apoio popular, respaldado na forte votação que o partido do governo havia recebido na cidade. Naquele município, por exemplo, Bagder da Silveira receberia 28.628 votos.

Contando com uma base de seis vereadores dos quais quatro eram do PTB e dois do PST, Aloízio conseguirá ainda uma aliança em termos de base com os três vereadores do PSD e uma oscilação entre vereadores de outras legendas menos expressivas, mas que somam juntos sete vereadores, como PR, PSP e PSB com dois cada e PDC com um vereador. Restando a oposição sistemática aos três vereadores da UDN. Esta configuração podia ser alterada de forma circunstancial, mas foi o desenho político que se fez no primeiro ano de mandato, e em 1964 até a implantação do novo regime político em 1964.

Os deputados estaduais e federais do PTB iguaçuano foram de longe mais bem votados que seus concorrentes. Para efeito de comparação podemos apresentar Edésio da Cruz Nunes do PTB, com seus 14.937 sufrágios recebidos. Este candidato a deputado federal sozinho obteve quase o dobro dos votos de um político reconhecidamente influente da cidade como Getúlio Barbosa de Moura do PSD, que recebera então 7.871. Comparado com os mais votados de outros partidos ele obtém vantagens ainda maiores, tendo quase seis vezes mais votos que os candidatos da UDN, Luiz de Carvalho (2.558) e do já famoso Tenório Cavalcanti (2.859)<sup>66</sup>, que concorrera pelo PST. Estes são números do colégio eleitoral de Nova Iguaçu, que recebera 81.455 eleitores naquele ano em que ainda se verificou abstenção da ordem de 22%.<sup>67</sup>

No entanto, a despeito de suas vitórias políticas enfrentava dificuldades administrativas. O município passava por graves dificuldades financeiras e o governo de Aloízio Pinto de Barros havia herdado de seu antecessor diversas complicações tais como a ausência de máquinas e equipamentos com os quais trabalhar na *Divisão de Obras* da cidade. Uma greve dos servidores em decorrência do atraso no pagamento do

---

<sup>65</sup> Por trabalhistas estamos compreendendo os vereadores eleitos nas legendas como PTB e PST que juntos perfaziam seis vereadores somente nestes dois partidos, pertencentes a base do governo Aloízio Pinto de Barros. O PTB foi a legenda que obteve o vereador mais votado e a maior bancada da CMNI eleita neste pleito. O RESULTADO COMPLETO DAS ELEIÇÕES. Correio da Lavoura, 28 de outubro de 1962. Nova Iguaçu – RJ, 1962, p.2.

<sup>66</sup> O total de votos de Tenório Cavalcanti foi de 5.859, rendendo-lhe um assento na deputação, os 2.859, votos referidos são apenas nas seções eleitorais iguaçuanas e os votos restantes são majoritariamente decorrentes das seções de Duque de Caxias e São João do Meriti.

<sup>67</sup> O RESULTADO COMPLETO DAS ELEIÇÕES. Correio da Lavoura, 28 de outubro de 1962. Nova Iguaçu – RJ, 1962, p.2.

peçoal de pelo menos três meses acumulados do exercício de 1962 entre outros problemas. Tudo isto noticiado nos primeiros dias após a sua posse<sup>68</sup>.

Somando-se a isto, em março de 1963 Aloízio Pinto de Barros põe sob sua intervenção o *Hospital Iguassú*<sup>69</sup>, o único da cidade há época. A instituição hospitalar passava por tão profunda crise que os atrasos superavam aos seis meses de vencimentos sem pagamento<sup>70</sup>.

Uma reclamação constante era a ausência dos repasses devidos pelos governos federal e estadual. Sem estes repasses, conforme observou o próprio prefeito em entrevista já comentada anteriormente, era difícil honrar com as despesas e ainda encetar novos projetos.

Em 1964 juntavam-se a este rol de problemas administrativos os de ordem política trazidos com a *revolução* de abril. Já mostramos que a política iguaçuana, através de parlamentares em nível estadual e municipal, já sofrera com o expurgo posto em prática com o Ato Institucional – AI nº 01. Observamos ainda que ao menos um servidor municipal esteve sob investigação da câmara de vereadores e que, após declaração do prefeito à população através do periódico local *Correio da Lavoura*, houve tentativa de associar publicamente o prefeito aos elementos que haviam sido atingidos pelo expurgo em nível municipal.

Somou-se a este contexto o seguinte aspecto. Aloízio Pinto de Barros era oriundo do serviço cartorial, exercia atividade serventuária em Nova Iguaçu nos tempos antes de se candidatar à prefeitura da mesma cidade. Em agosto daquele ano o prefeito veio solicitar à Câmara Municipal de Nova Iguaçu permissão para seu licenciamento de trinta dias, com intuito de participar na prova de títulos para o cargo de tabelião do Cartório do 4º Ofício iguaçuano<sup>71</sup>.

Segundo noticiou o *Correio da Lavoura*, na Câmara Municipal a apreciação do pedido de licenciamento se deu em seção “*prolongada e tumultuada*”, tendo iniciado às 20 horas da quarta feira 26 de agosto e estendida até o alto da madrugada quando

---

<sup>68</sup> Publicações da posse e da intervenção do prefeito no Hospital iguassú

<sup>69</sup> O Hospital Iguassú foi inaugurado em 31 de março de 1935, contando com a presença de líderes políticos locais na solenidade de lançamento da sua pedra fundamental, que foi feita pelo Presidente Getúlio Vargas em 1931. A instituição contava com uma gestão filantrópica, arcando com as suas despesas com base em doações e subvenções públicas.

<sup>70</sup> ARAUTO, O Hospital e a intervenção do Prefeito. *Correio da Lavoura*, 17 de março de 1963. Nova Iguaçu – RJ, 1963, p.1.

<sup>71</sup> BARROS, Aloízio Pinto de. Motivos de um pedido. *Correio da Lavoura*, 30 de agosto de 1964. Nova Iguaçu – RJ, 1964, p.2.

passados alguns minutos das 3 horas da quinta feira se encerrava com a transmissão do cargo ao vice-prefeito.

Notamos que ao expor à população iguaçuana os “*Motivos de um pedido*” de afastamento, Barros fez questão de fixar que afastava-se do cargo com intuito de retomar suas funções ao encerrar a carta afirmando que seu afastamento seria temporário, o que realmente não o foi. Também manifestava que o concurso para o qual concorreria com prova de títulos era direito inalienável seu, conquistado após anos de exercício de ofício serventuário, direito do qual não abriria mão.

Duas informações mais podemos retirar deste esclarecimento prestado pelo prefeito licenciado.

Primeiro que sendo seu direito, encaminhando pedido de licença à câmara de vereadores, a qual lhe permitiu o afastamento em seção extraordinariamente convocada para este fim, estaria em exercício de um direito reconhecido legalmente por ter sido aprovado em plenário. Segundo, e isto foi destacado por Barros de maneira um tanto metafórica, os destinos políticos iguaçuanos não eram totalmente tranquilos. É o que se observa no seguinte período da mensagem: “*Sei do passo que enceto. Não me são estranhas as consequências, umas previsíveis; outras por conta de razões políticas, diante das quais a nau administrativa oscilará.*”<sup>72</sup>”

E oscilou.

Passado o período inicial de um mês Aloízio não retomava as funções de prefeito. Fortalecia-se no posto o vice-eleito e prefeito em exercício, João Luiz do Nascimento, que por muito mais tempo do que o período de afastamento inicial de 30 dias permanecia no cargo.

*Castelo Preto*<sup>73</sup>, pseudônimo autor da recém-lançada coluna chamada *Política Iguassuana*<sup>74</sup> fazia menção às intenções do prefeito interino, que conforme informava o colunista passava a tecer alianças com o legislativo municipal através de “atos de

---

<sup>72</sup> Idem.

<sup>73</sup> Ao que tudo indica o pseudônimo é uma alusão ao jornalista Carlos Castello Branco, conhecido pela sua cobertura da vida política nacional e autor de diversos livros sobre a política brasileira a partir de sua atuação jornalística no período, como é o caso de *Introdução à revolução de 1964*, publicado em tomos pela editora Artenova em 1975.

<sup>74</sup> *Política Iguassuana* foi uma coluna de curta duração no correio da Lavoura, onde o autor tecia comentários sobre a política local, muitas das vezes especulando sobre os interesses individuais de alguns políticos iguaçuanos.

cortesia<sup>75</sup> para permanecer no poder. Na mesma nota já se aludia ao fato de Aloízio Pinto de Barros poder permanecer afastado definitivamente do cargo.

Em outra coluna do *Correio da Lavoura* encontrava-se a seguinte nota:

**CÂMARA EM ATIVIDADE – após longo período de recesso**, a Câmara Municipal de Nova Iguaçu voltou a se reunir dia 7 último, **em regime extraordinário**, desta feita **para apreciar e julgar a denúncia formulada por vereadores sobre a perda do mandato** de prefeito do Sr. Aloízio Pinto de Barros. BARBOSA, João. *Notícias 64. Correio da Lavoura*, 11 de outubro de 1964. Nova Iguaçu – RJ, 1964, p.9.

No momento em que faria o retorno ao exercício do cargo executivo Aloízio Pinto de Barros já se depara com os seus vaticínios políticos em curso de consolidação. A Câmara Municipal de Nova Iguaçu achava-se em sessão extraordinária para julgar o fato de ele, que alcançara seus objetivos no concurso que concorrera, vir a exercer concomitantemente às funções de chefe do executivo municipal as de tabelião.

O processo iniciado em meados de outubro terá desfecho em novembro. No mesmo dia em que fora empossado pelo governador do Estado do Rio de Janeiro como Tabelião do 4º Ofício de Nova Iguaçu (15/10/1964) ele seria afastado por noventa dias do cargo de prefeito. Em mais uma reunião extraordinária que atravessaria a madrugada a câmara votaria o afastamento por 13 votos, decisão que foi publicada sob o título de deliberação nº131 da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

Estes foram os trâmites que levaram ao afastamento e posterior cassação do prefeito Aloízio Pinto de Barros. O petebista recorreria de tal decisão, não alcançando êxito, concluí-se, pela permanência de seu vice-prefeito no cargo que perdera.

João Luiz manter-se-ia à frente da prefeitura ainda após o estabelecimento do bipartidarismo em 1965 e em 1966, desincompatibilizando-se do cargo em setembro para pleitear um mandato de deputado pela ARENA à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro em novembro do mesmo ano.

Não significa, em absoluto, que João Luiz do Nascimento saísse ileso deste mandato. Adecard Aguiar, vereador pelo PR, acusava-o sistematicamente por má administração dos recursos municipais, afirmando que o prefeito não recolhia à Caixa Econômica Federal os recursos descontados à folha de pagamento dos servidores

---

<sup>75</sup> PRETO, Castelo. Política Iguassuana. *Correio da Lavoura*, 11 de outubro de 1964. Nova Iguaçu – RJ, 1964, p.3.

municipais e de não cumprimento quanto à lei de licitações, entre outras acusações que fez no plenário da Câmara e que mandou também veicular em jornal<sup>76</sup>.

No entanto as acusações não faziam eco na casa legislativa, posto que a CMNI aprovasse *moção de desagravo solidariedade ao prefeito*, com mais de 10 assinaturas, a maioria dos 19 vereadores da casa. Ou seja, o fim de mandato de João Luiz não seria plenamente pacífico, apesar dos conchavos políticos realizados com a vereança ainda existiam vozes dissonantes naquela casa. Apesar de acusações de tal ordem, João Luiz não sofreu cassação nem teve a carreira política interrompida.

Por um período de um mês, entre a desincompatibilização do prefeito municipal e a nomeação de interventor federal, o presidente da câmara de vereadores, srº José de Lima<sup>77</sup>, exerceu a chefia do município, sendo sucedido pelo primeiro interventor do regime na cidade de Nova Iguaçu. (Há como explicar o porque da intervenção?)

Joaquim de Freitas teria a missão de conduzir a prefeitura até a transmissão do cargo ao vencedor do pleito de 15 de novembro de 1966, o que se daria em 31 de janeiro de 1967. A nomeação do interventor foi feita pelo presidente da república. Ao assumir a prefeitura Joaquim de Freitas somaria o quarto prefeito iguaçuano desde o golpe.

Notamos que não há uma motivação explícita para a nomeação de um interventor neste momento. O presidente da câmara seria o substituto natural para em caso de afastamento do prefeito, como aconteceu. A intervenção atendeu a critérios estranhos à política local, enfraquecia a posição do legislativo municipal, mas ao mesmo tempo fortalecia a atuação arenista municipal com a indicação de um membro de seu diretório para a interventoria.

Sobre Aloízio Pinto de Barros, o prefeito afastado e cassado, apenas uma pequena nota já nos idos de abril de 1966 se referia ao seu pedido de recursos sendo encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça<sup>78</sup>. Nada mais encontramos a seu respeito, restando apenas a certeza de que não logrou êxito.

---

<sup>76</sup> AGUIAR, Adecard. A verdade sem máscara. Correio da Lavoura, 03 de abril de 1966. Nova Iguaçu – RJ, 1966, p.2.

<sup>77</sup> José de Lima foi eleito pelo PSD, após o estabelecimento do bipartidarismo seu partido é desconhecido. Em nota o colunista João Barbosa do Correio da Lavoura informa que Jose de Lima teria lhe comunicado pessoalmente que “continuará trabalhando até o fim de seu mandato de vereador em benefício do povo e depois se dedicará exclusivamente a sua atividade profissional, pois é titular da Coletoria Estadual em Belford Roxo.” BARBOSA, João. Notícias 66. Correio da Lavoura, 16 de outubro de 1966. Nova Iguaçu – RJ, 1966, p.9.

<sup>78</sup> CAULINO, Márcio. Por enquanto é isto. Correio da Lavoura, 24 de abril de 1966. Nova Iguaçu – RJ, 1966, p.9.

Datam deste período a consolidação das organizações municipais dos diretórios da ARENA e do MDB iguassuanos<sup>79</sup>. O bipartidarismo imposto pelo governo federal demorou a ser organizado em nível local, tendo somente em fins de abril e princípios de maio as definições das seções iguaçuanas, isto mesmo depois de muita arenga entre os políticos locais. E mesmo após a consolidação das legendas no município muitas mudanças partidárias se dariam em decorrência desta obrigação de comportar antigos adversários em apenas duas legendas<sup>80</sup>.

Um exemplo do que estamos afirmando é o do deputado Darcílio Ayres Raunheitti. Famoso como arenista, o ex-udenista esteve no pleito de 1966 disputando uma cadeira de deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro, filiado no diretório iguassuano. Segundo o desenrolar das notícias daquele ano, sua intenção seria lançar candidatura a prefeito, ora sua ora de seu irmão Fábio Raunheitti, no que foi derrotado pelo grupo de Edésio da Cruz Nunes e Ary Schiavo – presidente e vice-presidente do diretório emedebista municipal, respectivamente. Algum tempo depois passaria a compor nas fileiras do partido do governo.

### **3.3 – 1966: a primeira consulta às urnas no bipartidarismo.**

Como era de se esperar, o estabelecimento do bipartidarismo prescrito no Ato Institucional nº 2 causou muitas alterações no quadro político institucional iguaçuano, como de resto também o fizera em todo o Brasil.

O quadro a seguir é um instantâneo dos líderes de cada partido naquele momento. Podemos perceber que deputados com mandatos ainda da fase pluripartidária tomaram a frente de seus respectivos partidos no novo sistema.

---

<sup>79</sup> Pela ordem cronológica foram instaladas nas respectivas datas os diretórios municipais. 04 de maio, com a eleição do Gabinete Executivo Municipal do MDB iguaçuano, elegendo o Dep. Federal Edésio da Cruz Nunes, presidente; Vice-presidente o Deputado Estadual Ary Schiavo e dep. Estadual Zorli Martins foi o secretário. Em 07 de maio elegeram-se os membros da Comissão Diretora Municipal da ARENA: deputado José Haddad Presidente; Walter Faria Paxeco, vice; dr. Ronald Cardoso Alexandrino, secretário; vogais: vereadores Valcir Almeida, Mauro Miguel, Sérgio Gaspar, dep. Salustiano de Brito Cunha e Jorge Lima. Fonte: Correio da Lavoura, edição 2.555, p.2.

<sup>80</sup> Sobre a composição dos partidos no bipartidarismo ver, entre outros: GRINBERG, Lucia, *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979* - Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

**Quadro 1: Composição das diretorias dos diretórios municipais (ARENA e MDB) em 1966.**

<b>ARENA</b>		
Presidente	José Haddad (ex-PSD)	Deputado Federal
Vice-presidente	Walter Faria Paxeco (ex-PTB)	Deputado Estadual
Secretário	Ronald Cardoso Alexandrino	-
<b>MDB</b>		
Presidente	Edésio da Cruz Nunes	Deputado Federal
Vice-presidente	Ary Schiavo	Deputado Estadual
Secretário	Zorli Martins.	Deputado Estadual

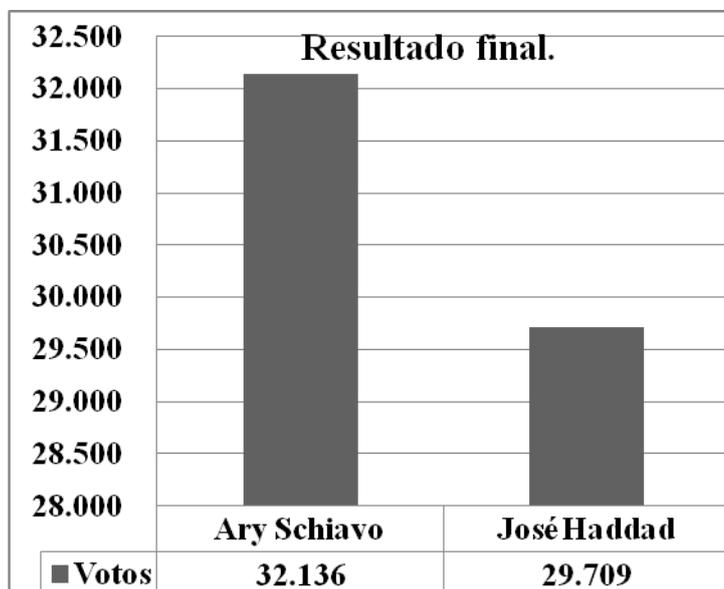
Fonte: Correio da Lavoura, edição 2.555.

O Movimento Democrático Brasileiro em Nova Iguaçu contava com duas forças políticas que estavam em franca campanha para o pleito de 1966 há mais de um ano e meio. O deputado federal Edésio da Cruz Nunes, PTB, que pretendia se candidatar ao governo do Estado do Rio de Janeiro e o deputado estadual pelo PST, Ary Schiavo. O segundo empreendera campanha pelo município e contava com aberto apoio do Correio da Lavoura como poderemos discutir adiante.

Tanto Ary Schiavo como Edésio da Cruz Nunes eram pré-candidatos em franca campanha pelo município e por todo estado do Rio de Janeiro desde muito tempo antes do estabelecimento do novo sistema partidário. Os deputados compareciam em eventos e inaugurações no território fluminense buscando fortalecer suas posições políticas e as alianças que seriam necessárias numa candidatura de Edésio ao governo do estado. Eles conseguiram articular em torno de si um grupo político que já estava aliado previamente, gerando com isto alguma força e coerência interna.

Basta para isto dizer que Ary bateu seu adversário no pleito de novembro de 1966. (Aqui temos um problema: você fala que o Ari Schiavo estava disputando com o Edésio. De repente aparece o Adad, como adversário do Ari. É preciso deixar claro que o Edésio disputava dentro do MDB.) Mesmo recebendo franco apoio da esfera federal e principalmente estadual, José Haddad não viu sua candidatura superar à do emedebista, perdendo por margem de 3,93%, uma diferença de 2.427 votos de um total de 61.845 que foram depositados nas urnas iguaçuanas em 1966.

**Gráfico 1: Votação dos candidatos a Prefeito de Nova Iguaçu – 1966.**



Fonte: Apuração dos votos divulgada no Correio da Lavoura em 27 de novembro de 1966.

O Correio da Lavoura fazia uma cobertura de todo o processo de apuração dos votos, de onde é possível conhecer alguns detalhes. Além dos mais votados para prefeito podemos conhecer o resultado das urnas para os diversos postos legislativos. O certame teve os seguintes candidatos em campanha nesta cidade:

**Quadro 2: Candidaturas da ARENA para Campanha eleitoral de 1966.**

<b>ARENA</b>		
<b>Cargo</b>	<b>Candidato</b>	<b>n°</b>
Senador	Paulo Tôrres	
Prefeito	José Haddad	
Deputado Estadual	Raul Silva Junior	018
Deputado Estadual	Ronald Cardoso Alexandrino	097
Deputado Estadual	Salustiano de Brito Cunha	073
Deputado Estadual	João Luiz do Nascimento	068
Deputado Estadual	Jorge Lima	096
Deputado Estadual	Valcyr de Almeida	006
Deputado Federal	Miguel Couto	30
Deputado Federal	Paulo Biar	05
Deputado Federal	Daso Coimbra	
Deputado Federal	Lucas Figueiras	26
Deputado Federal	Mario Pedrosa Lins	13
Deputado Federal	Lourival Ribeiro	11
Deputado Federal	Luiz Braz	06

Fonte: Correio da Lavoura, diversas edições.

**Quadro 3: Candidaturas do MDB para Campanha eleitoral de 1966**

<b>MDB</b>		
<b>Cargo</b>	<b>Candidato</b>	<b>o</b>
Senador	Augusto de Gregório	
Prefeito	Ary Schiavo	
Deputado Estadual	Zorly Martins	018
Deputado Estadual	José Montes Paixão	056
Deputado Estadual	Antonio Mota	108
Deputado Estadual	Rodolpho Quaresma	013
Deputado Estadual	Adjovaldo Silveira	051
Deputado Estadual	Darcílio Ayres Raunheitti	067
Deputado Federal	Adecard Aguiar	019
Deputado Federal	Antonio Gaspar	017
Deputado Federal	José Jorge	
Deputado Federal	Edésio da Cruz Nunes	26
Deputado Federal	Getúlio Barbosa de Moura	20
Deputado Federal	Saturnino Braga	
Deputado Federal	Ario Theodoro	
Deputado Federal	José Maria Ribeiro	
Deputado Federal	Glênio Peçanha	

Fonte: Correio da Lavoura, diversas edições.

Destacamos que nem todos estes candidatos são políticos iguaçuanos, como são os casos notórios de Saturnino Braga do MDB e Miguel Couto pela ARENA, ambos candidatos a deputado federal. O mesmo ocorre com os candidatos ao senado, sendo o da *Aliança Renovadora Nacional* o ex-interventor do Estado do Rio de Janeiro, *Capitão Paulo Tôrres*. Certamente, também, não são todos os candidatos fluminenses aos cargos de deputado tanto estadual como federal, mas são aqueles que foram sufragados neste município. Mas foi verificada uma superioridade de votos nos políticos naturais ou radicados em Nova Iguaçu, algo importante de ser observado.

Cumpramos ressaltar que nesta oportunidade não se utilizaram das sublegendas. Ainda assim, como já é amplamente reconhecida pela historiografia, a composição dos partidos era algo complexo durante o bipartidarismo. Sobre a composição dos partidos neste primeiro teste eleitoral após o estabelecimento do novo regime político e seu sistema bipartidário a explicação de um candidato parece ser bastante eloquente. Na sua propaganda política Rodolpho Quaresma (MDB) afirma que:

**“O valor das siglas partidárias,** mais do que nunca, está nos homens que as representam.

Conscientemente, **sabemos que neste 15 de novembro o partido político não tem significação.**

**Não tem eles plataforma ideológica,** organizados no alvoroço de uma redemocratização, trazem no seu bojo apenas o valor ou desvalor de cada candidato.<sup>81</sup>” [Os grifos meus].

O artificialismo dos partidos já era observado mesmo antes, sempre por membros da oposição. Poucos dias antes do estabelecimento das seções regionais do MDB e da ARENA em Nova Iguaçu Edson Fonseca Labuto exprime as seguintes considerações sobre o novo regime partidário:

“Como se sabe, a ARENA e o MDB não são partidos políticos, mas ‘organizações com atribuições de partidos políticos’, consoante o que dispõe o Ato Complementar n.4. Trata-se de solução transitória. Os partidos políticos, que serão dois ou três ou quatro, estruturar-se-ão em 1967, conforme artigo do aludido AC-4, nos termos dos estatutos dos Partidos, que vigerão novamente.<sup>82</sup>”

---

<sup>81</sup> QUARESMA, Rodolpho. *A hora é esta!*. **Correio da Lavoura**, 13 de novembro de 1966. Nova Iguaçu – RJ, 1966, p.9.

<sup>82</sup> SÓBRE POLÍTICA municipal. **Correio da Lavoura**, 01 de maio de 1966. Nova Iguaçu – RJ, 1966, p.9.

Parece que uma das estratégias das campanhas do MDB, ou destes emedebistas em particular, era desmoralizar o sistema eleitoral imposto através da denúncia de falta de plataforma ideológica que ambos possuíam.

Essa inconsistência ideológica ou institucional pode ser verificada na comparação que se faz dos políticos quanto aos partidos aos quais eles estiveram filiados no imediato pré-1964 com suas opções no bipartidarismo no pleito de 1966.

**Quadro 4: Filiação partidária dos políticos iguaçuanos no multipartidarismo e no bipartidarismo - 1962/1966.**

<b>Políticos iguaçuanos</b>	1962	1966
Adecard Aguiar	PR	MDB
Adjovaldo Silveira	PSP	MDB
Antonio Gaspar	PTB	MDB
Ario Wolz Teodoro	PTB	MDB
Ary Schiavo	PST	MDB
Darcílio Ayres Raunheitti	UDN	MDB
Daso de Oliveira Coimbra	PSD	ARENA
Edésio da Cruz Nunes	PTB	MDB
Getúlio Barbosa de Moura	PSD	MDB
Jorge Lima	PSD	ARENA
Jorge Sessim David	UDN	ARENA
José Haddad	PSD	ARENA
José Jorge	PDC	MDB
José Montes Paixão	PSD	MDB
Luiz Guimarães	UDN	ARENA
Mário Guimarães	UDN	ARENA
Ronald Cardoso Alexandrino	UDN	ARENA
Sérgio Gaspar	PR	ARENA
Valcyr de Almeida	PDC	ARENA
Zorly Martins	PTB	MDB

Lembrando da questão das sublegendas Ary Schiavo chegou a declarar o seu agradecimento ao deputado José Montes Paixão que além de abrir mão de concorrer no

mesmo pleito pela legenda da oposição em Nova Iguaçu, abraçara firmemente a campanha de Schiavo, que passara a pouco tempo a ser seu companheiro de partido. Uma prova da conquista de uma unidade do MDB iguaçuano naquele momento. O mesmo se verificou então na candidatura de José Haddad pelo ARENA.

A política iguaçuana nos anos anteriores ao golpe é relatada por diversas vezes como uma disputa entre caciques políticos. Notórios, dentre os demais personagens iguaçuanos, estiveram dois antagonistas, Getúlio Barbosa de Moura e Mário Guimarães. Os dois chefes políticos são considerados, por diversos motivos, os divisores da política em nível local. Entrevistados e as fontes jornalísticas consultadas mencionam o confronto existente entre estes dois políticos, reputando ao antagonismo configurado entre eles o divisor político que acabava constituindo a política da cidade em getulistas e maristas.

Nossa opinião é que a afiliação de políticos já em atividade no pré-1964 esteve ligada às alianças constituídas com estes dois atores preponderantes no cenário político iguaçuano desde a década de 1930. Após a decisão de Mário Guimarães, ex-UDN, de filiar-se à ARENA e de Getúlio Barbosa de Moura, ex-PSD, de alinhar-se no MDB houve a conformação dos demais políticos conforme suas lealdades para com cada um destes caciques locais.

Notamos, no entanto, que as lideranças tradicionais estavam abaladas e novos atores passavam a assomar este espaço. É o caso de Edésio da Cruz Nunes. O político petebista não possuía carreira política na Câmara Municipal e debutou em Nova Iguaçu como candidato a deputado federal, sendo eleito em 1962. Edésio será considerado como uma liderança de expressão no MDB, tornando-se o primeiro presidente no diretório iguaçuano<sup>83</sup>, em seção eleitoral na qual Getúlio de Moura retirara-se com seus correligionários<sup>84</sup>. Getúlio de Moura tinha pretensão de lançar José Montes Paixão a prefeito, um afiliado (Não seria afilhado?) político seu. No entanto o grupo de políticos de origem nos partidos trabalhistas liderados por Edésio Cruz do PTB e Ary Schiavo do PST, constituiu uma aliança para vencer o velho pessedista. Getúlio de Moura, apesar

---

<sup>83</sup> Por sua atuação oposicionista ele será cassado, perdendo seus direitos políticos por dez anos, como vemos através do “Decreto de 07 de fevereiro de 1969 (...) O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e tendo em vista indicação do Conselho de Segurança Nacional, resolve: CASSAR: Os mandatos eletivos e suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos, dos seguintes cidadãos: Edésio da Cruz Nunes – Deputado Federal – RJ.” Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret\\_sn/1960-1969/decreto-36394-7-fevereiro-1969-547273-publicacaooriginal-61977-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1960-1969/decreto-36394-7-fevereiro-1969-547273-publicacaooriginal-61977-pe.html).

<sup>84</sup> ELEITO o gabinete executivo municipal do MDB. **Correio da Lavoura**, 08 de maio de 1966. Nova Iguaçu – RJ, 1966, p.2.

de ver seu projeto derrotado, deu provas de sua força política e liderança na cidade, sendo o deputado federal mais votado, com 17.861 votos contra 9.712 de Edésio da Cruz, segundo mais votado.

Tornaremos a discutir estes aspectos do campo político iguaçuano adiante. Por hora nos basta, para dar prosseguimento na narrativa dos fatos políticos, a informação já mencionada de que o MDB saíra vencedor nas eleições de 1966. Além de Ary Schiavo a legenda de oposição faria doze dos dezenove vereadores municipais.

Ao tomar assento na chefia do executivo municipal Ary Schiavo podia mesmo considerar que gozasse de uma governabilidade bastante confortável. Sua posse foi noticiada como uma “Espontânea e consagradora manifestação popular” na qual sua condução se dera nos braços do povo.

Um dia antes foi realizada a instalação da nova Câmara Municipal. Na cerimônia, que além de juramento e posse foi seguida da eleição da nova mesa diretora da casa. Na ocasião não participavam na plenária os vereadores da ARENA, que boicotaram a dita eleição. Os motivos do boicote não puderam ser esclarecidos com as fontes consultadas. Mas a eleição da mesa diretora fez-se apenas com os emedebistas presentes.

Seguia-se então com uma mesa diretora totalmente composta pelos correligionários do srº Ary. Mas podemos ponderar tal conjuntura favorável.

Ary Schiavo governou o município de 31 de janeiro, data de sua posse, até agosto quando licenciou-se para representar o município em atividades de chefe político fora do território nacional. Neste período tomou algumas medidas como equiparar os salários dos servidores com o salário mínimo vigente, isentou de multa sobre impostos municipais atrasados, tomou parte na discussão sobre o cumprimento da semana inglesa no comércio local<sup>85</sup>, buscou dar solução ao abastecimento de água no centro e na localidade de Mesquita, fez aprovar na CMNI novo código tributário municipal e encampou a construção, reforma e ampliação de alguns grupos escolares na cidade. (Vale um comentário: Atuação expressiva para um período curto. Embora saliente-se que já fora prefeito.)

Mas duas ações são merecedoras de nosso destaque, Ary Schiavo não acatou ao pedido de aumento das passagens dos ônibus da cidade e atacou o problema de

---

<sup>85</sup> DECIDIDO: Comércio não mais funcionará aos domingos... Correio da Lavoura, 05 de março de 1967. Nova Iguaçu – RJ, 1967, p.1. (Se der tempo verifique o que é semana Inglesa e explique pro seu leitor muito contemporâneo.)

infraestrutura com uma série de obras emergenciais em decorrência dos estragos causados por tempestades no município.

Em outro contexto podem parecer atividades administrativas rotineiras, vulgares, mas estas duas últimas ações acabaram por ser associadas em uma sequência de acontecimentos que culminariam na cassação do mandato do prefeito.

Uma crise entre vereadores e prefeito se iniciou quando Ary Schiavo encaminhava proposta de crédito extraordinário após catástrofes decorrentes de temporais em fins de fevereiro de 1967, o que se apreciou na casa já em meados de abril. Na mesma época seguiram pedidos de majoração das passagens municipais (de ônibus?), encaminhado por três vereadores emedebistas ao prefeito. Com a negativa de Ary à solicitação dos vereadores veio a retaliação, que se deu na forma de não aprovação do pedido de crédito extraordinário. Os três vereadores do MDB votaram com os arenistas, derrotando o pleito do prefeito por 10 votos a 9<sup>86</sup>.

Daí por diante a prefeitura passaria a ter minoria e a governabilidade que se acreditou garantida na eleição se fazia perdida definitivamente até o ato de cassação.

Afastado oficialmente do cargo em viagem à Alemanha Ocidental, Ary seria processado pela CMNI para depois ser definitivamente cassado após denúncias de irregularidades da sua gestão. O processo de cassação é demasiado complexo, mas seu resultado pôs à frente do executivo municipal pela segunda vez nestes anos o vice-prefeito eleito.

Antonio Joaquim Machado então assume o mandato para cumpri-lo também parcialmente. Em 1968 passa a sofrer acusações de ordem administrativa tal qual seu antecessor. Na expectativa de manter-se no posto muda-se do MDB para a ARENA, mas ainda assim será cassado, cedendo espaço para o presidente da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

Na ocasião com 28 anos de idade o jovem descendente de libanês Nagi Almawi, um dos vereadores do MDB que apresentaram a proposta de alteração nos preços das passagens ainda no governo Schiavo, ascendia ao posto de chefe do executivo municipal a partir da presidência do legislativo. Permaneceu no posto por pouco menos que cinco meses.

---

<sup>86</sup> Hécio Chambarelli, Nagi Almawy e Luiz Carlos Freitas foram os vereadores emedebistas que votaram com ARENA.

Ele foi o prefeito municipal de Nova Iguaçu no momento do Ato Institucional nº 05, quando a exemplo do restante da nação a cidade sofreria com o fechamento da casa legislativa e forte repressão e censura aos direitos civis.

Ainda com o legislativo municipal interdito Nagi Almawi transmitiria o posto de prefeito para o segundo interventor federal, o professor João Ruy de Queiroz Pinheiro, que assumiria como nono prefeito iguaçuano desde os idos de abril de 1964.

### **3.4 – Um interventor prepara a vitória da ARENA**

Desde 24 de fevereiro de 1969 Nova Iguaçu estará sob comando político exclusivo da ARENA considerando o afastamento dos emedebistas do cargo executivo e o fechamento da Câmara Municipal, que se verificava enquanto reflexo do quinto ato institucional desde o golpe.

Pouco tempo após o início do mandato de Ary Schiavo em 1967 havia rumores de que o emedebista teria um mandato estendido<sup>87</sup> em decorrência de um decreto emitido por Costa e Silva no final de seu governo. Tal decreto tinha o objetivo de regular os calendários eleitorais e promover a coincidência dos mandatos das prefeituras municipais, o que havia sido perdido em decorrência das diversas cassações e intervenções ao longo destes primeiros anos do regime. (Só uma observação: as eleições municipais não coincidiram no período entre 1946 a 1964. Cada câmara organizou à sua moda. Para você ter uma ideia: São Paulo elegeu seu prefeito em 1961, BH em 1962, Porto Alegre e Recife em 1963 e uma caçambola de cidades do interior até a minúscula Dr. Camargo da minha mãe em 1964.) A confusão se dava por conta de seu segundo artigo, que dizia: *A coincidência geral das eleições municipais, na forma prevista na Constituição a entrar em Vigor, operar-se-á a 15 de novembro de 1972*<sup>88</sup>.

Esta notícia com certeza causava alvoroço político, pois abortava projetos de poder não somente de arenistas que almejavam a prefeitura no próximo pleito como de personalidades do MDB que já eram dados como candidato, como é o caso de Darcílio Aires Raunheitti<sup>89</sup>.

---

<sup>87</sup> NOTÍCIAS 67. Correio da Lavoura, 19 de março de 1967. Nova Iguaçu – RJ, 1967, p.7.

<sup>88</sup> BRASIL, Ato Complementar nº 37, de 14 de março de 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-37-14-marco-1967-364745-norma-pe.html>.

<sup>89</sup> DARCÍLIO é lançado a prefeito. Correio da Lavoura, 26 de fevereiro de 1967. Nova Iguaçu – RJ, 1967, p.2.

A crise estabelecida entre a câmara e o prefeito também é posterior a esta constatação da dilatação do mandato de Ary. No entanto outros elementos ainda compõem este cenário político complicado. Segundo o relato oral de Nagi Almawi, vereador naquela ocasião, houve uma reunião com todos os vereadores numa casa no centro da cidade. Neste encontro, que durou mais de doze horas, estariam presentes autoridades militares a quem ele não nomeia. Em sua narrativa expõem que na ocasião havia uma preocupação com a integridade física dos políticos ali presentes e que o teor da reunião seria a casação do prefeito. Quanto aos responsáveis pela convocação de tal encontro e o envolvimento de políticos iguaçuanos com os militares o entrevistado é reticente, e se negou a aprofundar nestes aspectos. Após este encontro Ary seria cassado por unanimidade dos vereadores presentes na seção extraordinária da CMNI.

Importante neste momento ressaltar que após a segunda interventoria na Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu a ARENA passaria a vencer todas as disputas eleitorais até o fim do bipartidarismo.

João Ruy de Queiroz Pinheiro, conhecido por *Doutor* ou *Professor* Ruy de Queiroz será um personagem interessante na transferência do poder político das mãos dos emedebistas para uma hegemonia arenista na cidade. Oriundo de Nilópolis ele era filho da proprietária do Colégio Anacleto Queiroz, também em Nilópolis<sup>90</sup>. Segundo consta de uma biografia de Ruy de Queiroz ao tratar de sua mãe, Stella de Queiroz Pinheiro, foi:

“educadora e política, com participação ativa na história da baixada fluminense, foi vereadora, única mulher na América Latina a comandar um Tiro de Guerra EIM 400 (formou 900 soldados), fundadora da Cruz Vermelha e dos Hospitais de Nilópolis e Nova Iguaçu<sup>91</sup>”.

Neste período Nilópolis passava por um momento no qual começava a se constituir a aliança entre as famílias de libaneses Abraão e David entorno de um projeto de poder associando a política, a contravenção e a escola de samba Beija Flor de Nilópolis, constituindo a tríade do poder entorno da Família Beija-Flor<sup>92</sup>. Seria ainda

---

<sup>90</sup> Segundo afirmações em conversas informais com pessoas ligadas à política iguaçuana da época, a mãe de Ruy de Queiroz, proprietária do Colégio Anacleto de Queiroz, seria “a única mulher para quem os militares prestavam continência naqueles tempos”.

<sup>91</sup> Disponível em: <http://marcosmanso.com.br/blog/?p=67>. Acessado em 12/09/2013.

<sup>92</sup> BEZERRA, Luiz Anselmo. Família Beija-Flor. Dissertação (Mestrado em História) – UFF/PPGHIS, Niterói/RJ. 2010

cunhado do capitão e comandante da Primeira Companhia de Polícia do Exército do Brasil na Vila Militar José Ribamar Zamith<sup>93</sup>.

Sendo nilopolitano, João Ruy de Queiroz passa a constituir um elo entre os interesses políticos e locais e a ação da repressão militar na Baixada Fluminense.

“Então, você tem em Nilópolis aquele núcleo que girava entorno do Simão Sessim, do Anísio. [...] o Jorge David, o Ruy de Queiroz... A família do Ruy de Queiroz sempre foi envolvida com isso, tanto que ele foi interventor em Nova Iguaçu. Eles eram muito ligados com o pessoal dos órgãos de repressão, ao DOPS, ao Serviço Nacional de Informação do Exército ali da Vila Militar. Essa gente toda era ligada. [...] Eles eram dedos-duros. A gente chama de dedos-duros, eles eram pessoas que começavam a apontar e fazer cartório de quem era comunista e quem não era...”<sup>94</sup>.

Com Ruy de Queiroz Nova Iguaçu ingressa nos anos 1970 sob o poder da ARENA. Interessante notar que após sua intervenção, que durou pouco menos de um ano, a cidade de Nova Iguaçu teria três eleições até a queda do bipartidarismo. Na primeira o médico e ex-vereador Bolivard Gomes de Assumpção venceria para cumprir um mandato de apenas dois anos, com finalidade de regular o calendário eleitoral municipal com os demais<sup>95</sup>.

Na sequência a prefeitura receberia os dois interventores federais como prefeitos eleitos pela legenda da ARENA. Joaquim de Freitas retorna à prefeitura, agora eleito, em janeiro de 1973. E o próprio Ruy de Queiroz será também eleito em 1976, tomando posse em janeiro do ano seguinte.

Além destes, João Batista Barreto Lubanco, um advogado iguaçuano que havia sido interventor estadual em São João de Meriti, também na Baixada Fluminense, será o vice de Joaquim de Freitas. Quando Freitas se afasta do cargo de prefeito para não ser

<sup>93</sup> Sobre o Capitão Zamith transcrevemos o seguinte relato: “A criação dessa companhia [Batalhão de Caçadores - hoje 59º Bimtz] coincidiu com a chegada em Maceió do capitão Zamith (José Ribamar Zamith), comandante da PE (Polícia do Exército) no Rio de Janeiro e responsável pela invasão do Calabouço, o restaurante da União Nacional dos Estudantes (UNE) destruído à bala pela repressão. O capitão Zamith figura no livro “Tortura Nunca Mais”, editado pela Arquidiocese de São Paulo; em 1970 ele desembarcou em Maceió para servir como chefe do S-2; era mais temido no quartel do que o comandante, tenente-coronel José de Barros Paes, por coincidência, alagoano. O capitão Zamith foi um dos entusiastas da criação da Companhia Anti-Guerrilha, mas não foi comandá-la; a missão coube ao capitão Uchoa, que também era carioca, da linha dura e, igual a Zamith, magro e tabagista.” Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/?vEditoria=Reportagens+Especiais&vCod=2680>.

<sup>94</sup> MACHADO, compositor. Entrevista cedida em 15/01/07 (nome fictício). Apud BEZERRA, Luiz Anselmo. Família Beija-Flor. Dissertação (Mestrado em História) – UFF/PPGHIS, Niterói/RJ. 2010. p. 25.

<sup>95</sup> BRASIL, Ato Complementar nº 37, de 14 de março de 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-37-14-marco-1967-364745-norma-pe.html>.

também cassado por má administração Lubanco, vice-prefeito eleito pela ARENA assumirá a prefeitura para concluir o rol dos 11 prefeitos em 1975, o décimo primeiro desde a cassação de Aloízio Pinto de Barros.

A vitória da ARENA é uma vitória da revolução, pois excetuando os dois anos de mandato tampão de Bolivard Gomes de Assumpção, que possuía atuação político-partidária antes de 1964, os anos 1970 serão aqueles nos quais a cidade terá como governantes três personagens sem atuação política no período anterior à implantação do regime autoritário, mas que, após ingressarem em postos de interventoria, seriam novamente conduzidos ao posto de chefe do executivo através do voto.

Ou seja, nos anos 1970 Nova Iguaçu será governada por três prefeitos que passaram a perfilar no campo político ao lado do governo, elegendo-se após atuarem como interventores na cidade (é o caso de Joaquim de Freitas e Ruy de Queiroz) ou em um município vizinho (situação de Lubanco, ex-interventor em São João do Meriti).

Os projetos políticos para o executivo iguaçuano tiveram que adequar-se a esta realidade que, se na segunda metade dos anos 1960 ainda eram favoráveis à oposição ao regime que revestia-se de aspectos formalmente democráticos, nos anos 1970 viram-se totalmente submetidos a este projeto governista e arenista.

Um misto de interesses políticos locais com os interesses mais gerais do regime, reforçadas pelas medidas extremamente rígidas contidas no aparato legal de exceção como o AI-5 acabaram por transformar a vida política na cidade.

#### **4 – NOVA IGUAÇU: APONTAMENTOS DE UM CAMPO POLÍTICO (1960-1975).**

Neste capítulo pretendemos dar uma mostra do campo político iguaçuano nos anos de existência do antigo Estado do Rio de Janeiro – 1960-1975 – período que contém o nosso recorte temporal privilegiado, ou seja, a primeira metade do regime civil-militar – 1964-1975.

Através da análise de entrevista de alguns integrantes deste campo político e seu cotejo com a configuração mais abrangente da política iguaçuana e fluminense pretendemos verificar alguns aspectos tais como ingresso, permanência e expectativas de atuação daqueles políticos que constituíram suas bases eleitorais e ou profissionais na cidade de Nova Iguaçu.

Como vimos anteriormente, os estudos produzidos sobre a região da Baixada Fluminense tratam predominantemente da atuação de indivíduos ou de grupos de indivíduos envolvidos em movimentos sociais – igreja, associação de bairros, partidos políticos de esquerda em formação, escola de samba. Os atores políticos da região, sua atuação nos cargos eletivos ou no interior dos partidos no período do bipartidarismo são negligenciados na quase totalidade destes estudos<sup>96</sup>.

Esta configuração dos estudos sobre o período não deixa de ser reflexo de uma questão historiográfica mais abrangente em termos de definição de objetos de pesquisa. O sucesso de uma *História Social* a partir dos excluídos ou dos marginalizados é uma característica marcante. Mas como compreender esta marginalização e exclusão sem compreender também os processos de exclusão, que não se devem considerar como dados, antes se produziam através de ações efetivas de atores sociais que ocupavam espaços de poder econômico, político ou de ambos, em associação.

Aliás, como foram constituídas as associações entre poder econômico e político na região? A partir de quais estratégias era possível atingir o poder político e permanecer neste espaço. Qual o nível de ingerência que os militares exerciam na região, visto que José Cláudio afirma que houve um *modo militar de governar*? Consideramos impossível compreender o retorno da atuação enfática dos movimentos

---

<sup>96</sup> Constitui o grupo de exceção no conjunto de estudos observados a tese em desenvolvimento, em que Felipe Augusto dos Santos Ribeiro, na qual pesquisa a atuação de vereadores comunistas em Magé até 1970, a tese de Alessandra Siqueira Barreto, mesmo que com pequena interseção cronológica no princípio da carreira de um político iguaçuano, e em Manoel Henrique de Sousa Cantalejo na abordagem da cidade de Duque de Caxias. Outros apresentam personagens políticos, mas não os avaliam enquanto objeto de pesquisa.

sociais através das associações de bairro ou de categorias de trabalhadores em meados dos anos 1970, se nos anos de 1964 até então não houvesse um exercício de preservação das instituições democráticas, ainda que alijadas de parte dos seus poderes e prerrogativas originais, mas ainda assim garantindo canais de comunicação e espaços combativos contra os setores mais radicais do regime.

Este foi mesmo o intuito de preservação da democracia, ao menos de uma democracia em seu aspecto formal, que segundo a professora Maria Dalva G. Kinzo era necessária até mesmo sob a ótica dos militares na busca de garantir a sustentação do novo regime:

“Devida à necessidade de se preservar a unidade militar, foram enfatizados alguns mecanismos político-ideológicos da **democracia liberal**, entre os quais o da impessoalidade do Exército e do Estado, frisando-se que o governo não estava nas mãos de um caudilho e sim de uma instituição cujo representante, um militar, seria referendado por algum mecanismo universal e legal. Este mecanismo seriam as eleições, não importando aqui as objeções que se possam fazer ao processo de escolha. **A preservação de algum tipo de organização partidária, do Congresso e de eleições, além de contar com uma opinião internacional favorável e com o respaldo de políticos civis, serviria para legitimar uma facção e um ‘soldado’ como chefe de Estado em detrimento de outros da instituição.**”<sup>97</sup>  
[Os grifos nossos].

Se no nível nacional o funcionamento do congresso nacional marca esta resistência política, ainda que atravessada pelo bipartidarismo e demais legislações de exceção, consideramos que há de se levar em conta a atuação política dos vereadores e prefeitos em tantas cidades que mantiveram o exercício da representação política ativa, como é o caso de Nova Iguaçu. Conhecer esta atuação política nas cidades pode lançar luz sobre aspectos ainda pouco compreendidos da nossa história política recente, sobre aquilo que diferenciou o caso brasileiro de outras ditaduras da América Latina, sobre tudo no Cone Sul, onde os militares governaram sem impedimentos, fechando congressos e rompendo absolutamente com a ordem vigente antes dos golpes.

Neste sentido é que propomos um exercício de alterar a posição da observação, voltando-nos às formas de ingresso e atuação na política nestes anos em que o país rompia com a recente, e curta, experiência democrática e avançava gradativamente para o regime autoritário mais longo de nossa história republicana.

---

<sup>97</sup> KINZO, Maria D’Alva Gil. Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

#### 4.1 – Por uma história política Fluminense

O Estado do Rio de Janeiro possui uma das histórias mais ricas e complexas de nosso país. Desde que o Brasil ingressou no regime republicano até os dias atuais existiram questões delicadas a serem enfrentadas tais como a situação da cidade do Rio de Janeiro e sua integração ou independência em relação ao restante da província fluminense<sup>98</sup>.

Os estudos que abordam a história política do Estado do Rio de Janeiro em sua atual configuração ou nos períodos da antiga província fluminense, da Belacap ou da Guanabara tendem a dar ênfase aos destinos da nação, deixando de verificar a lógica interna ao próprio Rio de Janeiro. Talvez por esta predominante tônica nacionalizante da pauta historiográfica é que Marieta de Moraes Ferreira venha nos alertar que:

“Nos últimos anos a produção historiográfica sobre a cidade e o estado do Rio de Janeiro vem aumentando de forma substantiva, não só do ponto de vista da ampliação do elenco de temas abordados, mas também em termos de produção de análises mais aprofundadas que problematizam muitas dessas questões. **Ainda assim, uma lacuna importante se faz notar: uma discussão sobre a dimensão política da história carioca e fluminense, em especial no período pós-1930.**”<sup>99</sup>

Neste sentido é que consideramos pertinentes e válidas as nossas contribuições, ainda que limitadas e parciais, para o preenchimento desta *lacuna importante*. Conhecer um pouco da dinâmica do campo político da maior cidade da antiga província à época em que coexistiram o Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro é um exercício que temos buscado desenvolver.

É importante, no entanto, para fins deste capítulo, informar que não é nossa intenção esgotar o conhecimento a respeito do campo político iguaçuano. Longe desta pretensão, gostaríamos de destacar neste trabalho que há ainda muito o que pesquisar neste aspecto da história da cidade de Nova Iguaçu, assim como da Baixada Fluminense em particular e da história política fluminense como um todo.

---

<sup>98</sup> Entre outros estudos sobre a Fusão do Rio de Janeiro e Guanabara ver MOTTA, Marly. “Que será do Rio?” In: Tempo, v. 4, 1997, p.146-174; MOTTA, Marly. “Fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos”. In: Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmiento e Marly Motta (org.). Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 22.

<sup>99</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Memória Política e História do Rio de Janeiro. In Rio de Janeiro: uma cidade na história. Coordenadora: Marieta de Moraes Ferreira. RJ. Editora FGV, 2000.p.10,11.

Para exemplificar e situar este difícil objetivo utilizamos a pesquisa realizada por Surama Conde Sá Pinto em seu livro publicado no ano de 2011 “*Só Para Iniciados: O jogo político da antiga capital federal*”<sup>100</sup>. O título é baseado em sua pesquisa de doutoramento, que teve por objetivo a análise do funcionamento da política carioca na Primeira República. Destacamos, no entanto, que para alcançar tal objetivo a autora realizou profunda investigação apoiada em uma vasta base documental que incluía correspondências, biografias, Atas e Resoluções tanto do Senado como da Câmara, além de bibliografia especializada na história da cidade do Rio de Janeiro, com a qual acaba reconstruindo com maestria o campo político carioca no referido período.

Realizando o estudo prosopográfico<sup>101</sup> dos principais atores do jogo político carioca, Surama produziu um perfil destes mesmos personagens, informando-nos a respeito da constituição de uma elite política com laços que remontavam a formação universitária e atuação profissional, como na forte presença de advogados, engenheiros civis, militares e médicos<sup>102</sup> entre os prefeitos da Cidade do Rio de Janeiro naquele contexto da primeira república. Sem dúvida uma contribuição para o conhecimento de uma elite política fluminense atuante no campo político carioca.

Como não dispomos de um paralelo desta base documental, referenciais bibliográficos, historiográfico e mesmo de arquivo público municipal em condições de consulta para fins de pesquisa na cidade de Nova Iguaçu, o que pretendemos é dar uma visão panorâmica deste campo através da análise de algumas trajetórias. Além da fonte jornalística, documentos públicos com atos oficiais e bibliografia faremos emprego da interpretação de alguns relatos orais que colhemos com base na metodologia da História Oral<sup>103</sup>.

Por isto faz-se necessário indicar quais objetivos pretendemos nos limitar a dar nesta reconstrução. Buscaremos, através da abordagem de algumas trajetórias individuais, responder a questões sobre vida política em Nova Iguaçu. Aqui buscamos responder a algumas das questões lançadas na introdução deste trabalho. Quem foi o político iguaçuano? Qual sua origem social, regional e profissional? Quais os meios de

---

<sup>100</sup> PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados: O jogo político na antiga capital federal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2011.

<sup>101</sup> STONE, Lawrence. Prosopografia. *REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA*. V. 19, Nº 39: 115-137 JUN. 2011

<sup>102</sup> PINTO, Op. Cit.

<sup>103</sup> Quanto a História Oral e as questões pertinentes a aplicação da metodologia e condução de entrevistas para fins historiográficos, entre outras preocupações ao recorrer a esta fonte ver ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. - 3ª ed. - Rio de Janeiro: FGV, 2005. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. [3ª ed.] Rio de Janeiro: FGV, 2000.

acesso e como se deu a construção de uma carreira política em Nova Iguaçu? Quais os horizontes políticos oferecidos ou, ao contrário, como se dava a retirada da vida pública em alguma oportunidade?

Alguns fatores, que são importantes destacar, geram limitações a esta tentativa. O grupo de políticos iguaçuanos atuantes entre 1964 e 1975 era constituído por indivíduos pertencentes a mais de uma geração, ou, dizendo de outra forma, de gerações diferentes. Enquanto alguns iniciavam na vida política nos anos 1960 e 1970 outros já estavam no declínio político. Parcela significativa daqueles atores já é falecida. Mas podemos contar com alguns indivíduos que na época eram ainda jovens políticos, e a idade de alguns destes homens da vida pública iguaçuana está compreendida hoje na faixa etária entre os setenta e oitenta anos de idade.

Como é de se supor, e as pesquisas baseadas na metodologia da História Oral já fazem uma crítica a este aspecto, estes homens políticos possuem suas próprias construções a respeito de seu passado e de sua participação na história. Pierre Bourdieu, em *A ilusão biográfica*<sup>104</sup>, chama atenção para o fato desta construção de um discurso coligido, que pretende a preservação do nome em uma apresentação pública construída para a posteridade. Já Michael Pollak<sup>105</sup> alerta tanto para os enquadramentos de memória que se costumam construir, seja de um indivíduo ou de um grupo quanto para as lacunas perceptíveis através dos silêncios e esquecimentos em determinadas memórias marcadamente traumáticas ou vexatórias.

No entanto, nós temos que ressaltar que a existência destas limitações e condicionantes não constituem fator de impedimento para a pesquisa historiográfica, apenas são aspectos que devem ser considerados na nossa abordagem.

Como nossa pesquisa se inscreve nos anos que vão do golpe de abril de 1964 até o ano de 1975, momento que coincide com o período em que o jogo político iguaçuano e o fluminense sofrem os impactos da fusão com o Estado da Guanabara, buscamos, portanto, estabelecer contato com políticos atuantes em alguma parte destes onze anos. Entre os entrevistados temos um vereador de curta carreira, iniciada em 1962 e abandonada a política partidária em início dos anos 1970. Enquanto isto temos dois outros que permaneceram na carreira política além deste recorte, atuando no município

---

<sup>104</sup> BOURDIEU, Pierre, “A ilusão biográfica.” in AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). Usos e Abusos da História Oral. [3ª ed.] Rio de Janeiro: FGV, 2000.

<sup>105</sup> Ver: POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: v.5, n.10, p200-212. CPDOC/FGV. 1992. Ver também: POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: v.2, n.3, p.3-15. CPDOC/FGV 1989.

até nossos dias. Além de um político sem experiência legislativa local que inicia a carreira numa interventoria e a encerra no fim do regime. Isto é uma mostra representativa dos tipos de carreira política identificadas em Nova Iguaçu. Ou seja, enquanto alguns personagens políticos daquele contexto consolidaram-se na prática parlamentar, outros, ao contrário, retiraram-se da atividade ainda durante o regime militar, ou saíram de cena com o seu fim.

Assim faremos entre estes a primeira distinção: políticos de carreira, ou os *profissionais da política*, aqueles que viveram uma vida política de maneira continuada; e os políticos que emergem numa dada conjuntura, os que tiveram uma curta experiência política representativa, mas que construíram carreiras profissionais fora da representação política, o que não significou necessariamente o abandono do campo político em última instância. Nesta abordagem podemos identificar os entrevistados a partir da quantidade de cargos e mandatos exercidos no quadro a seguir:

**Quadro 5: Carreiras, segundo a quantidade de mandatos exercidos.**

<b>Nomes Cargos</b>	<b>Celso Barroso Valentin</b>	<b>João Batista Barreto Lubanco</b>	<b>Nagi Almawi</b>	<b>Valcir Almeida</b>
<b>Vereador</b>	<b>6</b>	—	<b>7</b>	<b>1</b>
<b>Presidente da CMNI</b>	<b>3</b>	—	<b>1</b>	—
<b>Prefeito</b>	—	<b>1</b>	<b>1</b>	—
<b>Vice-Prefeito</b>	—	<b>1</b>	—	—
<b>Interventor</b>	—	<b>1</b>	—	—
<b>Deputado Estadual</b>	—	<b>1</b>	—	—
<b>Deputado Federal</b>	—	—	—	—
<b>Senador</b>	—	—	—	—

Esta distinção primária serve, de antemão, para ajudar a identificar no discurso do entrevistado um comprometimento em construir uma representação de sua atuação política, conforme veremos. Aqueles que ainda possuem atuação política em nossos dias estão, com certeza, preocupados em alguma instância, com a versão que pretendem

divulgar, de acordo com objetivos políticos em jogo na atualidade. Enquanto os que não possuem mais pretensões eleitorais objetivadas em nosso tempo pretendem realçar suas ações e a representação de suas imagens para uma posteridade, como uma forma de legado histórico para a cidade.

Notemos que temos entre estes quatro personagens da política iguaçuana dois campeões em mandatos de vereadores, Nagi e Celso com seus sete e seis mandatos, respectivamente. Ambos puderam experimentar a presidência do legislativo municipal, mas apenas Nagi alçou o posto de chefe do executivo a partir desta função. Valcir Almeida possui apenas uma experiência no legislativo municipal. Já o advogado João Batista Barreto Lubanco constitui um caso curioso. Ele possui experiência em quatro atividades distintas: Interventor Federal, Vice-Prefeito, Prefeito e Deputado Estadual, no entanto só foi eleito para exercer os cargos de Vice-Prefeito e Deputado Estadual, acendendo aos outros dois mandatos de maneira indireta. Primeiramente foi nomeado como interventor em São João do Meriti, onde atuou a primeira vez na política da Baixada Fluminense em cargo que podia ser alcançado por eleição e depois como prefeito de Nova Iguaçu, em decorrência do afastamento do prefeito eleito, como tornaremos a relatar com mais detalhes.

Visando realçar esta distinção apresentaremos noutro quadro a duração da atuação política de cada um. Neste quadro pretendemos indicar o início da atuação política, e seu fim quando houver e também os partidos pelos quais eles passaram ao longo da trajetória que nos descreveram, ou que pudemos verificar em outras fontes.

**Quadro 6: Carreiras, segundo os partidos e tempo de atuação no exercício de mandatos.**

<b>Nome</b>	<b>Partidos</b>	<b>Início do primeiro mandato</b>	<b>Final do último mandato</b>
Celso Barroso Valentin	ARENA/PSD/PFL/PL/PHS	1970	2008
João Batista Barreto Lubanco	ARENA	1970	1982
Nagi Almawi	MDB/PDT/PSC/PL/PMDB	1964	2008
Valcir Almeida	PDC/ARENA	1962	1966

Relacionando a quantidade de mandatos e o tempo de permanência na vida política podemos afirmar que Celso Barroso Valentin e Nagi Almawi se constituem verdadeiros políticos profissionais. Com destaque ao caso de Nagi, que segundo suas próprias palavras, “tomou assento em todas as cadeiras pretas em Nova Iguaçu”, numa alusão ao fato de ter exercido mandato de Vereador, Presidente da Câmara e Prefeito.

Valcir teve a carreira abortada durante o período da ditadura, quando ao ingressar na ARENA em 1966 veio a concorrer para Deputado Estadual. Agora derrotado nas urnas, após ter sido um dos vereadores mais votados em 1962, não tornará a se candidatar. De fenômeno eleitoral ao abandono político foi uma trajetória curta e conturbada pelo golpe. Lubanco teve uma carreira política iniciada e encerrada no regime autoritário ao qual apoiou como se nota no recorte temporal e partido no qual atuou. Entre 1971 e 1979 Lubanco esteve filiado ao partido do governo. Notamos a partir de dados elencados em fontes e relatos que ele foi o que podemos considerar como representante do político tecnocrata, voltado às questões administrativas como reformulação da estrutura governamental da Prefeitura de Nova Iguaçu e transformação no plano de cargos e salários<sup>106</sup> durante sua gestão à frente do executivo municipal.

#### **4.2 – Política como vocação**

Em comum os personagens que estamos abordando tem a política como vocação e não como projeto. Esta é sempre a tônica dada em seus discursos durante as entrevistas. Cada um, a seu modo, teria recebido um chamado para a vida pública. Em nenhuma oportunidade o ingresso na política é declarado como um projeto pessoal. Esta foi uma construção percebida no discurso de todos os quatro entrevistados ao referirem-se às próprias trajetórias políticas.

Iniciarei com os políticos que podemos considerar como contextuais ou, adotando a expressão bourdiana para elementos estranhos a um determinado campo,

---

<sup>106</sup> Servidores com mais de 35 anos de prefeitura, que foram consultados de maneira informal, pontuaram estas transformações na administração municipal no governo Lubanco. A transformação das Divisões em Secretarias e a criação de um plano de cargos e salários moderno estão entre os feitos, mas alguns projetos que não puderam ser concluídos como a desapropriação da Fazenda São Bernardino para construir um parque multiuso e criação de um centro administrativo moderno para a cidade, que constam entre as ações planejadas por Lubanco durante sua gestão. Na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro atuou na Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana - FUNDREM e esteve, em data não identificada nos anos 1970, participando de cursos da Escola Superior de Guerra, chegando a publicar os resultados de seus estudos, entre outras atividades que pudemos levantar.

profanos<sup>107</sup>. São os casos do comerciante e servidor público Valcir Almeida e o advogado da Associação Comercial Industrial de Nova Iguaçu João Batista Barreto Lubanco, mais conhecido por Doutor Lubanco.

Valcir e Lubanco partilham uma origem comum. Ambos são oriundos do norte fluminense, aquele nascido em Conceição de Macabú e este no distrito de Santa Maria na cidade de Campus. Suas semelhanças cessam por aí.

Valcir Almeida veio para a Baixada Fluminense na primeira infância, vindo para localidade conhecida por Brejo – antiga designação do atual município de Belford Roxo – e somente depois para o distrito sede de Nova Iguaçu.

De família humilde relata que teve de iniciar na colaboração com o sustento do lar ainda criança, vendendo mangas próximo à estação do trem, quando a família ainda estava morando no Brejo. Na juventude trabalhou em bares e vendia mantimentos a estabelecimentos comerciais em diversos lugares de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro até montar um negócio próprio e casar-se.

Nesta fase constitui-se como empresário do ramo de varejo, montando sua rede comercial entre os anos de 1956 a 1962. Seu comércio foi estabelecido em bairros fora da região central da cidade de Nova Iguaçu, conforme ele mesmo nos relatou, seus armazéns estavam localizados nos seguintes bairros: Agostinho Porto e Coelho da Rocha (atualmente pertence à cidade de São João do Meriti), Belford Roxo e Mesquita (emancipados nos anos 1990) e Califórnia (um bairro iguaçuano).

Já estabelecido como comerciante, proprietário de cinco armazéns em Nova Iguaçu ingressou no Instituto de Pensões e Assistência aos Servidores do Estado - *IPASE*<sup>108</sup> em janeiro 1958. Para não acumular função pública com o trabalho no comércio legou a manutenção do mesmo à sua esposa. Nesta oportunidade constituiria muitas relações, tanto com beneficiários do instituto como com comerciantes iguaçuanos e com políticos. Em princípio dos anos 1960, em decorrência desta relação seria convidado a ingressar na vida política segundo seu relato:

---

<sup>107</sup> “Esse microcosmo é também separado do resto do mundo. Como o campo religioso, o político repousa sobre uma separação entre profissionais e os profanos.” BOURDIEU, Pierre. O campo político. Op.Cit. p.195.

<sup>108</sup> O IPASE constitui um dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, conhecidos por IAP's. O IPASE foi criado em fevereiro de 1938. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>>. Acessado em: 02/02/2014.

“Eu não estava pensando em sair (...) vereador [...] **Mas aí um dia um conhecido, o Casemiro, ali na Capitão Chaves** [Rua do centro de Nova Iguaçu] **disse assim: você é muito querido Valcir! Por quê você não corre a vereador?** [...]

La ser festa de São Pedro [...] vamos fazer uma festa aqui. E aí eu fui em Madureira comprar batata doce e aipim [...] comprei leite ninho e leite moça. [...].

Fiz dia vinte nove de junho [o lançamento da campanha] e a eleição foi em outubro! **Foi praticamente três meses de campanha e tive 1054 votos!**<sup>109</sup> [Os grifos nossos].

Concorrendo pelo Partido Democrata Cristão (PDC), legenda que não possuía nenhum vereador eleito no município até então, Valcir Almeida seria o terceiro candidato a vereador iguaçuano mais bem votado no pleito de 1962, recebendo 1053 votos. Ele ficaria atrás apenas de Antônio Mesquita do PTB e Adjovaldo silveira do PSP, com 1065 e 1050 votos respectivamente<sup>110</sup>. Não por acaso o mais votado seria do PTB, que conquistou o maior número de cadeiras nesta eleição.

Tomando posse juntamente aos demais vereadores, em 24 de janeiro de 1963, compunha então a corrente minoritária de oposição naquela legislatura iguaçuana. Na ocasião da posse foi candidato da chapa oposicionista pela *Comissão Executiva da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*<sup>111</sup>, pleito no qual era candidato à presidência da Câmara, no que foi derrotado juntamente com seu grupo oposicionista ao Prefeito Aluízio Pinto de Barros<sup>112</sup>. No entanto a candidatura atenderia ao anseio de uma parcela da população, de comerciantes conhecidos que o considerava *muito querido*, não se tratando de um projeto particular o ingresso na vida política.

Doutor Lubanco, como João Batista Barreto Lubanco é mais conhecido na cidade, chega em Nova Iguaçu já adulto, casado, servidor na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro<sup>113</sup> e estabelecendo seu escritório de advocacia na praça comercial da cidade. Mas isto foi um processo, como poderemos verificar adiante.

Formado e atuando na Comissão de Constituição e Justiça da ALERJ ele logo se estabelecerá como advogado da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu

<sup>109</sup> Valcir Almeida; Entrevista cedida ao autor, 10/02/2011.

<sup>110</sup> RESULTADO COMPLETO das eleições neste Município. Correio da Lavoura, 28 de outubro de 1962. Nova Iguaçu – RJ, 1962, p.2.

<sup>111</sup> A Comissão Executiva da Câmara Municipal de Nova Iguaçu era composta pelo Presidente e Vice-Presidente da Câmara, primeiro e segundo secretários e suplentes. Era incumbida de presidir as reuniões ordinárias da CMNI, encaminhar procedimentos administrativos, administrar o orçamento do legislativo e promover a nomeação de comissões especiais, entre outras atribuições previstas no regimento interno.

<sup>112</sup> SESSÃO Especial no legislativo iguaçuano. Correio da Lavoura, 03 de fevereiro de 1964. Nova Iguaçu – RJ, 1964, p.01e 02.

<sup>113</sup> Lubanco é aposentado no cargo de Procurador de Primeira Classe da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, local onde ingressou em meados da década de 1950.

(ACINI), como consta no livro comemorativo dos 50 anos daquela associação<sup>114</sup>, mas que nos parece melhor descrito na sua narrativa:

“Minha chegada não foi diretamente a Nova Iguaçu. Eu cheguei... Eu era na época assessor técnico da Comissão de Constituição e Justiça, e conheci o deputado Osmar Serpa de Carvalho. E como eu dava uma assessoria técnica, era formado, ele me convidou para dirigir o escritório dele em Nilópolis. E eu achando que a região de Niterói estava esgotada e acreditando no desenvolvimento da Baixada resolvi aceitar o desafio. [...] Mas essa parceria não durou muito tempo. [...] Aí eu fui trabalhar sozinho como advogado. E aí trabalhei, não tinha escritório, trabalhava num cartório que me cedeu uma mesa. E comecei minha vida profissional em Nilópolis[...] **Nilópolis era muito pequeno, e os preços do aluguel eram muito elevados. E foi então que eu fui conhecendo os serventuários, principalmente o Evaristo, Chambarelli, Salomão, D'Ávila, e outros que moravam em Nova Iguaçu. Eles me chamaram para morar em Nova Iguaçu.** [...] Aí eu encontrei o Geraldo Miquelotti, que é uma pessoa muito querida aqui de Nova Iguaçu, e o Geraldo Miquelotti então me facilitou o aluguel de um apartamento, num prédio que era do sogro dele. **E eu vim morar em Nova Iguaçu. [...] em janeiro de 1956.**

[...] O Geraldo era um homem, era um industrial, do ramo de bebidas em Nova Iguaçu. Bebidas Drama. E o Geraldo, não sei por que cargas d'água, não tinha televisão [...] e ele passou a ser na época o que se chamava de telezinho [...] O Geraldo foi uma um cara, pessoa absolutamente importante na minha vida. [...] O Geraldo, um dia, chegou pra mim e disse assim. Ele me chamava de Doutor João:

**- Doutor João! O senhor não aceita ser advogado da Associação Comercial?**

**Eu digo: – Pra ontem!**

**Pô, eu tava querendo entrar em Nova Iguaçu! Falei: Pra ontem!**

**Disse: Ah, tem uma reunião lá, hoje! Eu vou lá pra uma reunião. O senhor topa ir?**

**Botei um terno e fui pra reunião. E lá começou minha vida em Nova Iguaçu. [...]**

**Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu.** É o órgão que representa as classes empresarias em Nova Iguaçu. O órgão civil! Você tem o outro órgão que é o sindicato. [...] O sindicato não é um órgão civil, o sindicato é o órgão de uma certa forma que tem um vínculo ao governo. Já a associação civil tem total independência. [...] **Atualmente não tem essa presença, mas no passado a associação comandava a vida política, no sentido amplo da palavra, de Nova Iguaçu.**”<sup>115</sup> [ Os grifos nossos].

A Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu teria participado ativamente na vida da cidade nos dias que se seguiram ao golpe de 1964. Entre suas

<sup>114</sup> ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE NOVA IGUAÇU - ACINI. Uma História de Lutas. ACINI 50 Anos: Instituição a Serviço de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu-RJ, 1995.

<sup>115</sup> João Batista Barreto Lubanco; Entrevista cedida ao autor, 22/10/2010.

atuações uma exposição de material subversivo apreendido nos primeiros dias de abril seria organizada pela associação<sup>116</sup>. Entre o material contou-se artefatos explosivos caseiros (como coquetéis molotovs) e materiais impressos (não identificados na notícia se foram livros, panfletos, jornais, etc.). Em todas as ações sempre teve parte o Doutor Lubanco. Não podemos afirmar se esta atuação seria necessariamente de apoio ao regime<sup>117</sup>, mas o fato é que entre 1970 e 1971 João Batista Barreto Lubanco foi interventor no município de São João do Meriti.

Segundo seu próprio esclarecimento o método de indicação para o cargo não passava pelo escrutínio de ninguém além dos comandantes militares. Seu nome teria sido o terceiro em uma lista tríplice, como que fosse apenas para complementar o leque de opções. No entanto saíra daí sua indicação, conforme nos declarou:

“Aí houve a intervenção federal em Nova Iguaçu e foi nomeado o João Ruy de Queiroz Pinheiro, o Ruy Queiroz. **E o Ruy me convidou [em 1969] pra ser secretário, diretor de departamento** - naquele tempo não tinha secretaria, as secretarias foram criadas por mim em 76, 1975 ou 76. **Aí ele me chamou para ser diretor no Departamento Espacial e Econômico. E aí eu dei os primeiros passos para o desenvolvimento econômico de Nova Iguaçu.**

E... **Eu não sei por que cargas d’água, eu entrei na lista tríplice quando o governo federal resolveu fazer intervenção no Município de São João de Meriti, pediu à Vila Militar que indicasse três nomes.** E eu entrei como terceiro nome apenas... Meramente para compor a lista tríplice. Mais o candidato forte era outro. Eram os dois primeiros. Um era daqui de Nova Iguaçu, Ruy [Berçot] Matos. E o outro era Ricardo Augusto de Azeredo Vianna, de Duque de Caxias. Que era um Médico, grande tribuno, muito bom! E o Ruy Mattos que era o candidato do então interventor federal de Nova Iguaçu, o Ruy de Queiroz.

**E aí então, precisamos de um terceiro nome, bota o nome do Lubanco. Entrou meu nome, tinha que entrar meu currículo. Aí acabei nomeado a minha revilia. Eu nem sabia que tava na lista tríplice [...] Pelo presidente da República!**

Só que essa intervenção foi praticamente uma intervenção militar. Porquê? **Por que foi a Vila Militar que fez o levantamento da corrupção que existia na prefeitura de São João de Meriti patrocinada pela ARENA.** Que era o partido do governo!

<sup>116</sup> ATUANTE a Associação Comercial Industrial: combate aos extremistas. Correio da Lavoura, 12 de abril de 1964. p.01.

<sup>117</sup> Bráulio Rodrigues da Silva afirma que muitos grileiros aproveitaram o golpe de 1964 para atuar com capangas no conflito agrário que existiu no Município de Nova Iguaçu, na localidade conhecida por Pedra Lisa. Podemos nos questionar até onde a atuação de empresários na repressão armada não atingia interesses diversos dos políticos. Ver MEDEIROS, Leonilde Servolo (Org.). *Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense/Bráulio Rodrigues da Silva*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

Então era preciso nomear alguém, e aí talvez tenha sido eu o escolhido, por que eu não tinha vínculo! Eu não tinha vínculo com a ARENA. Nenhum!

Então talvez eles não queriam alguém muito vinculado ao interventor de Nova Iguaçu - **ele é muito ‘regime militar’** [ênfase grave na voz]. Então eles não queriam na realidade. Os militares jamais queriam que os militares, ou que alguém muito vinculado a eles fosse para determinados cargos que eram dos civis. [...]

**E eu recusei! [...] E aí eles disseram: Você não tem como recusar mais! Por que seu nome foi na lista tríplice, como nós vamos dizer isso pro Presidente da República?**<sup>118</sup> [Os grifos nossos].

Conforme Lubanco reforça, sua nomeação não era um objetivo seu. Seu ingresso na política também seria o atendimento a um chamamento público, desta vez da presidência da república.

Passemos aos outros dois entrevistados, aqueles que constituíram uma carreira política irrefutável tanto pela quantidade de eleições em que disputaram como de anos que se dedicaram à vida pública em Nova Iguaçu.

Celso de Barros Valentin, nascido em Bangu subúrbio do Rio de Janeiro, estabeleceu-se em Nova Iguaçu em 1956 após ser demitido do banco onde trabalhou por quase dez anos. Com a indenização recebida da demissão e associando-se a um cunhado eles vieram a fundar um estabelecimento comercial de gêneros na localidade de Miguel Couto, bairro pertencente ao município de Nova Iguaçu nos atuais limites da cidade com Belford Roxo.

Em sua descrição do local a precariedade é destacada. Água, escolas, estradas, tudo era deficiente em Miguel Couto no tempo de sua narrativa. Em determinada ocasião no fim da década de 1960 o trânsito de seu caminhão de entregas tornar-se-ia inviável por conta de uma queda de ponte, atrapalhando as entregas, e Celso procurou um vereador eleito com muitos votos na região com intuito de solucionar a questão. Segundo Celso o vereador teria lhe respondido que não faria calçamento ou qualquer melhoramento naquela localidade, pois não devia favores àquela população. Segundo o vereador todos os votos obtidos naquele lugar haviam sido pagos na ocasião, o que na lógica de tal vereador o isentava de executar quaisquer benfeitorias no bairro.

A partir desta experiência, e em conjunto com populares e comerciantes do bairro de Miguel Couto, Celso aceitaria a decisão de ser candidato a vereador para zelar pela região. Buscou apoio do deputado federal José Haddad, a quem foi apresentado

---

<sup>118</sup> João Batista Barreto Lubanco. Entrevista cedida ao autor, 26/11/2010.

através do contato proporcionado por Valcir Almeida que era então pré-candidato a deputado estadual. Após descrever Haddad como homem de caráter respeitável, com quem foi conversar sobre os motivos de sua candidatura, Celso foi explicando que seus interesses eram as melhorias para o lugar onde se estabelecera com sua família e onde realizava seus negócios. A comunidade de Miguel Couto desejava eleger um vereador buscando diminuir as dificuldades daquela região, assim Celso também teria que ingressar na vida pública para atender a uma demanda que não seria sua exclusivamente, mas de um grupo de comerciantes e moradores<sup>119</sup>. Assim foi inscrito na ARENA e concorreu a vereador com apoio dos demais candidatos da legenda, podendo levar durante a candidatura o governador Jeremias Fontes para inauguração de uma Escola Estadual Barão de Tinguá, que foi construída por intermédio do deputado estadual Jorge Lima como parte de suas campanhas em 1970. Sua iniciação na vereança se deu na legislatura de 1971 a 1972, inaugurando uma longa carreira na edilidade.

Único dos entrevistados que possui a cidade como local de nascimento, Nagi Almawy partilha de outras características comum a uma grande parcela da população iguaçuana: é filho de imigrante. Seu pai foi um libanês, atuante no comércio ambulante, ou mais comumente conhecido como mascate. Chegou à Nova Iguaçu no início do século XX e casou-se com filha da boa sociedade local. Esta genealogia é construída pelo nosso entrevistado para explicar que sua família é tradicional, sendo já mais do que centenária na cidade apesar de o chefe da família ser um imigrante libanês. Neste caso a mãe, sendo de família local “empresta” uma antiguidade, um enraizamento, que legitima os Amalwy enquanto membro das famílias tradicionais em Nova Iguaçu.

O jovem Nagi Almawy, na oportunidade com 26 anos de idade, sairá como candidato a vereador. Uma candidatura que deveria representar os interesses de um grupo político no qual ele já atuava. Segundo o próprio, na época ele pertencia a um grupo de colegas, em sua maioria ligados às atividades profissionais relacionadas aos cartórios, que tinha posicionamentos políticos afim e costumavam se articular para lançar candidaturas.

Segundo seu discurso os serventuários possuíam uma representação política ligada a políticos que eram próximos a elite local, citando o caso de Mário Guimarães como exemplo desta relação. Em 1966 seu nome teria surgido entre este grupo para representar a vontade destes colegas de renovar os quadros políticos e garantir que um

---

<sup>119</sup> Celso Barroso Valentim. Entrevista cedida ao autor, 02/10/2013.

serventuário de origem social e política menos elitista pudesse acender ao cargo político. E o espectro político encontrava-se então desta forma dividido:

“A ARENA era um partido da burguesia, da elite, o MDB era um partido mais popular. Onde tinham as figuras de Getúlio de Moura e Edésio da Cruz Nunes que na verdade eram homens, políticos mais populares que o doutor Mário Guimarães na época, que era da UDN, Darcílio Ayres Raunhetti que era da UDN. Figuras que tinham na época uma ligação muito grande com a elite. Representavam a elite de Nova Iguaçu! (...) eu era uma figura, traduzindo, popular. Em sendo uma figura popular eu não tinha outro caminho senão ir pro MDB<sup>120</sup>.”

Sua indicação não era um projeto político pessoal, seria, ao contrário, um projeto coletivo de renovação política para o qual ele seria adequado por suas características pessoais de serventuário jovem, sério, responsável e de origem humilde. Foi o vereador mais jovem eleito para aquela legislatura, assumindo a presidência da Câmara.

“O meu ingresso na vida pública se deu em 66, meu primeiro mandato, e tínhamos daqui no nosso grupo o vereador Mauro Miguel (...). E aí o Mauro Miguel, nós ajudamos a eleger ele em 62, mandato de 62 a 66. Em 66 nós tínhamos conversado que seria candidato outro, nós faríamos o rodízio (...) e a turma de apoio, o pessoal de cartório também, os amigos de cartório, o pessoal viu em mim alguém que podia representar o município (...) a sede, que aquela época essa divisão era muito importante (...) e eles então queriam que eu fosse candidato e eu me lancei candidato pelo MDB.<sup>121</sup>”

A tomada de decisão para uma atuação política é algo que vem sempre acompanhada de uma narrativa que põe estes atores políticos enquanto sujeitos de uma vontade maior, de uma convocação pública, uma decisão coletiva e além das demandas individuais. Seja de um grupo de cidadãos local como Valcir e Celso, de uma categoria como no caso de Nagi que foi representando os amigos serventuários ou do governo para intervir em uma má administração como ocorreu com Lubanco, a vida política surge como uma missão a ser cumprida.

Esta característica não é incomum, como pudemos tomar conhecimento no trabalho de Karina Kuschnir sobre o cotidiano da política na cidade do Rio de Janeiro. Seu livro que se chama exatamente *O cotidiano da política*<sup>122</sup> relata a experiência política de uma família no subúrbio carioca. Por considerar que as regiões suburbanas

<sup>120</sup> Nagi Almawi. Entrevista cedida ao autor, 15/01/2014.

<sup>121</sup> Idem.

<sup>122</sup> KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2000.

do Rio de Janeiro guardam muitas semelhanças com a cidade de Nova Iguaçu, sobretudo em sua porção que se desenvolveu ao longo da linha férrea, como são os casos do distrito sede, do ex-distrito iguaçuano de Mesquita (emancipado em 1999) e do bairro de Comendador Soares, tomamos emprestadas algumas considerações ali encontradas.

Assim como os “Silveira” de Kuschnir, os políticos por nós entrevistados constroem uma narrativa mítica de seu ingresso na carreira política, que de maneira alguma cumpre um plano particular e sim atende a uma demanda social. Mas na prática o que se observa é que o lançamento destas candidaturas passa necessariamente por um apadrinhamento de um candidato que já possui cargo eletivo, um deputado estadual ou federal por exemplo, bem como por uma decisão no interior dos partidos políticos, ou do próprio governo no caso de Lubanco. Isto é simples de compreender, pois com o coeficiente eleitoral a ser batido para obtenção de mais assentos nas esferas legislativas a opção por bons candidatos, ou dos chamados candidatos “bons de voto”, pode ser a diferença entre a conquista de uma bancada expressiva ou a amargura de uma minoria fragilizada.

Nas palavras da autora:

“Estudos sobre recrutamento e origem social das candidaturas de parlamentares tem mostrado a importância desses fatores para êxito na carreira. A necessidade de um ‘patrono’ para se ter acesso à esfera da política institucional é apontada como uma característica das carreiras políticas no Brasil. Por outro lado, algumas análises apontam o crescimento da influência das estruturas partidárias nesse contexto. A fidelidade ao partido tenderia a resultar em maiores chances de concorrer a um cargo eletivo, assim como de ter êxito na eleição”<sup>123</sup>

### **4.3 – Atuação política em Nova Iguaçu.**

Avaliando o perfil de cada um de nossos entrevistados podemos extrapolar nossa análise para o conjunto dos agentes políticos iguaçuanos naquele contexto. Passemos a este ponto.

Acompanhando a vida política e as eleições desde o final do Estado Novo através das páginas do Correio da Lavoura podemos identificar uma forte presença, no campo político iguaçuano, de indivíduos ligados a atividades cartoriais. Podemos

---

<sup>123</sup> Idem, Ibidem.

elencar alguns nomes de políticos envolvidos nesta atividade para ilustrar o que estamos afirmando: Darcílio Ayres Raunheitti, Zorly Martins, Ary Schiavo e Aluízio Pinto de Barros estão listados apenas para indicar candidatos com votações expressivas na cidade, sendo os dois primeiros eleitos deputados estaduais, Darcílio chegando a deputado federal e os últimos dois tendo sido eleitos prefeitos de Nova Iguaçu, sendo que Schiavo foi eleito por duas vezes – 1955 e 1966.

Além destes pudemos verificar ainda outros candidatos deste ramo profissional, ainda que de menor expressão eleitoral. Mas o que importa é que na cidade, por algum motivo que não soubemos ainda decifrar, Nagi Almayw não constitui uma excepcionalidade quanto sua origem profissional em relação ao ingresso numa carreira política. Aparentemente o capital político desta categoria pode ser originário de sua clientela cartorária, no atendimento diário às demandas de uma população majoritariamente pobre e pouco instruída, excessivamente dependentes quando se trata de solucionar pendências neste campo da vida cível. A existência de outros serventuários no desempenho de atividades político-partidárias garantia que Nagi dispusesse de algum acesso ao capital político, e que, em sua *posição*, saberia manejar as margens de *possibilidades e impossibilidades* que o campo apresentasse<sup>124</sup>.

Órgãos de assistência como foram os chamados Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP) das diversas categorias profissionais que coexistiram até sua unificação com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966 são reconhecidamente espaços onde se adquire um vasto capital político no exercício cotidiano do atendimento a diversos eleitores em potencial. Recorremos aqui novamente ao trabalho de Karina Kuschnir para lembrar que o senhor Fernando Silveira<sup>125</sup> iniciou sua carreira política quando atuava no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos (IAPM), quando se afastou da atuação sindical, chegando a ser presidente do mesmo instituto.

No caso de Valcir Almeida, com a visibilidade pública que a posição de mediador e facilitador na solução de problemas ligados ao acesso às aposentadorias e pensões no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado no escritório situado em Nova Iguaçu levou a um grupo de comerciantes a apoiar sua

---

<sup>124</sup> Bourdieu faz este tipo de abordagem em O campo científico, onde apresenta os modos como um agente de um campo maneja o capital político acumulado no interior de seu campo para alcançar objetivos dentro de suas possibilidades. BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico.

<sup>125</sup> Numa opção da pesquisadora pela preservação da identidade de todos os envolvidos optou-se por referir-se por nomes que a mesma atribuiu. Os “Silveira”, família de políticos do subúrbio carioca, são analisados sob este nome fictício.

candidatura a vereador. Ele já havia ingressado no referido posto de atendimento do IPASE iguaçuano através de indicação do diretor do instituto, que por sua vez também possuía pretensões eleitorais ao indicar Valcir para o trabalho. Além de ter sua irmã trabalhando no referido instituto Valcir havia coordenado o diretório iguaçuano de [inaudível]<sup>126</sup> em sua candidatura a Deputado Estadual na eleição de 1958, oportunidade em que coordenou 18 “funcionários” da campanha do pedecista.

O apadrinhamento que pode ser atribuído à existência de laço familiar, sua irmã que já atuava no IPASE, o que lhe garantiu um posicionamento de destaque na coordenação da candidatura do diretor do instituto. Mesmo não sendo eleito o diretor reconheceu a atuação de Valcir em sua campanha, nomeando-lhe na cessão iguaçuana do instituto. Após apresentar boa atuação na coordenação da campanha, seguido de uma desenvoltura no serviço que lhe garantia a simpatia e o reconhecimento dos usuários do serviço, foram percebidos pelo grupo que alçou sua candidatura como uma possibilidade de fazer um representante no legislativo municipal.

Valcir Almeida não faz menção, mas nós podemos deduzir, que os membros do grupo de comerciantes que o convidaram a se candidatar possuíam vínculos com o partido pelo qual ele viria a ser eleito. O próprio diretor do IPASE deve ter sido bastante influente nessa decisão, apesar de omitido na narrativa de Valcir Almeida. Assim como no caso de “Marta Silveira”<sup>127</sup>, ele dispunha do capital político de ter coordenado uma candidatura, obtendo com isto o acesso a uma série de dados de eleitores que se não elegeram um deputado podia ser canalizado para um vereador. Isto caracterizaria a preocupação partidária em obter uma votação expressiva a ponto de atingir o coeficiente eleitoral, algo relativamente mais difícil para os partidos de menor porte como era o caso do partido de Valcir em 1962, o PDC. E ele reforça a sua posição enquanto primeiro vereador do partido a ser eleito na cidade, esquecendo-se que fora o único por conta do estabelecimento do bipartidarismo que se seguiu.

O apadrinhamento também é verificado no caso da candidatura de Celso Barroso Valentim. Apesar de ele não informar se possuía vinculação partidária anterior a sua primeira candidatura nós verificamos que ele não teve dificuldade em entrar em contato com um deputado, que lhe ouviu em sua pretensão política. Ser comerciante pode ser considerado como facilitador neste caso? Talvez o sentido possa ter sido o inverso, o de

---

<sup>126</sup> O nome do candidato está inaudível na gravação que foi realizada. Valcir Almeida faleceu pouco tempo após conceder esta entrevista, antes que pudéssemos realizar outras gravações e tirar dúvidas sobre este ou demais aspectos de sua carreira política e empresarial.

<sup>127</sup> KUSCHINIR, Karina. Op. Cit.

o deputado ter interesse eleitoral em constituir um candidato a vereador naquela localidade.

Não podemos ignorar que Celso Barroso Valentim candidatou-se em 1970, coincidindo com o avanço da ARENA em Nova Iguaçu, que perdera as eleições de 1966 tanto no executivo como no legislativo, quando fez somente sete de dezenove vereadores. Na década de 1970 o partido do governo venceria sistematicamente tanto no executivo como no legislativo. O ponto de inflexão parece ter sido exatamente as eleições de 15 de novembro de 1970.

A ARENA fez os prefeitos nos pleitos de 1970, 1972 e 1976<sup>128</sup>. Além desta vitória no executivo o partido passou a constituir a maioria no legislativo neste período, tornando-se hegemônico nos anos 1970 na Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

A busca pelo partido por um comerciante pode ser considerada meramente acidental? Ou teremos uma estratégia política onde de uma parte, o comerciante, era percebido o movimento de fortalecimento do partido do governo que passava a investir em obras e serviços sob indicações de políticos arenistas. Da outra parte o partido que, pretendendo crescer, buscava arregimentar candidatos viáveis em bairros afastados do centro. Celso pode ser considerado como um, entre muitos, que colaboraram pelo meio do voto democrático, para a legitimação do partido do governo e do próprio governo que visava manter o sistema democrático formal em funcionamento, ainda que sob intervenções e alterações das *regras do jogo político* quando estas não lhe parecessem favoráveis.

Foi o caso do AI-2 e o próprio bipartidarismo, onde o partido do governo passou a ser composto por quase dois terços dos deputados Federais na época de sua criação<sup>129</sup> e das sublegendas, que visavam conformar os políticos no interior dos partidos surgidos no novo sistema político. Nos anos 1970 novas alterações nas regras eleitorais seriam percebidas em momentos onde o regime se sentia fragilizado com o crescimento da representação da oposição, como nas eleições de 1974. Isto sem esquecer que em momentos de crise, como em 1968, foram realizados expurgos políticos, de maneira que

---

<sup>128</sup>BATISTA, Alofs Daniel. Da laranja ao golpe militar: política iguaçuana e o golpe civil-militar. In.: GARCIA, Graciela; Sales, Jean; SILVA, Lúcia (Orgs.). Capítulos de história da Baixada Fluminense. Seropédica/RJ: Ed. da UFRRJ, 2013.

<sup>129</sup>KINZO, Maria D'Alva Gil. Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

a prática política possuísse sempre contornos democráticos, mas no seu interior haveria sempre limitações impostas pelo regime político vigente<sup>130</sup>.

A oposição destacava que o partido do governo precisaria fazer mais que dar “batidinhas nas costas” para se tornar viável eleitoralmente. Precisaria de candidatos que se comprometessem com a legenda. Isto fica claro na crítica publicada na edição de 04 de outubro de 1970, ou seja, às portas das eleições daquele ano, intitulada de LIBERAIS e assinada por Paulo Monteiro:

“E a Arena tenta com muita batidinha nas costas criar movimento. Mas é preciso antes que seus candidatos acreditem no Partido e coloquem nas suas propagandas a respectiva legenda<sup>131</sup>.”

Valcir Almeida, que ingressou na ARENA em 1966, atribui sua derrota eleitoral na candidatura a Deputado Estadual a uma afiliação à ARENA. O que teria contrariado sua origem e sua vontade, pois teria se dado de forma compulsória. Segundo Valcir, seu eleitorado não teria acompanhado seu movimento de filiação ao partido do governo com bons olhos. Apesar de compreender que esta é uma construção particular de uma derrota, atribuindo-a ao partido antes de a si mesmo e a seus reais potenciais políticos é de se observar que o terceiro vereador mais votado em 1962 não obtivera sucesso em sua segunda candidatura, agora a um novo posto e sob nova legenda partidária.

Como já sabemos em 1966 a ARENA foi duramente derrotada em Nova Iguaçu. O partido da oposição fez o prefeito, doze vereadores e todos os deputados federais com suas bases eleitorais na cidade que foram eleitos eram filiados ao MDB neste ano. Entre os Deputados Estaduais, o MDB também elegeu os dois únicos deputados estaduais iguaçuanos que entraram pelo voto direto, José montes Paixão e Darcílio Ayres Raunhetti. Se Valcir pode estar exagerando os motivos de sua não eleição, legando toda culpa à legenda governista, não podemos ignorar essa verdadeira derrota eleitoral que o partido do governo sofrera naquele ano em Nova Iguaçu.

A derrota eleitoral em Nova Iguaçu não foi um fenômeno isolado. Sob risco de ver seu partido sucessivamente massacrado nas urnas o governo esforçou-se em dar condições para a ARENA sair vitoriosa em pleitos posteriores. Uma destas alterações

---

<sup>130</sup> Vanderlei Vazelesk Ribeiro aponta para o caso do Paraguai, onde o ditador Stroessner foi eleito formalmente entre 1958 e 1988 com um congresso funcionando e a partir dos anos 1960 a admissão formal de partidos de oposição. Ver: RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Paraguai: um golpe de novo tipo e a permanente questão agrária. Boletim Tempo Presente (UFRJ), v. 4, p. 35, 2012.

<sup>131</sup> LIBERAIS. Correio da Lavoura, 04 de outubro de 1970. Nova Iguaçu – RJ, 1970, p.07.

foi a vinculação do voto, que em 1970 funcionou assim, segundo esclarecimento do dirigente arenista e candidato a Deputado Estadual:

“Geraldo Miquelotti esclarece ao povo iguaçuano como votar.

O Sr. Geraldo Miquelotti, procurador do diretório municipal da ARENA, e candidato a Deputado Estadual sob o nº 1355, esclarece aos eleitores iguaçuanos a importância da vinculação do voto com relação aos candidatos a deputado Federal e Deputado Estadual, dizendo que **o eleitor que votar num candidato à Câmara Federal do MDB e noutro candidato a Deputado Estadual pela ARENA, terá seu voto anulado para ambos os nomes escolhidos.** Para os demais cargos eletivos é que não existe vinculação.

E finaliza solicitando aos iguaçuanos para votarem nos candidatos de Nova Iguaçu, pois somente eles é que tem conhecimento dos problemas deste município.<sup>132</sup> [Os grifos nossos]

O expediente de vinculação tornaria a ser empregado em 1982, vinculando todos os cargos em disputa numa mesma legenda. O resultado foi que com a esmagadora vitória de Leonel Brizola o grande vitorioso neste pleito fora o PDT, contrariando as expectativas governistas. Estes limites democráticos, com alterações das regras do jogo político, puderam ser percebidos na política da Baixada Fluminense em geral, como já havia afirmado José Cláudio de Souza Alves ao estabelecer que houvesse um *modo de governar* militar. Mas o que verificamos é que o governo militar tentou adequar a democracia aos seus objetivos eleitorais visando a manutenção, ainda que no campo formal, de uma democracia representativa. Apenas relativizamos quando o mesmo afirma que este seria um modelo específico para a Baixada Fluminense. Nossa percepção é um pouco distinta e, de maneira diversa, consideramos que houve estratégias diferentes que foram aplicadas conforme a realidade política em cada cidade ao longo do tempo, durante todo o regime. Para verificar esta constatação João Batista Barreto Lubanco nos dá algumas informações sobre as intervenções:

“Na Baixada Fluminense só não fui de Nilópolis e Duque de Caxias. O Resto eu fui prefeito de tudo! Porque Nova Iguaçu naquele tempo tinha Queimados, tinha Japeri, tinha Belford Roxo, tinha Mesquita. Quer dizer... Depois também fui prefeito de São João [do Meriti] então só faltou... E por pouco eu não fui também de Caxias [Duque de Caxias] [...]. Em São João do Meriti foi um governo absolutamente democrático, apesar de nomeado pelo regime militar. [...]

<sup>132</sup> GERALDO MIQUELOTTI esclarece ao povo iguaçuano como votar. Correio da Lavoura, 08 de novembro de 1970. Nova Iguaçu – RJ, 1970, p03.

Lá em São João, a minha sucessão lá eu apoiei o MDB. Na época o A luta Democrática (jornal do Tenório Cavalcanti) [...] E apoiei o MDB com consentimento dos militares. Não fiz isso querendo afrontar o regime militar não!<sup>133</sup>

Lubanco constrói uma percepção a partir de nosso tempo sobre sua atuação. Observando retrospectivamente, a Baixada Fluminense teria sido governada por ele em sua quase totalidade, pois ele domina o conhecimento do resultado dos movimentos emancipatórios que viram ocorrer nos anos 1990<sup>134</sup>. Este é um exemplo da resignificação que o tempo produz sobre a percepção dos acontecimentos históricos, o que Michael Pollak denomina por “enquadramento da memória”. Em uma percepção construída a *posteriori* Lubanco elenca os atuais municípios, emancipados da cidade Nova Iguaçu nos anos 1990, para resignificar sua atuação como prefeito de Nova Iguaçu e interventor em São João do Meriti.

Para além da construção que o doutor Lubanco realiza nós podemos verificar que ele esteve à frente de São João do Meriti na intervenção de 1970 e assumiu a prefeitura de Nova Iguaçu no afastamento do Prefeito Joaquim Freitas. Nas duas ocasiões o prefeito afastado pertencia ao partido do governo. Nas duas ocasiões os prefeitos eram acusados de má gestão dos recursos públicos e corrupção, o que criava um desconforto tanto para a ARENA como para o próprio governo, que buscou num tecnocrata a solução para os escândalos envolvendo prefeitos arenistas. Em São João do Meriti a atuação militar está clara. Em Nova Iguaçu, talvez pela experiência de São João do Meriti, o prefeito sob acusações buscou uma saída menos drástica, renunciando ao cargo quando do acirramento das acusações por parte da oposição e de membros da própria ARENA<sup>135</sup>.

O que João Batista Barreto Lubanco não nos informou, ocultando de suas memórias, é que em Duque de Caxias e em Nilópolis o modelo de interferência militar aconteceria independente de sua participação nestes processos. No entanto podemos contar com a pesquisa realizada por Manoel Henrique de Sousa Cantalejo, que em sua dissertação estudou a cidade de Duque de Caxias no período da Ditadura Militar.

<sup>133</sup> João Batista Barreto Lubanco; Entrevista cedida ao autor 26/11/2010.

<sup>134</sup> Este pode ser considerado claramente como um enquadramento de memória, conforme apontado por Michael Pollak.

<sup>135</sup> Celso Barroso Valentim relatou que dos 21 vereadores da legislatura de 1976-82 17 eram da base de apoio ao prefeito. Quando Joaquim de Freitas trouxe “um esquema” os vereadores o pressionaram e ele teria ficado em situação insustentável. Para evitar uma cassação buscou encerrar a crise política com a renúncia. (Aqui o nosso Celso se enrolou um pouquinho. Os vereadores, que pressionaram o Joaquim de Freitas foram eleitos em 1972, já que ele renunciou em 1975, ok?)

Segundo suas investigações a cidade foi tornada Área de Segurança Nacional – ASN em 1968. Mas o interesse do regime na cidade já havia se expressado anteriormente:

“Face às derrotas em alguns municípios importantes, como os da Baixada Fluminense, nas eleições de 1966 era preciso buscar novos instrumentos que viabilizassem o controle desses locais. Já no final desse mesmo ano, quando do envio pelo Presidente Castelo Branco da nova Constituição ao Congresso Nacional, os novos meios de intervenção pareciam se estabelecer. A proposta encaminhada pelo Governo Federal era de que algumas cidades fossem consideradas zona militar com prefeitos nomeados pelo Governador e não mais eleitos. Esse seria o caso de Duque de Caxias, Volta Redonda, Nova Friburgo e outras cidades do Rio de Janeiro. Os novos prefeitos eleitos corriam o risco de não serem empossados<sup>136</sup>.”

Vemos que as derrotas eleitorais fluminenses não teriam passado despercebidas em nível governamental federal, sendo objeto de preocupação do próprio general presidente. Cantalejo segue sua abordagem informando que:

“Mesmo não sendo bem-sucedida nessa movimentação inicial de transformar municípios em zonas militarizadas, a Ditadura Militar já demonstrava a sua intenção de controlar o poder executivo de Duque de Caxias, principalmente depois da derrota da Arena nas eleições realizadas. Deixou, entretanto, plantadas as sementes para nova carga a respeito da autonomia municipal.

Logo no início de 1967, duas medidas, já no final do governo Castelo Branco, permitiram a Ditadura Militar ter instrumentos jurídicos para intervir nos municípios e administrá-los. A primeira medida foi a Lei de Segurança Nacional que, a partir desse momento, se voltava tanto para as questões internas quanto externas. Isso abria espaço para a execução de intervenções internas dos mais diversos tipos, a pretexto da Segurança Nacional.

O segundo instrumento que possibilitou a intervenção federal nos municípios era dado pela Constituição de 1967. No seu artigo 16, que legislava sobre a autonomia municipal, a Constituição fazia significativas modificações. No seu primeiro parágrafo, que buscava definir as nomeações feitas pelos Governadores com prévia aprovação, “do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo”, como completava a alínea b<sup>137</sup>.”

Duque de Caxias tornou-se Área de Segurança Nacional em 28 de maio de 1968, o que constituiu uma vitória do governo diante dos políticos fluminenses,

<sup>136</sup> CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) UFRJ/PPGHIS, Rio de Janeiro. p 95.

<sup>137</sup> Idem, ibidem, p. 96.

principalmente dos caxienses, que buscaram retirar a cidade de Duque de Caxias deste enquadramento.

“Na sessão do dia 28 de maio, com o uso do decurso de prazo, previsto desde o Ato Institucional Número 2, pela Arena, acabou aprovado o projeto de lei. Assim, inicialmente, Duque de Caxias foi o único município do Rio de Janeiro incluído. Posteriormente, Angra dos Reis, em 1969, e Volta Redonda, em 1974, também foram anexados como Área de Segurança Nacional<sup>138</sup>.”

O próprio Cantalejo assume que é difícil afirmar que a inclusão de Duque de Caxias entre os 68 municípios que foram considerados como Área de Segurança Nacional naquele momento se devesse exclusivamente a vitória emedebista nas urnas em 1966, considerando que havia outras formas para cooptação de líderes políticos na época. Mas também não descartou o fato de que o controle sobre aquele município reforçava o poder político do regime e de seu partido:

“Não se deve descartar que o controle do executivo municipal, por parte da Ditadura Militar, significava ter em mãos o controle de uma máquina pública ascendente financeiramente e controlar a própria movimentação eleitoral do município ao restringí-la, conseguindo um controle político duradouro e incontestado e o favorecimento da Arena local.

Assim, até 1968, Duque de Caxias, dentro da Baixada Fluminense, havia escapado de intervenções diretas na administração municipal, apesar de ter tido o seu campo político progressivamente restringido pelas ações da Ditadura Militar. Já em 1968, apesar das diversas manifestações locais, o município foi atingido em cheio pelo enquadramento na “Área de Interesse da Segurança Nacional”. Finalmente, a Ditadura Militar tinha amplas possibilidades de levar a frente o projeto de reestruturação política local, cuja administração assumiria, em 1971, nomeando interventores.”<sup>139</sup>

Somente em 1971 o governo militar passou a fazer uso de suas prerrogativas para intervir no executivo caxiense, após um longo processo que levou ao prefeito e vice-prefeito a migrarem do MDB para a ARENA.

Lubanco, ao afirmar que não foi prefeito de Duque de Caxias por conta de intrigas que possam ter impedido sua nomeação para aquela prefeitura omite que em Duque de Caxias, de cinco nomeações a prefeito, após a inclusão da cidade no rol das

---

<sup>138</sup> Idem, *ibidem*, p. 99.

<sup>139</sup> Idem, *ibidem*. P. 100.

Áreas de Interesse da Segurança Nacional<sup>140</sup>, três foram militares de carreira e apenas dois foram civis, um governando por menos de dez dias. Foi exatamente no processo da transição da cidade para o regime pluripartidário após a extinção de ARENA e MDB e do reingresso de Duque de Caxias no sistema eleitoral de votação direta para o executivo. O político civil nomeado em 1982 para conduzir a cidade para a derradeira transição era então um político caxiense experimentado e com longa contribuição ao regime, Hydekel de Freitas Lima esteve atuando no diretório municipal da ARENA pelo qual havia sido eleito Deputado Federal exatamente quando o partido foi derrotado em 1970.

**Quadro 7: Prefeitos nomeados em Duque de Caxias no período da Área de Interesse da Segurança Nacional: 1971-1985.**<sup>141</sup>

<b>Prefeito</b>	<b>Ano</b>
General Carlos Marciano de Medeiros	1971-1975
Coronel Renato Moreira da Fonseca	1975-1979
Coronel Américo de Barros Gomes Filho	1979-1982
Vilson Campos Macedo	1982 (3 a 12 de maio)
Hydekel de Freitas Lima	1982-1985

No município de Nilópolis a atuação de Lubanco, dentro de uma lógica militar de governar, se faria desnecessária. Dizemos isto pois, aparentemente, o regime possuía naquela cidade outros meios de manutenção da ordem com a hegemonia política das famílias Abraão-David<sup>142</sup>. No entanto gostaríamos que considerassem que até que esta estabilidade fosse atingida na política nilopolitana a estratégia de cassação de mandatos de prefeitos de maneira sumária também foi empregada como pudemos verificar no trabalho de Luiz Anselmo Bezerra. Bezerra identifica duas cassações de prefeitos em Nilópolis, uma em 1964 e outra em 1970, como passamos a transcrever a seguir:

<sup>140</sup> As áreas de Segurança Nacional passaram a ser denominadas Áreas de Interesse da Segurança Nacional, a nova redação se deu a partir da Emenda Constitucional nº 01.

<sup>141</sup> Adaptado de Cantalejo, Op. Cit. p. 111.

<sup>142</sup> BEZERRA, Luiz Anselmo. Família Beija-Flor. Dissertação (Mestrado em História) – UFF/PPGHIS, Niterói/RJ. 2010.

“O marco inicial da intervenção militar em Nilópolis se dá com a cassação, ainda em 1964, do Prefeito Eracydes Lima de Carvalho, que embora não tivesse tendência política esquedista, como recorda um dos colaboradores desta pesquisa, viu-se obrigado a deixar o cargo. Com isso, ocupou então a vaga o então Procurador Geral de Nilópolis, João Batista da Silva, que ficou a frente da prefeitura entre 1964 e 1966. Até o fim do mandato em 1967, assumiram o vice Zélio Sabino Barbosa, e ainda em 1966 o interventor Francisco Gonçalves Figueiras.”<sup>143</sup>

“Um episódio da política nilopolitana em 1970 pode ser tomado como marco da conjunção de interesses entre os ramos dos Sessim e dos Abraão. Trata-se do processo de *impeachment* do prefeito João Cardoso, político muito influente na localidade e que havia sido eleito para o cargo pela terceira vez em 1967. Naquele momento dois representantes das famílias exerciam mandatos políticos pela Arena: Jorge David, no legislativo estadual; e Miguel Abraão, o irmão mais velho de Anísio Abraão, no legislativo municipal. Uma das fontes indicadas no trabalho de Alves, o jornal *Correio da Manhã* de abril de 1970, traz uma reportagem sobre o afastamento de João Cardoso. O fato se deu mediante votação da Câmara Municipal de Nilópolis, sustentado pela acusação de que o prefeito estaria praticando ‘atos lesivos ao erário da municipalidade’”.<sup>144</sup>

Estas duas cassações, além de guardarem algumas semelhanças entre si e os processos ocorridos em Nova Iguaçu, com coincidência inclusive nos períodos em que ocorrem, indicam também que as pretensões de João Batista Barreto Lubanco de ter sido o prefeito de toda a Baixada, se estas existiram, não coincidiam com a pretensão de outros agentes políticos daquele contexto.

De maneira diversa, consideramos que entre os políticos elencados Lubanco é representante de uma categoria distinta dentre aqueles que foram arregimentados para a política entre os quadros da ARENA naquele período, a dos tecnocratas.

Lubanco inicia sua atuação na Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu como Chefe de Departamento do interventor Ruy de Queiroz, em 1969. Em 1970 é ele quem passaria a ser interventor, mas na cidade vizinha de São João de Meriti, onde fora escalado para sanear a gestão municipal. O que teve de fazer em aproximadamente seis meses segundo seu próprio relato.

Nas eleições de 1972, quando vence na chapa de Joaquim de Freitas para o posto de Vice-Prefeito, Lubanco assume um papel de homem de gabinete do governo que é empossado em janeiro de 1973. Durante o início da gestão Freitas, Lubanco foi o

---

<sup>143</sup> Idem. Ibidem. p. 24.

<sup>144</sup> Idem. Ibidem. p. 29.

presidente da Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu - CODENI, órgão voltado a atividades fins da prefeitura como calçamento e asfaltamento e que havia sido criada em 1973.

Já empossado no momento que Freitas renuncia ao cargo de prefeito, Lubanco realizará a reestruturação da administração municipal com a implantação do sistema secretariado em substituição aos Departamentos e Divisões que preexistiam. Além de implantar as Secretarias Municipais, para auxiliar o executivo no governo, Doutor Lubanco realizou a reestruturação do plano de cargos e salários da Cidade de Nova Iguaçu. Esta reestruturação foi duradoura e esteve vigente até o ano de 2012, quando a Prefeita Sheila Gama aprovou junto a CMNI um novo Plano de Cargos e Salários para os servidores da municipalidade.

Em sua atuação parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, já no período entre 1978 e 1982, atuou em discussões que envolviam o desenvolvimento da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, visando favorecer a Baixada Fluminense, sobretudo Nova Iguaçu, nos planos desenvolvidos no âmbito da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana – FUNDREM.

Além destas atuações, Lubanco afirma que em determinado momento chegou a realizar cursos na Escola Superior de Guerra – ESG, desenvolvendo ali muitas simpatias entre militares e outros civis.

Por estes aspectos de sua vida política, sobretudo nos anos 1970, é que o consideramos um membro dos quadros políticos de perfil tecnocrata. Esse grupo é abordado nos estudos da pesquisadora Alessandra Carvalho em sua tese. Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da ARENA e do MDB<sup>145</sup>. Ao traçar um perfil do Estado brasileiro e de seus políticos em interação com o regime autoritário pode perceber que:

“(…) dinâmica conflitiva engendrada pela expansão estatal e pelo avanço da tecnocracia com o espaço social de atuação dos partidos e dos políticos, fenômeno que tem lugar de forma acentuada nas sociedades capitalistas contemporâneas, especialmente nas últimas décadas do século XX.<sup>146</sup>”

---

<sup>145</sup> CARVALHO, Alessandra. Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da ARENA e do MDB. 2008

<sup>146</sup> Idem. Ibidem. p.155.

Assim a burocratização do estado se dava não como experiência local, mas como processo geral e muito fortemente percebido nas sociedades contemporâneas, e que foi firmemente direcionado nos governos militares. Neste contexto João Batista Barreto Lubanco pode ser percebido como peça importante no cumprimento de um projeto de modernização da administração municipal, papel que pode desempenhar em duas prefeituras da Baixada Fluminense durante a década de 1970. O contexto autoritário foi favorável para implantar muitas alterações propostas pelos políticos da tecnoburocracia, alterações que teriam se tornado mais dificilmente implantadas num contexto de liberdades democráticas por alterar aspectos que atingiam grande contingente de servidores e parcela significativa da população com interesses que poderiam ser contrariados.

Encerramos estes apontamentos sobre o campo político com a certeza de que há ainda demanda por mais estudos sobre a política iguaçuana, mas com pequenas indicações a serem realizadas. O político iguaçuano é, segundo o grupo que abordamos, em sua maioria migrante de outras regiões do Rio de Janeiro. Este aspecto guarda relação com a própria população iguaçuana que recebeu um inúmero contingente populacional, cada vez maior desde a década de 1940. Aqui apenas um, entre quatro políticos entrevistados, é nascido em Nova Iguaçu.

O número de empresários envolvidos com a política é elevado, bem como o de servidores de organismos públicos ou voltados para atendimento ao público. Valcir e Celso são empresários do ramo comercial. Valcir possui atuação enquanto servidor de um órgão público, com atendimento a uma grande parcela da população, assim como Nagi Almawi em sua atuação como serventuário. Servidor público, Lubanco não se destaca na cidade por sua atuação neste ramo, mas por se constituir como advogado de um órgão de representação de classe. A profissão de advogado é destacada como fator importante na carreira de Lubanco, tornando-se determinante para seu ingresso na política. No entanto todos os entrevistados demais entrevistados iniciaram suas carreiras sem formação superior, buscando formação posterior. Coincidentemente ou não todos cursaram a faculdade de direito nos anos 1970.

Todos foram categóricos em afirmar que tiveram origem social humilde. Descreveram, uns com mais minúcias outros com alguma reserva, as dificuldades enfrentadas pelas suas famílias ao se estabelecerem na cidade, pois mesmo Nagi que é nascido em Nova Iguaçu é filho de um imigrante que buscou prosperar na cidade através do comércio como mascate.

A maior dificuldade talvez seja em determinar quais os reais horizontes políticos que um iguaçuano, de nascimento ou por opção, tivesse ao ingressar na política. O que podemos afirmar categoricamente é que aqueles que ingressaram nos anos 1970 construíram sólidas carreiras políticas, com exceção de João Batista Barreto Lubanco que após ser derrotado numa candidatura à prefeitura em 1982 quando já era deputado encerrou suas perspectivas, levando-o a investir na carreira acadêmica na Universidade Iguazu – UNIG, onde está até hoje na faculdade de direito.

Avaliar um conjunto maior de políticos, com uma cobertura temporal e valendo-se de uma gama de fontes variadas com certeza irá trazer um conhecimento mais completo sobre o campo político iguaçuano, mas acreditamos que o presente trabalho possa servir como provocação para novas investigações sobre este tema.

## 5 - EDUCAÇÃO E POLÍTICA NAS PÁGINAS DO CORREIO DA LAVOURA: UM PERIÓDICO E A DEMOCRACIA POSSÍVEL NO REGIME AUTORITÁRIO.

Fundado em 1917, este semanário iguaçuano está acessível por meio digital após esforços envidados pela equipe de bolsistas do Professor Álvaro Pereira do Nascimento no projeto *Em letras garrafais: o Correio da Lavoura e a Crítica na Baixada Fluminense (1917-2010)*<sup>147</sup>. Pela longevidade e preservação da quase totalidade de seus números, constitui-se como importante fonte de análise histórica da região da Baixada Fluminense como um todo, e de Nova Iguaçu em particular. O jornal torna-se importante fonte para pesquisa de história política local, pois, como nos adverte Jean-Jacques Becker:

“(...) a imprensa é uma produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos: ela noticia reuniões políticas, o número de participantes, traz relatos de manifestações ou de greves, para citar apenas as informações mais simples e diretas<sup>148</sup>.”

Considerando nosso interesse em estudar uma história política iguaçuana que não foi ainda contemplada pela historiografia parece-nos adequado recorrer ao periódico mais antigo em atividade na cidade para efetuar nossas investigações iniciais sobre a temática. Por este motivo faremos algumas observações sobre o Correio da Lavoura.

### 5.1 – O Correio da Lavoura: *saúde, instrução e produção*

O Correio da Lavoura é um jornal tradicional. Esta é uma representação adotada pelo atual editor, Robinson Belém de Azeredo, neto do fundador do jornal, que iniciou sua carreira no semanário ainda na década de 1960. Esta identificação é intencional, e pode ser facilmente compreendida ao folhear edições atuais e antigas do Correio da Lavoura, posto que já estava impressa na sua segunda geração de editores.

<sup>147</sup>EM LETRAS GARRAFAS: o Correio da Lavoura e a Crítica na Baixada Fluminense (1917-2010). In: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do (Org.). **Correio da Lavoura & A Crítica - Memória da Imprensa Fluminense**. Nova Iguaçu, RJ: Secretaria de Cultura - RJ, 2011. 1 CD-ROM).

<sup>148</sup>BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.p196-197.

A formatação, diagramação, paginação e demais aspectos visuais do periódico remetem a uma continuidade no projeto editorial que confundiria um leitor desatento. As edições atuais, no aspecto visual, parecem-se exatamente com edições de cinquenta, sessenta anos atrás, ou mais. A rememoração como exercício de manutenção desta aura tradicional no Correio da Lavoura ainda pode ser percebida, por exemplo, em colunas como “*Nossa Memória*” e “*Há precisamente meio século... Registrava em suas colunas o CL:*”.

Na primeira é possível verificar fatos históricos de Nova Iguaçu em diversos momentos, mas com uma recorrência de eventos da primeira metade do século XX. Posse de prefeitos, eventos políticos, comemoração do Centenário de Nova Iguaçu e inauguração do Hospital Iguaçu são recorrentes nesta sessão.

Em “*Há precisamente meio século... Registrava em suas colunas o CL:*” publicam-se recortes de notícias que circularam no próprio Correio da Lavoura há cinquenta anos, como o nome da coluna indica. Aqui podemos encontrar desde notas sociais como casamentos, batizados e óbitos de personagens da sociedade iguaçuana até eventos mais relevantes para a história local. Esta coluna passou a integrar o jornal, segundo pudemos apurar, desde a primeira edição do ano de 1969. Em 05 de janeiro de 1969 o Correio da Lavoura, contava com quase cinquenta e dois anos de atividade.

Estas duas colunas destacam a vontade editorial do Correio da Lavoura em ser reconhecido enquanto guardião de uma ancestralidade somadas a uma linguagem rigorosamente voltada para a construção de um estilo grave e intelectual, nada coloquial, são aspectos que reforçam uma representação intencionalmente veiculada de tradição do Correio da Lavoura.

Outros aspectos no periódico parecem ter se mantido inalteradas. A gestão do órgão de imprensa permanece familiar. Hoje é administrado por Vinícius de Azeredo sob a direção de seu pai, o já mencionado senhor Robinson. A mudança mais significativa é a inexistência do corpo de tipógrafos e tantos outros funcionários que eram necessários para operar o equipamento de uma oficina de imprensa. Na sua atual fase o jornal manda “rodar” suas páginas em uma gráfica, mas em tempos onde as oficinas do Correio da Lavoura eram responsáveis por sua própria confecção existia uma grande quantidade de funcionários para que o processo de edição, impressão e distribuição se concretizasse.

Destes tempos resta apenas uma parte do maquinário num misto de graxa e poeira e linotipos espalhados, e pilhas de edições antigas acumuladas, testemunhas de

uma atividade jornalística que se transformou ao longo deste quase um século em atividade. Outro resistente artefato desta era de ouro do Correio da Lavoura é mantido, obstinadamente por Robinson Belém de Azeredo, a máquina de datilografia da marca **Remington**, onde ele produz até nossos dias sua *barulhenta* redação, resistindo com seu aspecto sisudo e austero ao advento dos elementos digitais que imperam em nosso tempo. Pudemos vivenciar a rotina do jornal por alguns meses, durante o processo de digitalização do Correio da Lavoura. Neste período presenciamos eventos em que o Sr. Robinson expressava sua resistência quanto aos incrementos eletrônicos e virtuais a seu filho Vinícius, quando este insistia em tentar introduzi-los na rotina do CL.

O Correio da Lavoura possuía, e ainda possui periodicidade semanária. Sua publicação aos finais de semana facilita ainda a absorção na célula familiar. Uma edição podia circular entre os familiares nos dias subsequentes, até que chegasse uma próxima edição. Como seus temas eram quase totalmente voltados para uma vida social local, ainda que atravessada por temáticas nacionais e transnacionais, seu conteúdo estabelecia um diálogo com a sociedade iguaçuana, principalmente aquela de classe média alta que vivia no distrito sede da cidade de Nova Iguaçu, entre o empresariado, profissionais liberais e comerciantes iguaçuanos que veiculavam sua propaganda ou eram noticiados nas colunas sociais deste periódico.

Quanto a sua circulação podemos afirmar que é difícil estabelecer qual o alcance que o Correio da Lavoura possuía na população em geral. Sabemos que possuía representação comercial em Nilópolis, Morro agudo, sabemos também que possuía circulação em cidades do vale do Paraíba através de assinaturas, pois com alguma frequência encontramos notas sobre o município de Vassouras bem como da representação comercial em Paty do Alferes. Podemos garantir, pelas correspondências de felicitação publicadas ou notificadas nas datas comemorativas, que o Correio da Lavoura tivesse ampla circulação no antigo estado do Rio de Janeiro, sobretudo nos municípios da Baixada Fluminense, Duque de Caxias, São João e Nilópolis.

Referente às vendas o jornal parece ter se pautado na venda de assinaturas, o que garantia um retorno econômico previsível, muito mais que no varejo das bancas de jornal. No entanto o valor por edição não parece ser motivo para que não circulasse entre cidadãos de classes populares. Avaliando os custos para assinatura, compra de edição avulsa ou de números atrasados podemos inferir que o lucro era obtido principalmente através da venda de publicidade e não dos exemplares. É o que podemos verificar na tabela de custos publicada em 29 de março de 1964:

“Prêço por centímetro	
Primeira página	CR\$700,00
Página determinada	CR\$300,00
Página indeterminada	CR\$200,00
Prêço por linha	CR\$40,00
Assinaturas	
Anual	CR\$700,00
Anual (interior)	CR\$1.000,00
Número avulso	CR\$20,00
Número atrasado	CR\$25,00” <sup>149</sup>

A primeira parte da tabela estabelece os valores para publicar no Correio da Lavoura, com o valor estabelecido por seu local de aparecimento no corpo do jornal e seu tamanho em centímetros. Já a venda dos jornais é apresentada por assinatura e por edições avulsas, podendo inclusive ser adquiridas edições anteriores.

Como observamos acima o valor de uma assinatura anual possuía o mesmo custo de um centímetro de texto em capa. O valor de uma edição avulsa custava a metade do valor de uma linha impressa e o mesmo que um pão francês segundo tabela de custos da SUNAB no mesmo período. A título de comparação, na mesma época o salário mínimo estava fixado em CR\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) em 1964. Em dezembro de 1968 uma edição custava NCr\$0,10<sup>150</sup> (dez centavos de cruzeiro novo).

O Jornal possuía um grande número de anúncios que eram veiculados permanentemente em suas páginas centrais, de forma aleatória, o que se explica pelo valor diferenciado para “Página determinada” e “Página indeterminada” na tabela que reproduzimos acima. Além dos produtos de empresas e serviços dos profissionais liberais como advogados e médicos de diversas especialidades encontramos nas páginas do Correio da Lavoura, para os anos que compreendemos em nossa pesquisa, três publicações recorrentes: Os atos oficiais da Prefeitura de Nova Iguaçu; atos oficiais da Câmara Municipal de Nova Iguaçu e os Editais.

Estas três publicidades frequentes ocupavam muitos centímetros por edição. Os editais eram de diversas naturezas, desde os editais de casamento até os editais de notificação e citação, passando pelos editais de registro de imóveis. Transcrevemos a seguir o trecho de um destes editais:

<sup>149</sup> SESSÃO Especial no legislativo iguaçuano. **Correio da Lavoura**, 03 de fevereiro de 1964. Nova Iguaçu – RJ, 1964, p.01e 02.

<sup>150</sup> Banco Central do Brasil. Dinheiro no Brasil / Banco Central do Brasil. – 2. ed. – Brasília : BCB, 2004.

## “EDITAL

Registro de imóveis da 3ª Circunscrição de Nova Iguaçu  
Ary Schiavo, Oficial do Registro de Imóveis da 3ª  
Circunscrição.

Faz público que Manoel Martins, agricultor e sua mulher  
Cândida Alves Martins, doméstica, residentes na Est. De Madureira,  
s/n, nesta cidade (...)”

O documento contém mais 22 linhas e é um edital de tamanho modesto se comparado aos editais de notificação e citação, originários da Primeira Vara da Comarca de Nova Iguaçu que chegavam a ocupar duas colunas em alguns casos. Daí podemos inferir que os recursos que sustentassem o Correio da Lavoura fossem majoritariamente oriundos desta publicidade.

O jornal apresenta formato e número de paginação regular para todo o período em que o utilizamos como fonte de pesquisa, antes e depois também verificamos esta mesma formatação. Com oito ou dez páginas, excetuando-se as edições comemorativas e suplementos especiais – regularmente no natal, eventualmente no aniversário e na festa do padroeiro de Nova Iguaçu, entre outros.

Quanto a sua apresentação visual o jornal é predominante voltado aos elementos textuais, em oposição às imagens e fotografias que tem pouco espaço no jornal. Quando ocorre o emprego de imagem ela é majoritariamente em preto e branco. A arte colorida é raramente empregada, e quando é feito destina-se a destacar elementos gráficos das edições especiais, com o vermelho em suplementos natalinos a colorir os “papais noéis” ou o azul. Em todo tempo o recurso à fotografia é em preto e branco, ocorrendo raramente um registro colorido, o que constitui uma rara exceção nas páginas do periódico iguaçuano.

Com isto todo o material destinado ao *marketing* está preparado para ser impresso em preto e branco, as charges, raras até os anos 1960 e 1970, também o são. As fotografias tem geralmente o intuito de evidenciar eventos em panorama, com raros closes e fotos de perfil de personalidades, sejam elas artistas ou políticos. Festas, inaugurações, cortejos religiosos e eventos políticos tentem a aparecer em tomadas panorâmicas com ênfase na espacialidade onde ocorrem ao invés de focar as personagens das cenas retratadas. Este é um padrão evidenciado em sua maioria nas capas do Correio da Lavoura.

Constituem-se como exceção a este padrão fotográfico as edições voltadas ao exercício constante de louvação à imagem do fundador Silvino de Azeredo, nas edições

comemorativas do próprio Correio da Lavoura. Outras exceções para o retrato na capa podem ser verificadas. Um exemplo são manchetes publicadas no Estado Novo, com veiculação frequente da imagem de Getúlio Vargas, seja em close ou em atos público, onde o ditador apresenta-se em primeiro plano em relação aos demais componentes da imagem, sempre com aspecto protagonista no evento em destaque. Em outras ocasiões em que ocorrem, fotos de políticos, quando em campanhas eleitorais, ou de personagens ilustres iguaçuanos em ocasiões especiais como no caso de falecimento, mas constituem exceções ao longo de quase um século.

Podemos destacar que o Correio da Lavoura constituiu-se como jornal tradicional por estes aspectos elencados, por sua linha editorial voltada para um constante labor de edificação da terra onde se fundou e permaneceu.

Mas esta característica não está meramente expressa na sua apresentação ou no seu discurso. Seu modelo de gestão também é peculiarmente tradicional mantendo o jornal enquanto uma empresa familiar desde sua fundação em 1917 até nossos dias. Seus administradores, nas três gerações de Azeredos, compõe também seu editorial. Isto contraria a característica de jornal moderno apresentada por Antônio Gramsci quando este afirma que “É uma observação generalizada a de que, num jornal moderno, o verdadeiro diretor é o diretor administrativo e não o diretor da redação.<sup>151</sup>”. Esta observação não é encontrada no Correio da Lavoura.

Sobre o processo de modernização da imprensa pelo qual o jornalismo brasileiro teria passado desde a década de 1950 Fernando Lattman-Weltman, em entrevista, observa que:

“Em grande medida, **mesmo os jornais, os órgãos de comunicação que seguem tendo ainda uma marca familiar muito forte, para sobreviver tiveram que se profissionalizar.** Quer dizer, o laço de consanguinidade não dá nem vocação nem competência a ninguém. Pode dar uma facilidade, uma tendência social a que pessoas sigam o mesmo rumo, mas não significa, rigorosamente, nada em termos de se a pessoa tem mais ou menos vocação ou capacidade para a atividade que seu pai, tio ou avô fez. Eu acho que mantém-se muito essa característica formal da coisa familiar, como na verdade muitas empresas brasileiras, não só no jornalismo, e na política também – a nossa sociedade ainda tem um padrão de mobilidade onde os laços e de consanguinidade são muito importantes, as vezes são mais importantes do que no próprio jornalismo, depende muito da empresa -, mas o fato que você se empresaria obriga você a ter que privilegiar,

---

<sup>151</sup>GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. (Trad. Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Ed. 1982. p.164.

acima de tudo, a vocação e a competência das pessoas. **Colocar pessoas em postos-chaves, de decisão, e quem sabe e goste de fazer, quem tem vocação para aquilo.**<sup>152</sup> [Os grifos nossos]

O Correio da Lavoura não acompanhou estes processos de modernização e manteve-se não apenas familiar, mas constitui um caso particularmente curioso. Apesar de resistir às transformações manteve-se no mercado editorial até nossos dias e nos anos 1960 e 1970 podemos afirmar que se constituía em órgão de imprensa com forte apelo publicitário, dada a quantidade anúncios verificado em suas páginas neste período.

Para os anos que empreendemos esta pesquisa estiveram à frente do jornal os irmãos Avelino de Azeredo e Luiz Martins de Azeredo, respectivamente identificados enquanto “Diretor-gerente” e “Diretor-secretário” nas publicações. Ambos já tinham muitos anos de envolvimento no periódico, tendo ingressado quando o fundador, seu pai Silvino Azeredo, ainda era vivo e dirigia o jornal. Investigando o início de suas atuações no Correio da Lavoura pudemos verificar o seguinte.

#### **Avelino de Azeredo:**

Na edição de número 365 de 23 de março de 1924 o CL não informa mais do que “Diretor-Proprietário – Silvino de Azeredo” em seu cabeçalho. Esta é a edição que encerra o “Anno VII”, anterior à edição comemorativa do 7º aniversário do Correio da Lavoura. O primeiro número após a edição comemorativa, o 367, é publicado em 27 de março de 1924 e nele encontramos pela primeira vez um *BOX* à esquerda do cabeçalho tradicional contendo nome do semanário e seu diretor, nele consta o seguinte, “Gerente: AVELINO DE AZEREDO” destacado acima do endereço da redação e oficinas. Não afirmamos que seja sua primeira colaboração com o pai na produção do periódico, mas é a primeira vez que consta sua posição na empresa.

#### **Luiz Martins Azeredo:**

Seguindo a mesma lógica com que identificamos o ingresso de Avelino de Azeredo buscamos encontrar a iniciação de Luiz Martins na redação do jornal do pai. Vamos verificar a sua primeira identificação enquanto “REDACTOR-SECRETÁRIO” num *BOX*. A configuração do cabeçalho do jornal sofre então nova alteração, passando

---

<sup>152</sup> Associação Nacional dos Jornais (ANJ). Carlos Müller e Ricardo Pedreira. Credibilidade continua a ser o maior valor do jornal - Entrevista/ Fernando Lattman-Weltman. Disponível em: <http://www.anj.org.br/sala-de-imprensa/Entrevista%20Lattman.pdf>

a se configurar assim: ao centro no alto da página o nome CORREIO DA LAVOURA em tipos grandes e em negrito, seguido de “ÓRGÃO INDEPENDENTE-FUNDADO EM 22 DE MARÇO DE 1917”, abaixo o nome de Silvino de Azeredo também em caixa alta, mas em negrito e itálico, dando-lhe destaque central. À esquerda do cabeçalho o gerente Avelino de Azeredo está destacado num Box e no outro lado da página, dando um aspecto de simetria outro contendo o nome de Luiz de Azeredo, precedido de sua função. O endereço e a informação de “PUBLICA-SE ÀS QUINTAS-FEIRAS”, data original das publicações que passaram posteriormente para sábados e acabaram por se estabilizar em publicações dominicais, vem abaixo em tipos menores. Completando o cabeçalho seguem as inscrições do ano, local, data e número da edição. Mais uma vez o método é seguido e a primeira aparição de Luiz Azeredo como “Redactor-Secretário” se dá no número imediato ao de comemoração de aniversário do Correio da Lavoura, neste caso o vigésimo, na edição de número 1.405 em primeiro de abril de 1937.

## **5.2 – O discurso da educação encontra a democracia: produção jornalística em transição.**

Quando o capitão da guarda imperial e fundador do jornal, Silvino Hypólito de Azeredo Coutinho veio a falecer em 25 de setembro de 1939, a empresa jornalística permaneceu sob a gestão de seus filhos, cabendo ao mais velho a condução do negócio, auxiliado pelo irmão que assina artigos com o nome de Luiz Martins. Frequentemente em editorias assumem a produção jornalística enquanto missão, conforme podemos verificar nas diversas expressões de rememoração do seu fundador, ao qual se mantém a memória com a referência nos aniversários do jornal nos meses de março de todos os anos bem como na data de seu falecimento, com frequentes alusões ao seu dinamismo, o seu labor e sua virtude moral como podemos reter nos textos de Silvino Silveira, que colaborava no jornal com a coluna *À Lápis...*, na data de 25 anos de falecimento de Silvino de Azeredo:

UM QUARTO DE SÉCULO.

(...)

Silvino de Azeredo, **um dinamismo admirável, não descansava.**

Dava-nos o máximo incentivo, **a coragem indiscutível**, constitutiva de uma legião de indômitos lutadores, - era o ciclone violento da **Verdade** sobre a floresta negra da Mentira, era a alvorada de uma ideia dentro da Noite de uma época! (...)

Enfrentando todas as peripécias, todos os óbices, temos em Silvino de Azeredo, **modelo de virtudes cristãs**, como nosso querido símbolo.

**Proseguimos e prosseguimos a sua obra!**<sup>153</sup> [grifos meus].

Este texto dá a tônica do que é a produção do Correio da Lavoura ao longo de todo o século XX, e também até nossos dias, quando já passa pela transição da terceira para a quarta geração da família. O exercício de memória do fundador é um rito seguido quase que religiosamente em todos os anos nos marcos do aniversário da fundação do periódico e na data de falecimento de Silvino Azeredo. Nos sessenta anos do Correio da Lavoura uma citação atribuída ao fundador define os objetivos do jornal:

“Fundei este jornal – Disse certa vez o saudoso jornalista Silvino Azeredo, respondendo a pergunta de ilustre educador baiano - para defender três coisas fundamentais: **saúde, instrução e produção**. Um povo sem saúde não se pode instruir, nem produzir.”<sup>154</sup> [Os grifos nossos]

Uma missão! Este é o motor da produção deste jornal, expressa na sua perenidade, mas também na manutenção de seus valores, ou melhor, os valores de seu fundador. Claro está que esta é uma representação de si, intencional e almejada pelos continuadores da *obra* de Silvino de Azeredo. Seja como for, este é o tipo de jornal que o Correio da Lavoura foi e permanece sendo desde sua fundação até nossos dias, e é a principal fonte que temos em análise e acabou por constituir-se também parte de nosso objeto de pesquisa.

Como dizíamos, os filhos do Capitão Silvino estiveram à frente do jornal desde o seu falecimento. Mas considerando que aquele falecera já idoso<sup>155</sup> inferimos que mesmo antes disto eles já estivessem efetivamente controlando a direção administrativa e editorial do jornal. Um traço tradicional sempre foi a defesa da instrução formal que se verificou numa luta pelo aumento da rede escolar da cidade e pela chegada de uma faculdade em Nova Iguaçu. A partir de 1945 pudemos notar um forte discurso voltado para a formação de uma cultura democrata na população iguaçuana.

<sup>153</sup> SILVEIRA, Silvino, Um quarto de século. **Correio da Lavoura**, 27 de setembro de 1964. Nova Iguaçu – RJ, 1964, p.1.

<sup>154</sup> Saúde, instrução e produção. Suplemento Especial. **Correio da Lavoura**, 27 de março de 1967. Nova Iguaçu – RJ, 1967, p.5.

<sup>155</sup> ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. *A educação pelo quarto poder: Um olhar sobre a coluna do jornalista Luiz Martins de Azeredo (Nova Iguaçu - 1945-1948)*. 2013. 52f. : Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, Licenciatura em História UFRRJ-IM, Nova Iguaçu, RJ, 2013.

Era o fim da ditadura Vargas e também a oportunidade de construir um país democraticamente forte, com capacidade de fazer frente às grandes nações da Terra no pós-guerra contra o *nazi-nipo-facismo*, como chega a caracterizar o conflito, em um artigo, um colaborador do jornal.

O combate ao analfabetismo é um dos passos para a almejada maturidade democrática brasileira, a ser realizada com a colaboração da terra iguaçuana. Outro suporte seria a conquista de cursos universitários para a cidade. Ou seja, a educação é a base para o futuro grandioso do Brasil, no qual o Correio da Lavoura pretendia dar a sua colaboração fazendo-se de modelo e grande defensor tanto da democracia quanto da educação em Nova Iguaçu.

Caracteriza isto o espaço que é dedicado às colunas voltadas aos aspectos educacionais e ou culturais em suas páginas, com colaboradores iguaçuanos dedicados às letras e à cultura, professores dos ginásios iguaçuanos e proprietários de instituições de ensino tais como Leopoldo Machado, Newton Gonçalves de Barros, Ruy Afrânio Peixoto<sup>156</sup>, Silvino Silveira, e as páginas dedicadas às ações e textos de poetas e escritores da Arcádia Iguaçuana de Letras (AIL) entre outras associações e clubes culturais.

Por exemplo, a coluna *À lápis...*, é voltada às questões educacionais, acadêmicas e permanentemente em campanha contra o analfabetismo, racismo, e em prol da conquista dos cursos superiores na cidade. Como podemos demonstrar nos trechos a seguir, todos de *À lápis...* em datas diferentes entre 1945 e 1946:

#### INSTRUÇÃO GRATUITA

**Uma pátria só é grande se os seus filhos são fortes e instruídos**, - numa expressão feliz da insigne pena de Coelho Neto.

Já enunciamo-la, através do microfone oficial e em vários de nossos escritos da imprensa, como **verdadeiro axioma**.<sup>157</sup> (Os grifos nossos).

<sup>156</sup> Nascido dia 13 de junho de 1918, Ruy Afrânio Peixoto foi poeta, romancista, pintor, escultor, músico e educador. Viveu na Baixada Fluminense desde 1946, fundou em Nova Iguaçu sua própria escola, o Colégio Afrânio Peixoto, onde educou várias pessoas da classe média e alta da cidade. Carioca da Glória, foi professor de geografia e advogado formado pela antiga faculdade de direito da Guanabara. Em Nova Iguaçu não fundou só a escola, criou também a Academia Iguaçuana de Letras, uma sociedade de tiro ao alvo, para proteger os passarinhos, porque a matança era generalizada, o Instituto Histórico e Geográfico da cidade, um clube de poesia, uma orquestra e uma oficina de teatro. Fundou ainda o Teatro Procópio Ferreira. Ruy Afrânio viveu em Nova Iguaçu até sua morte em 25 de Janeiro de 2002, aos 83 anos.

<sup>157</sup> INSTRUÇÃO Gratuita. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, p.1, 16 dez. 1945.

### A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

A República - tem sido um encarniçado degladiar de competições, no qual, **constantemente os interesses do país tiveram que ceder o passo à mais forte conjugação de conveniências individuais.**

Desde a data de 31 de janeiro último, **após o memorável encontro com as urnas redentoras**, com a posse do general Eurico Dutra à Presidência da República, renasceram as esperanças de melhores dias, ante a **clamada normalidade constitucional**, com a garantia indispensável dos direitos individuais. (...)

**Um dos grandes problemas que s. excia. terá que enfrentar**, com todas as armas e munições disponíveis, **é o que se relaciona com o ensino primário**, base de todo arcabouço educacional.<sup>158</sup> (Os grifos nossos).

### DEMOCRACIA SEM EDUCAÇÃO?

(...) Aristóteles, grande discípulo de Platão, dirigiu esta espécie de aviso a todos os povos imprevidentes: Ninguém contestará que a educação deve ser um dos principais objetos do estudo dos governos, porque todos os Estados que a desprezaram caíram em ruína.

A democracia reclama a educação, e escolas, muitas escolas!<sup>159</sup>

### REPRESENTAÇÃO CULTURAL

Bem poucos, pouquíssimos autores brasileiros notam-se nas vitrinas das principais livrarias de Montevideo e Buenos Aires...

Faltou um DIP para a intelectualidade brasileira, para as obras de pensamento.

**Só a cultura pode gerar afeições duráveis e sólidas.**<sup>160</sup> [Os grifos nossos].

Nos deteremos apenas nestes exemplos, posto que haveria ainda muitos, para demonstrar que a educação aqui reivindicada é um projeto para a nação brasileira que emergia “após o memorável encontro com as urnas redentoras.” Ou seja, um país que de momento gozava de condições institucionais para fazer frente a questões sociais, tendo a educação como alavanca deste grande Brasil “*futuroso*”. Esta permanecerá sendo a tônica desta e de muitas colaborações no jornal ao longo dos anos do regime democrático que acabara de se estabelecer.

A instituição democrática é reverenciada em vários momentos, assim como o trabalho e a busca pela instrução, ou os projetos públicos que visassem viabilizá-la. Os ataques à democracia serão denunciados e o jornal passará a adotar um papel de fiscal

<sup>158</sup> A EDUCAÇÃO primária. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, p.1, 10 fev. 1946.

<sup>159</sup> EDUCAÇÃO sem democracia?. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, p.1, 17 fev. 1946

<sup>160</sup> REPRESENTAÇÃO e cultura. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, p.1, 10 mar. 1946.

da vida política nacional e notadamente municipal, ao longo deste período que se estendeu de 1945 a 1964.

Como já ressaltaram outros autores a imprensa brasileira dedicou muitas páginas para a conformação de um ideal democrático no pós-guerra, como é o caso de Heber Ricardo da Silva<sup>161</sup>:

“Próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial, diversas forças políticas e sociais passaram a lutar mais intensamente pela implantação do regime democrático no Brasil, impulsionadas pelo enfraquecimento dos regimes autoritários europeus e pela desestabilização da estrutura de poder criada por Vargas a partir do golpe do Estado Novo. Nesse período, os órgãos da imprensa nacional publicaram matérias que divulgavam com entusiasmo as derrotas e a rendição dos nazifascistas, além de apresentarem opiniões de líderes políticos nacionais e internacionais que expressavam seu contentamento com a vitória da democracia no campo de batalha internacional, oferecendo prognósticos otimistas quanto aos rumos da democracia mundial.

A derrota dos nazifascistas nos campos de batalha fez com que a imprensa, bem como os agentes políticos nacionais, pudessem vislumbrar mais concretamente um horizonte democrático e livre dos totalitarismos.”<sup>162</sup>

Diante disto não podemos imaginar que o Correio da Lavoura se pusesse à margem das mudanças em marcha, ao contrário, seguindo o exemplo de seus congêneres de circulação em nível nacional que passaram a fazer oposição ao Estado Novo e veicular uma campanha de democratização:

“No início de 1945, os jornais CM [Correio da Manhã], JB [Jornal do Brasil], OG [O Globo], DSP [Diário de São Paulo] e FM [Folha da Manhã] passaram a defender em suas páginas um modelo de democracia particularizante, deixando bem claro para os leitores e as forças políticas nacionais sua concepção de democracia(...) Dessa forma, **intensificaram as críticas ao Estado Novo**, sobretudo após a entrevista de José Américo, publicada pelo CM, em 22 de fevereiro de 1945. A publicação foi considerada por muitos agentes da imprensa como responsável pela desmoralização e enfraquecimento político do Estado Novo, além de ser entendida como um marco para a imprensa brasileira, pois, a partir de então, a censura governamental se enfraqueceu, abrindo brechas para a atuação mais consistente de setores políticos oposicionistas, bem como da intensificação das críticas por parte dos jornais. Assim, **nos momentos finais da**

<sup>161</sup> SILVA, Heber Ricardo da. *A democracia impressa : transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948*. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.

<sup>162</sup> Idem. *Ibidem*, p. 97.

**Segunda Guerra, os grandes diários reivindicavam de forma uníssona a completa democratização da sociedade**, exceto OESP [O Estado de São Paulo], que estava sob intervenção desde março de 1940, quando passou a ser considerado folha oficiosa do governo. Entretanto, após cinco anos sob intervenção estadonovista, OESP retornou a seus legítimos donos em 6 de dezembro de 1945 e, logo em seguida, publicou inúmeras críticas ao governo Vargas, condenando a expropriação da folha durante o Estado Novo e defendendo, acima de tudo, a moralização política e o retorno efetivo da democracia no país.<sup>163</sup>[Os grifos nossos].

A partir deste período verificamos que o semanário iguaçuano empreendeu também sua própria campanha de difusão de modelo de democracia, segundo seu próprio ponto de vista, conforme já pudemos citar anteriormente. Exemplo disto são as campanhas pelo voto “livre e consciente” dos iguassuanos que repetia a cada pleito, como podemos perceber na passagem abaixo:

**“Muitos homens do povo existem (...) que já se desiludiram da força renovadora do voto e que não querem mais, de maneira alguma, comparecer a uma seção eleitoral. (...)”**

**Atentamos contudo ao chamado das urnas (...), como brasileiros patriotas que julgamos ser.** É um serviço relevante que prestamos à terra, à sociedade, à Pátria, e por conseguinte a nós mesmos. **Não aceitamos imposições de candidatos desacreditados e que nada valem**, de politiquieiros que não se envergonha de ir à praça pública pedir votos, de indivíduos que mudam de partido e de côres e convicções conforme as suas conveniências do momento. **Não conservando em suas posições os que já se mostraram inúteis**, corrompidos e indiferentes aos problemas que beneficiam diretamente o povo. Mas sim prestigiando, apoiando aqueles com quem convivemos e cujo passado sem manchas conhecemos, **mas sim, elegendo os candidatos dignos e trabalhadores**, sinceros amigos de nossa terra e de nossa gente e, portanto em condições de servi-las amanhã com desprendimento e patriotismo.<sup>164</sup> [Os grifos nossos].

O Correio da Lavoura não constituiu exceção no que tange a presença do elemento político em sua pauta, como podemos verificar na bibliografia que trata do assunto. Na verdade Lattman-Weltman inscreve esta prática jornalística no período da segunda fase da história da imprensa brasileira, período extenso em que a imprensa incorporaria a opinião política aos noticiários<sup>165</sup>.

<sup>163</sup> Idem. Ibidem, p.101.

<sup>164</sup> AINDA ELEIÇÃO e candidatos. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p.1, 01 ago. 1954.

<sup>165</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando. 1996. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. In: ABREU, Alzira Alves de (et al.) A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro, FGV, pp. 157-87.

Sem nos apressarmos em rotular como participante desta ou daquela fase gostaríamos de enfatizar que o Correio da Lavoura seguiu o movimento maior até este momento da imprensa brasileira. No entanto, avaliando sua história desde a fundação em 1917 até nossos dias podemos afirmar que o jornal não logrou êxito em ingressar na chamada terceira fase da história da imprensa brasileira, ou não visou este objetivo, tal qual Lattman-Weltman buscou classificar de “Jornalismo empresarial”. Por uma série de fatores o Correio da Lavoura manteve-se nos moldes de imprensa familiar, voltado para o noticiário regional e local da Baixada Fluminense e Nova Iguaçu, ainda que transversalmente relacionados a temas nacionais e transnacionais.

Sobre a preponderância do temário político nestes anos Alzira Alves Abreu afirma que aos poucos o modelo de jornalismo americano, pretensamente mais objetivo, passaria a ser preponderante, acarretando no abandono do jornalismo de opinião, de combate, de crítica, associado a uma tradição francesa de prática jornalística, identificando o *turn point* da imprensa brasileira nos anos 1950<sup>166</sup>.

Voltando ao discurso do CL, a exortação ao voto nos “candidatos dignos e trabalhadores, sinceros amigos de nossa terra e de nossa gente” pressupõe, no entanto, que o jornal pudesse ser o meio através do qual o cidadão poderia se dar a conhecê-lo. Numa cidade que passava por transformações demográficas como Nova Iguaçu não era tarefa simples conhecer aqueles em quem confiar, mas o Correio da Lavoura parece saber quem são quando indica “aqueles com quem convivemos e cujo passado sem manchas conhecemos”.

Defesa da democracia com valorização do exercício do voto, papel de difusor da educação e conhecedor dos candidatos dignos e trabalhadores parecem ser aspectos auto referenciados do Correio da Lavoura, pelo que pudemos avaliar. O Correio da Lavoura constituiu-se enquanto ator político portador de um projeto político – educação e democracia, que em determinado momento associou-se a um projeto de poder. E é isto que pretendemos demonstrar no caso do Prefeito Ary Schiavo.

---

<sup>166</sup> Sobre a história da imprensa as transformações na imprensa brasileira ver, entre outros: ABREU, Alzira Alves de. (Org.). A imprensa em transição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996 e ABREU, Alzira Alves de. A modernização da imprensa (1970-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

### 5.3 – O Correio da Lavoura e Ary Schiavo: Antes das eleições de 1966

Na ocasião do golpe de 1964 o então Deputado Ary Schiavo já havia sido prefeito da cidade na década de 1950, oportunidade na qual governou a governara entre 31 de janeiro de 1955 e 30 de janeiro de 1959. A partir deste mandato verificamos que o Correio da Lavoura passou a dominar a publicação dos atos oficiais da Prefeitura de Nova Iguaçu, vencendo concorrentes como o jornal Correio de Maxambomba<sup>167</sup>.

Naquele ano contribuía com alguns escritos para o jornal *Correio da Lavoura* com a coluna intitulada *Peço a palavra!* o senhor Antônio Joaquim Machado, o qual verificamos ter passado a assinar suas notas naquele órgão de imprensa pouco antes do golpe que derrubou João Goulart.

A ligação entre Ary Schiavo e Antônio Joaquim Machado, e de ambos ao jornal Correio da Lavoura pode ser efetuada a partir da publicação de 13 de setembro de 1964, quando na sua coluna semanal *Peço a palavra!*, com o título de “Um novo sol iguassuano na Semana da Pátria” Joaquim Machado publica:

“Segunda-feira, 7 de setembro, às 8 ½ horas fui honrado com a visita de meu nobre e leal amigo o deputado Ary Schiavo, que veio comparecer a Queimados, para assistirmos, a convite do Prefeito João Luiz do Nascimento, ao desfile dos alunos dos colégios locais, em comemoração ao histórico grito do Ipiranga.”<sup>168</sup>

Até aqui nada demais, a relação pessoal entre um colunista de imprensa local com um político radicado na cidade onde este escreve e publica não é de modo algum incomum. No entanto seu relato das festividades ganha novos contornos quando o desfile cívico se encerra:

---

<sup>167</sup> Os atos oficiais do executivo municipal encontram-se no setor de publicação da Secretaria Municipal de Governo de Nova Iguaçu. Em consulta aos documentos, encadernados por tipo e ano, verificamos que constituem acervo original dos decretos, resoluções, leis e outros atos do executivo, datilografados e com as assinaturas dos prefeitos, desde o ano de 1948 até os anos 1990. Estes documentos contêm um carimbo oficial que consta “**publicado no [espaço para o nome do veículo] em / / .**”. Alternando-se ao longo do anos 1950 na função de órgão de imprensa para esta finalidade encontramos os dois periódicos, Correio da Lavoura e Correio de Maxambomba, além de referências ao “Diário da Municipalidades”, ao que tudo indica um veículo oficial do Estado do Rio de Janeiro. Nos anos 1960 o Correio da Lavoura é, sem dúvidas, o vencedor deste conflito pela publicidade oficial da cidade.

<sup>168</sup> UM NOVO SOL iguassuano na Semana da Pátria. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p.5, 13 set. 1964.

**“Terminado o desfile**, eram já 12h. Depois de nos havermos despedidos das pessoas que encontramos no Palanque, **fomos surpreendidos por numerosa comissão de amigos queimadenses**, liderados pelos srs. José Virgílio do Prado, dr. Elpídio Vizozni e Lourival Nunes Leite, que nos convidaram para almoçar na Churrascaria Cumbiquira, onde por mais de 3 hs. fomos cumulados das mais entusiásticas saudações com protestos de leal solidariedade política, **lançando nossos nomes, com surprêsa para ambos, como candidatos a Prefeito o deputado Ary Schiavo e a Vice-Prefeito o cidadão Antônio Joaquim Machado**, autor destas linhas, no pleito de 1966.”<sup>169</sup> [Os grifos nossos].

Interessante destacar alguns aspectos. Primeiro, que o golpe ainda gerava incertezas no campo político institucional, mas isto não parece ter incomodado aos entusiastas queimadenses quanto à realização do próximo pleito. Segundo, a precocidade em lançar publicamente, ainda que informalmente, uma candidatura para campanha eleitoral que só viria ocorrer dentro de dois anos. Terceiro, a possibilidade de aproveitar um espaço franqueado no jornal *Correio da Lavoura* para a consecução de campanha política velada no período que vai do lançamento *surprêsa* da candidatura até a realização da eleição propriamente dita.

Este terceiro aspecto poderemos verificar ao acompanhar notícias do *Correio da Lavoura* e os textos da coluna *Peço a palavra!*, que ora farão menção às questões públicas a serem resolvidas pela municipalidade, ora farão alusão a atuação do Deputado Ary Schiavo com fins de beneficiar a população iguassuana. Eis o que destacamos nos trechos abaixo transcritos, sobre os quais teceremos alguns comentários.

Poucas semanas após expressar sua surpresa em ser lançado candidato a Vice-Prefeito para eleições de 1966, Antonio Joaquim Machado apresenta texto onde debate a democracia enquanto fonte de esperança num “futuro melhor”, numa clara adesão aos anseios democráticos do próprio *Correio da Lavoura*:

“Sendo **a democracia** o sistema político-social que substituiu o regime absolutista das castas do mundo de remotas eras pelo sistema representativo das massas humanas destituídas de privilégio, **é o regime que permite aos cidadãos saídos do seio do povo expressarem sua opinião** a favor ou contra qualquer forma de solução que lhes seja apresentada, desde que sensatamente estejam munidos de propósitos e argumentos sadios, **respeitando e acatando**

<sup>169</sup> UM NOVO SOL iguassuano na Semana da Pátria. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, p.5, 13 set. 1964.

**sempre o poder de decisão da maioria**, sem procurarem pelos processos da violência ou da indisciplina rebarbativa fazer valer decisões individuais ou de grupos. (...)

**Sendo esta cidade** [Nova Iguaçu] uma comuna democrática, **com seus poderes constituídos em pleno funcionamento**, onde a liberdade honra o nome de sua principal praça pública, é óbvio o direito de opinião, **vigente o direito ao debate e facultativa e facultativa a abertura do diálogo amplo e cordial**. (...)

Justificando êstes conceitos, **é necessário fazer algo consultando a opinião pública, construindo fórmulas, aglutinando correntes políticas**, quebrando o silêncio, amenizando a apatia e fazendo renascer a fé por um futuro melhor.”<sup>170</sup> [Os grifos nossos].

Neste texto podemos perceber a intenção do candidato a vice-prefeito de provocar um diálogo com a opinião pública através de seu espaço público franqueado pelo jornal, considerando-se numa *comuna democrática* em que buscará o *diálogo amplo e cordial* consultando e aglutinando correntes políticas. É possível crer que o período deveria ser o de estabelecimento de contatos e diálogos entorno da viabilização política e financeira da futura campanha eleitoral. Pareceu-nos uma forma de mostrar esta capacidade aglutinadora a publicação feita na semana seguinte, onde informa uma visita ao proprietário do Colégio Afrânio Peixoto. Passou-se assim a visita:

“No dia 2 de setembro, **resolvi fazer uma visita ao Colégio Afrânio Peixoto, com o fim de conhecer por dentro esse conceituado estabelecimento de ensino e**, por incrível que pareça, conhecer **também seu proprietário e diretor**, pois **nos quase 15 anos em que vivo com minha família nesta terra**, ainda não tinha tido o prazer, a honra e a satisfação de pessoalmente conhecer o dr. e prof. Ruy. (...)

Dirigi-me a êle, perguntando por êle e, com agradável surpresa, respondeu-me: ‘sou eu, se deseja algo estou às ordens’.

Identifiquei-me, e **ambos estranhamos que**, em tantos anos de vida, na mesma cidade, **não tivéssemos nos encontrado em parte alguma** da mesma, **apesar de cada qual por seu turno haver participado das atividades sociais e políticas do Município iguassuano**. E de tal modo se apresentou acessível, que **um minuto depois de nos conhecermos já éramos velhos amigos**.

(...) **o iguassuano sincero, pelo amor que dedica à terra dos laranjais**; o causídico e o poeta, conceituando o direito e exprimindo em imagens iguassuanas a poesia que lhe povoa a alma. (...)

Saí tão bem impressionado que dêste canto de página externo minhas felicitações ao excelso poeta e ínclito educador.”<sup>171</sup>[Os grifos nossos].

<sup>170</sup> POR UM futuro melhor. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, p.3, 27 set. 1964.

<sup>171</sup> EXCELSO POETA e ínclito educador. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, p.7, 04 out. 1964.

Assim, sem uma abordagem mais específica, a citação pode parecer estranha ou fora de lugar, mas é nossa intenção dar o devido sentido. O Colégio Afrânio Peixoto, do *ínclito educador* o professor Ruy Afrânio Peixoto é um espaço público que teve potencial político bastante dilatado à época. No ano de 1964 este colégio é noticiado no mesmo Correio da Lavoura como o maior educandário do Rio de Janeiro, contando com cerca de 4.000 alunos matriculados em seus dois turnos de aula.

“Contando com cerca de **quatro mil alunos**, o Colégio Afrânio Peixoto é o maior do Estado do Rio. (...) Diariamente são ministradas 280 aulas, ou sejam 1960 aulas semanais, 7.560 aulas mensais, ou ainda, aproximadamente, 75.560 aulas anuais. E tudo isso em apenas dois turnos, **o que nos faz antever o dôbro de tôdas estas cifras se o colégio resolver duplicar seus turnos atuais**, a exemplo do que ocorre em estabelecimentos cogêneres.”<sup>172</sup> [Os grifos nossos].

Aproximar-se de proprietário de colégio com tal potencial de difusão de sua campanha, considerando que sendo esta escola privada seu diretor gozasse do respeito, e pudesse mesmo privar da relação com parcela significativa da elite econômica e política municipal, não é estratégia pouco sábia. Fazê-lo ainda em período anterior ao calor da campanha eleitoral pode mesmo render melhores resultados num longo prazo. Mas o texto deixa verificar um pouco mais.

A oportunidade de conhecer uma figura reconhecidamente pública da cidade faz Antônio Joaquim Machado dar relevo a sua própria figura como quando traz para si a imagem de cidadão enraizado, que vive com sua família nesta terra já há 15 anos, bem como uma personagem atuante da sociedade iguassuana, pois foi com estranhamento que ambos se deram conta de não se conhecerem anteriormente “apesar de cada qual por seu turno haver participado das atividades sociais e políticas do Município iguassuano”. Ou seja, a partir de um jogo de palavras bem colocado o autor de *Peço a palavra!* consegue pedir ainda emprestado a tradição e prestígio de seu mais novo velho amigo.

No campo da atuação cidadã ou política o articulista põe em foco questões da cidade, sejam elas de simples resolução como a transferência de uma feira de uma rua enlameada para local pavimentado, seja das grandes questões da política financeira municipal, como quando põe em relevo a questão da falta de repasses dos entes estadual e federal, apresentando-se tanto como conhecedor das questões municipais em

<sup>172</sup> NOVA IGUASSÚ POSSUI o maior colégio do Estado do Rio. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, p.7, 22 mar. 1964.

diferentes escalas, mas também como um interlocutor ativo, propositivo para a solução dos problemas:

“LAMAÇAL VERSUS FEIRA LIVRE

Não há nada mais prático que o aproveitamento de uma oportunidade quando ela se faz sentir pelo entusiástico desejo de demonstrar eficiência a serviço do bem público. (...)

Considerando assim, não devemos deixar fugir a oportunidade, que se nos apresenta, de solicitar ao exmo. sr. Prefeito, em exercício, providencias que ponham fim ao lamaçal que se forma nos dias de chuva, no trecho que vai da cancela até próximo ao Aço Fino, na rua Bernardino de Melo, onde se realiza grande parte da feira livre aos domingos. O lamaçal ali é de tal modo, que ninguém consegue transitar para fazer suas compras sem sujar-se todo.”<sup>173</sup>

“CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Comunmente se ouvem críticas e reclamações contra a deficiência administrativa municipal (...)

(...) para quantos ignorem totalmente, ou em parte um bom número dos motivos dessas deficiências. Citemos alguns: (...) o não pagamento da quota de 10% das rendas arrecadadas pelo Governo Federal e da quota de 30% das arrecadadas pelo Governo do Estado do Rio, neste Município. (...)

Isso também é crime de apropriação indébita.”<sup>174</sup>

Mas Antônio Joaquim Machado não é o único dos pré-candidatos a se movimentarem em prol da campanha. Ary Schiavo enquanto deputado estadual tem seu papel neste processo, sobretudo porque como ex-prefeito e como futuro candidato também precisa ter suas ações divulgadas. Neste momento o Correio da Lavoura concede espaço, além daquele que o vice da chapa já dispõe, como na manchete que destacamos a seguir:

“Calçamentos para Eng. Pedreira e rua Brasil, no Bairro Metrópole, **conseguidos pelo dep. Ary Schiavo**

(...) Acrescente-se também que, nos primeiros cem metros da rua dr. Barros Júnior, preliminarmente, será feita a respectiva galeria de esgoto, unindo-a à já existente na rua Brasil.

Estão de parabéns o povo de Eng. Pedreira e os moradores do Bairro Jardim Metrópole, por esses **melhoramentos conseguidos pelo deputado Ary Schiavo e pelo sr. Antônio Joaquim Machado.**”<sup>175</sup>  
[os grifos nossos].

<sup>173</sup> LAMAÇAL VERSUS feira livre. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, p.7, 11 out.. 1964.

<sup>174</sup> CRIME DE apropriação indébita. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, p.7, 18 out.. 1964.

<sup>175</sup> CALÇAMENTOS PARA ENG. Pedreira e rua Brasil, no Bairro Metrópole, conseguidos pelo dep. Ary Schiavo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, p.1, 25 out.. 1964.

Não é de nosso interesse discutir a prática política em tela, a questão do clientelismo<sup>176</sup> possui sua própria discussão bibliográfica voltada para isto, terreno no qual não gostaríamos de ingressar aqui. Mas é sem dúvida nosso interesse dar relevo ao papel do Correio da Lavoura enquanto agente da promoção das ações do deputado Ary Schiavo dentro de um contexto onde um colaborador do próprio jornal passa a ser o candidato a vice-prefeito numa hipotética campanha eleitoral à prefeitura a se realizar ainda dali a dois anos.

#### 5.4 – O Correio da Lavoura e Ary Schiavo: Após as eleições de 1966.

Não temos interesse em detalhar minúcias, mas acreditamos que os dados apontados acima puderam traçar um panorama do apoio de primeira hora que a candidatura da chapa de Ary Schiavo e Antonio Joaquim Machado à prefeitura recebeu do jornal Correio da Lavoura. Onde há franquia aos textos de Antonio Machado não cabe a oposição de que ele seja o autor, e por isso único responsável por seu conteúdo, pois é completamente previsível que no caso destes escritos contrariarem a linha editorial dos Azeredo eles não seriam publicados, e no mais, ao dar publicidade às ações políticas de Ary Schiavo fica clara uma parcialidade no processo.

A partir da eleição vencida com a votação do dia 15 de novembro de 1966, que teve de aguardar sete dias para a conclusão da apuração, o Correio da Lavoura procura noticiar o resultado, com análise da conjuntura política e os propósitos do prefeito eleito. Em 27 de novembro, em matéria de capa vai encerrando assim o artigo intitulado “Ainda entorno das eleições”:

**“Como candidato de uma facção que, indiscutivelmente, irresistivelmente, mereceu a simpatia popular, o sr. Ari Schiavo alcançou uma vitória das mais expressivas em sua vida pública, derrotando um adversário de valor por sua longa experiência política, por seu prestígio eleitoral, e que tivera, além disso, melhor condição, com o apoio do governo municipal e estadual, de realizar várias obras públicas, especialmente no distrito de Belford Roxo. Ari Schiavo, além de sua prática e conhecimentos adquiridos como administrador, pois já teve o ensejo de dirigir os destinos de Nova Iguassú como seu Prefeito, leva consigo à chefia do govêrno municipal dupla responsabilidade: é a segunda vez que o povo**

---

<sup>176</sup> Para uma visão do conceito de clientelismo e o debate que o envolve ver: CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext). Acesso em: 25 jan 2012.

**deposita nele sua confiança, a sua esperança no futuro.** É uma distinção, uma honra que Ari Schiavo recebeu, robustecendo-lhe a vontade que sempre teve de administrar visando à felicidade e à grandeza dêste Município. E pretende mesmo, com a colaboração e ajuda de tôdas as classes produtoras, governar com a alma e o coração nossa querida terra iguassuana.” [os grifos nossos]<sup>177</sup>

Ary Schiavo<sup>178</sup> é o segundo prefeito iguassuano a eleger-se duas vezes para o cargo, fato realizado anteriormente por Arruda Negreiros que fora eleito em 1947 e 1958. Feito que se repetirá novamente somente na redemocratização, com a possibilidade de reeleição já instituída, conseguidas por Lindberg Farias (PT) em 2004 e 2008 e Nelson Bornier – (PL/PSDB/PMDB consecutivamente), que além dos anos de 1996 e 2000 tornou a eleger-se em 2012 tornando-se o único eleito três vezes para o cargo de prefeito de Nova Iguaçu.

A conjuntura de sua eleição, apesar de estar no partido de oposição ao regime estabelecido, acabou sendo muito positiva, posto que na Câmara Municipal o seu partido obtivesse grande maioria, conquistando doze dos dezenove assentos no legislativo como o próprio Schiavo pode avaliar na entrevista que concedeu ao Correio da Lavoura no dia 4 de dezembro daquele ano.

“- Como vê a nova constituição da Câmara Municipal?  
[Repórter do Correio da Lavoura]

- A maioria será composta de cidadãos que lutaram democraticamente pelo MDB, **valerosos companheiros que há de colaborar com o meu govêrno** e dele receberão todo apoio. [Ary Schiavo]”<sup>179</sup> [Os grifos nossos]

Durante o período entre a apuração do resultado eleitoral e a posse pudemos identificar uma aproximação entre o prefeito eleito e os camaristas, havendo um almoço promovido por Ary Schiavo para comemorar junto dos emedebistas iguassuanos, incluindo-se os deputados federais e estaduais do partido que se engajaram em sua campanha. Um dos vereadores chegou a mandar publicar no Correio da Lavoura, edição

<sup>177</sup> AINDA ENTORNO das eleições. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p.1, 27 nov. 1966.

<sup>178</sup> Cabe a observação sobre a segunda eleição, enquanto um aspecto importante da força política que Ary então representava um político do distrito Japeri, um outsider em relação aos políticos do município que se radicaram no distrito sede, e um opositor ao regime segundo sua filiação partidária. O conceito de outsider ver: ELIAS, Norbert; e SCOTSON, John. L.; *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*; tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 224 p.

<sup>179</sup> MEU GOVERNO será de paz, trabalho e moralidade. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p.2, 04 dez. 1966.

natalina, um texto seu afirmando esta aliança entre executivo e legislativo e que “*A vitória de Ari Schiavo para a prefeitura de Nova Iguaçu, foi sem sombra de dúvida, o retôrno do povo ao governo.*” O eleito naturalmente se achava tranquilo quanto ao futuro de seu governo numa conjuntura tão favorável, mas o tempo viria desmentir o que fora precocemente estimado.

Na ocasião da posse em 31 de janeiro de 1967, segundo edição do *Correio da Lavoura* publicada em 5 de fevereiro o prefeito teria sido conduzido pelo povo nos braços à Prefeitura Municipal, logo após ser empossado na Câmara. Em notícias publicadas a relação inicial com a Câmara parecia indo bem com a veiculação de atos do executivo, como calçamento de ruas, sob indicações de vereadores.

O bom relacionamento não tardaria a ser abalado e antes de se completarem os 100 primeiros dias de governo. Após ter passado por calamidades em decorrência de fortes chuvas a cidade tinha muitos problemas e o prefeito encaminhou à câmara o pedido de aprovação do *Estado de Calamidade Pública* e de abertura de *crédito extraordinário*. Na ocasião três vereadores emedebistas passaram a votar com os arenistas, derrotando as propostas do prefeito por 10 a 9 votos. O *Correio da Lavoura* noticiou o fato e informou o motivo da alteração da base do governo na câmara em edição de 23 de abril de 1967.

“Por que o Prefeito perdeu a maioria e não teve o decreto de calamidade pública referendado?

A bancada do MDB era a majoritária, composta de doze edis. Com o rompimento dos vereadores Hélcio, Nagi e Luiz Carlos, que passaram a formar ao lado da bancada minoritária, os têrmos se inverteram, ficando o MDB reduzido a nove e a ARENA elevada a dez, daí a rejeição do *referendum* ao decreto de calamidade pública e conseqüentemente ao crédito extraordinário.

Aquela votação já era esperada, como teve oportunidade de falar à imprensa falada e escrita o prefeito Ari Schiavo. Afirmou s. exa. Que aquêles vereadores lhe haviam imposto uma condição: aumentaria imediatamente a tabela dos ônibus na base de 42% ou eles votariam contra o referendum.

O Prefeito, ficando ao lado do povo, não cedera. Daí ter perdido a maioria na Câmara.”<sup>180</sup>

Independente de considerarmos a fala do prefeito estar apontando publicamente seus traidores buscando apoio da opinião pública, o fato é que menos de cinco meses depois ele seria afastado de seu cargo, já por unanimidade dos vereadores presentes na

<sup>180</sup> CÂMARA NÃO REFERENDA decreto de calamidade pública e nega crédito extraordinário. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, p.2, 23 abr.. 1967.

ocasião e com denúncia protocolada por Nagi Almawy<sup>181</sup>, que conta entre os três primeiros dissidentes da base do MDB na Câmara.

O Correio da Lavoura se mostrará posicionado a favor do prefeito contra as ações da Câmara em oposição àquele, mesmo após a consumação da cassação e a absolvição do vice-prefeito, que passará a assumir a prefeitura. Seu primeiro texto nesta postura é o da capa da mesma edição citada acima, onde expressa seu desgosto contra o que classificou por fatos lamentáveis ocorridos na Câmara:

**“Após um pleito que reformara a maioria dos representantes do povo na Câmara Municipal, dando a todos nós a esperança sempre renovada de novos métodos, de outras idéias mais arejadas, de consciência plena das responsabilidades assumidas, de firme intenção de cumprir o dever, alguns vereadores, em seguida a acusações, ofensas e insultos mútuos, fizeram no plenário da Câmara uma lambança inacreditável, como se fosse a casa um ringue de onde se praticasse o vale tudo, desrespeitando-se com tamanho desatino a si próprios e desiludindo irremediavelmente a quantos neles um dia confiaram. [...] Os líderes bons ou maus de ontem não quiseram ou não puderam deixar substitutos. Não fizeram escola ou se fizeram ninguém aprendeu nada. Tanto que a política neste Município, um dos mais pujantes de todo o Estado, vai cambaleando dolorosamente e quase se esfacelando por falta absoluta de liderança voltada para os altos interesses da coletividade.”**<sup>182</sup>

Continuou aludindo ao caso em números seguidos, mostrando o caos e os prejuízos causados pelos temporais às famílias iguassuanas, com destaque para os casos dos colonos que deveriam ser auxiliados pela prefeitura, ensejando sempre oportunidade para relembrar a falta de sensibilidade da Câmara Municipal em referendar o decreto e crédito solicitados por Ary Schiavo. Inclusive com argumentos técnicos como o do Diretor da Fazenda municipal, como destacamos a seguir:

“O diretor da Fazenda da PMNI, sr. Alexandre Rafael, declarou a um confrade da capital fluminense não ter razão de ser a recusa da Câmara Municipal em aprovar o crédito extraordinário aberto pelo prefeito Ary Schiavo, de 500 milhões de cruzeiros antigos, para atender às despesas consequentes das chuvas que caíram sobre a cidade. (...)”

Declarou, ainda, o diretor da Fazenda: ‘Quando o tempo firmou, verificamos que teríamos de lançar mão de um crédito

<sup>181</sup> O vereador Nagi Almawy é autor da denuncia de improbidade administrativa contra o prefeito Ary Schiavo segundo o Mandado de Segurança impetrado pelo acusado junto à justiça visando a manutenção de seu cargo eletivo.

<sup>182</sup> FATOS LAMENTÁVEIS. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu-RJ, p.1, 23 abr. 1967.

extraordinário, com a finalidade de reconstruir galerias, pontes, ruas, valas, amparar os desabrigados, etc.”<sup>183</sup>

Além disto, o jornal manteve sempre em evidência a atuação do prefeito, cobrindo sua visita às obras que encetava ainda que sem o crédito extraordinário. Saneamento e abastecimento de água são as principais ações do governo noticiadas. Mereceu ainda ampla cobertura jornalística o atendimento a uma velha reivindicação da cidade, a construção de um viaduto ligando um lado ao outro da cidade, por cima da linha férrea. Esta obra evitaria o trânsito de automóveis sobre os trilhos nas cancelas, o que acabava trazendo grande risco de acidentes. Mas não seria fácil administrar a cidade sem apoio político na Câmara, o que o prefeito logo tentou sanar como podemos conferir no excerto a seguir:

“Pelo fato de considerar as dificuldades para administrar o Município a intranquilidade reinante, a incompreensão de muitos e a pressão que, de alguns, vinha recebendo, incompatíveis com as boas normas da administração e até com a moralidade administrativa, o Prefeito solicitou o apoio da ARENA para o seu govêrno.”<sup>184</sup>

E ao menos formalmente passou a receber, como noticia esta nota do partido publicada na primeira página do *Correio da Lavoura*. Mas isto não foi suficiente para estabilizar a situação, que se agravou nos próximos meses culminando com sua cassação quando esteve afastado do país para acompanhar um congresso promovido pela Alemanha Ocidental, evento voltado para cidades de países em desenvolvimento, no mês de agosto de 1967.

### **5.5 – O Correio da Lavoura e Ary Schiavo: O fim de um projeto democrático no campo político iguaçuano.**

“Não pensaram, nem pesaram devidamente suas responsabilidades todos os vereadores iguaçuanos, com exceção de Armando Dias, quando declararam, antes de mais nada, procedente a denuncia de infração política-administrativa, afastando assim, arbitrariamente, de suas funções, por noventa dia, o Prefeito e o Vice-Prefeito, então em exercício. Não merecia o prefeito Ari Schiavo, por seus elevados propósitos à frente do poder executivo, aquela afrontosa decisão a toque de caixa. E não mereciam o Estado do Rio e o Brasil a

<sup>183</sup> NOTÍCIAS 67. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, p.9, 30 abr.. 1967.

<sup>184</sup> DELIBEROU A ARENA dar apoio na, Câmara Municipal, às medidas administrativas forem solicitadas pelo prefeito Ari Schiavo. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu-RJ, p.1, 04 jun. 1967.

desconsideração daquele ato ilegal, porque afastou do cargo para o qual fora eleito pela maioria do povo um prefeito que, naquele dia, autorizado pela própria Câmara punidora, estava fora do País, na Alemanha Ocidental, participando oficialmente de uma delegação de prefeitos a um grande centro de estudos sobre administração pública, cujos resultados serão da mais alta importância, sobretudo para os municípios da Baixada Fluminense.”<sup>185</sup>

Foi neste tom a cobertura que o Correio da Lavoura deu ao ato deliberado pela Câmara Municipal de afastar, e depois cassar em definitivo ao prefeito Ary Schiavo. Daí até a cassação definitiva do mandato, que acabou por absolver o vice-prefeito, que passou a assumir a prefeitura até seu afastamento em outubro do ano de 1968 sob mais acusações oriundas da Câmara Municipal, o jornal vai publicar uma série de textos, a maior parte na coluna principal da capa que é assinada pelo pseudônimo de Arauto, sempre visando a defesa do prefeito e atacar os vereadores pelo seu erro. A tônica é a reiterada acusação, por parte do articulista, de que os vereadores não tinha (tinham) provas para cassar o prefeito, bem como da legitimidade daquele por ter ascendido pelo voto popular.

Não foram poucas as colunas, notas e manchetes denunciando, cobrindo ou apontando o estado em que se encontrava o caso da cassação do prefeito Ary Schiavo. A cada lance do processo novas publicações, sobretudo ressaltando a atuação dos advogados de defesa do prefeito e suas estratégias que visaram suspender a *deliberação infeliz da Câmara Municipal*, devolvendo à chefia do Executivo Municipal o titular eleito. Parecia uma cruzada, na qual o jornal havia ingressado combatendo aos detratores da democracia, aquele valor acalentado pelos colaboradores do jornal desde o fim da ditadura Vargas.

Foi o que ocorreu quando o então prefeito Antônio Joaquim Machado, ex-vice de Schiavo, teve seu afastamento da prefeitura. Pouco antes de Joaquim Machado sair da prefeitura, desta vez de forma definitiva, o colunista Arauto avaliava sua posição insustentável:

---

<sup>185</sup> DELIBERAÇÃO INFELIZ da Câmara Municipal. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p.1, 20 ago. 1967.

“O PREFEITO EM POSIÇÃO INSUSTENTÁVEL

**O VICE-PREFEITO Antônio Joaquim Machado**, logo nos primeiros dias em que **passou a ocupar** o cargo de chefe do Poder **Executivo municipal, em face do desfecho infeliz** e desastroso da crise político-administrativa do ano passado, **afastando de uma vez das suas funções o prefeito Ari Schiavo por motivos e provas discutíveis**, sentiu como que à flor da pele, claramente, que seu govêrno não se apoiava em bases sólidas e que êle próprio não iria lá das pernas. Que fazer em tal conjuntura? **Manobrou**, parece que seguindo conselho de conhecidas raposas da política municipal, **no sentido de se equilibrar** e não cair do galho mais cedo do que esperava: **Passou-se de malas e tudo do MDB para a Arena**, ou seja, ensarilhou as armas da oposição e empunhou de qualquer maneira as do govêrno. **Mesmo assim, talvez por sua inexperiência e falta de tato, sem uma assessoria capaz e sobretudo estável, a conduzir precariamente a máquina administrativa e sem fôrça moral para manter em ponto alto a harmonia com o Poder Legislativo** através de estranha e falsa maioria que se comprometera a defendê-lo e sustentá-lo, as zonas de atrito foram surgindo e **a situação se agravando de modo surpreendente e assustador.**<sup>186</sup>

Viria a cair do galho ainda no mês de outubro daquele ano. Não custa lembrar que este mesmo Antônio Joaquim Machado havia recebido do Correio da Lavoura, desde meados de 1964, espaço para realizar sua campanha, conforme já abordamos neste trabalho. Agora *sem fôrça moral*, o mesmo Joaquim Machado passa a ser alvo das duras críticas do *Arauto* do Correio da Lavoura, na coluna principal da capa do jornal, posto que se beneficiasse da desgraça política de seu ex-correligionário. Sua queda seria ainda oportunidade para relembrar aquele que fora afastado “de uma vez das suas funções o prefeito Ari Schiavo *por motivos e provas discutíveis*”.

Até o final do ano de 1968 seriam encontradas muitas notas e matérias que tinham como temática a cassação, os resultados negativos da cassação para a cidade ou o desenvolvimento da cruzada jurídica dos advogados de Ary Schiavo para reaver o posto perdido. Com maior frequência as alusões eram feitas na coluna assinada por ARAUTO.

Arauto era o pseudônimo que acreditamos firmemente ser de Luiz Martins de Azeredo. Ele havia composto o *staff* do governo Ary Schiavo, ocupando cargo de assessor assim que iniciou o mandato.

---

<sup>186</sup> O PREFEITO em posição insustentável. *Correio da Lavoura*, Nova Iguaçu – RJ, p.1, 13 out. 1968.

“Entre os novos auxiliares diretos do Prefeito Ari Schiavo encontra-se o jornalista Luiz de Azeredo, diretor-secretário deste jornal que, por esta razão, tem sido muito cumprimentado pelo seu vasto círculo de amizades. A escolha do nôvo auxiliar do Prefeito, além de constituir uma distinção à nossa imprensa, foi considerada das mais acertadas, pois Luiz de Azeredo é homem correto e conhecedor dos problemas dêste município, sendo, portanto, um auxiliar de categoria, de quem muito pode esperar o gabinete do Prefeito, agora sob chefia do Sr. Gaspar Soares.”<sup>187</sup>

Esta nomeação pode ser considerada como a confirmação da associação entre a imprensa, aqui representada pelo Correio da Lavoura na figura de seu diretor-secretário Luiz Martins de Azeredo, e os atores políticos, neste caso com o emedebista Ary Schiavo e seu vice, Antônio Joaquim Machado, o que constitui parte da composição do campo político iguaçuano. Uma relação que se iniciou como um projeto, a eleição dos candidatos à prefeitura, traçado ainda em 1964 quando o Correio da Lavoura passou a franquear espaço em suas páginas para a fala destes atores políticos através da coluna “Peço a palavra!” e da veiculação de reportagens positivas da atuação parlamentar do deputado estadual Ary Schiavo, assim como no apoio na campanha que se tornaria vitoriosa em 15 de novembro de 1966.

O pacto político que se constituiu nunca foi quebrado pelo lado do Correio da Lavoura. Mesmo após o estabelecimento do bipartidarismo e filiação dos candidatos ao partido de oposição em um contexto político desfavorável o periódico manteve sua linha editorial de apoio aos candidatos. No processo movido contra Ary e Antônio pela Câmara Municipal de Nova Iguaçu a folha semanal sustentou sua posição de defesa e divulgou os fatos políticos transcorridos na cidade neste processo, o que nos garante hoje ter acesso a uma gama de informações que estariam perdidas se fosse de outra forma.

A partir de março de 1968, quando Schiavo tem indeferido em primeira instância seu mandado de segurança para tornar a exercer a chefia do executivo o Correio da Lavoura continuaria a fazer alusão ao fato. Neste ano que ficou internacionalmente marcado pelos movimentos sociais promovidos pela geração de 1968 e nacionalmente pelo recrudescimento do regime autoritário<sup>188</sup> o Correio da Lavoura permaneceu sua cruzada em favor do prefeito que segundo sua posição, fora alçado ao posto pelos cidadãos através do voto livre e direto, conforme preconizavam em seu programa

---

<sup>187</sup> NOTÍCIAS 67. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p.7, 05 fev. 1967.

<sup>188</sup> REIS, Daniel Aarão e MORAES, Pedro de. 1968: A paixão de uma utopia. 3ª ed. - Rio de Janeiro: FGV, 2008.

democrático, longamente acalentado em suas páginas desde os anos 1940. Mesmo tendo encerrado o processo, que terminou afastando definitivamente Ary Schiavo da vida política, sempre que oportuno alguma alusão ao caso se fazia como lembrete da decisão.

O Ato Institucional de 13 de dezembro de 1968 parece ter encerrado as possibilidades, ainda que remotas, de uma virada de mesa jurídica em favor de Ary Schiavo. O processo de seu julgamento aguardava no âmbito da justiça estadual que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovasse lei reguladora daquele tipo de procedimento de afastamento desde março de 1968. Aprovada a legislação em comento o processo de número 22.623 encaminhava-se para o trâmite final:

“(...) ou seja, o mandado de segurança de Ari Schiavo , que aguarda, como de resto todos que nele confiaram e ainda confiam, com a reforma na decisão agravada, que o direito líquido e certo lhe seja assegurado e possa desse modo retomar o exercício das funções do cargo de Prefeito. E nesta altura dos acontecimentos, não se comenta outra coisa, da mais alta à mais humilde das classes sociais, senão sobre a possibilidade da volta iminente de Ari Schiavo à chefia do Executivo Municipal, mandato que lhe confiou livremente a maioria do eleitorado iguassuano nas eleições de novembro de 1966, como um ato de direito e de justiça, repondo no caso, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado, o Município de Nova Iguassú num regime estável, de segurança e tranquilidade, em benefício de nossa terra e de nossa gente.”<sup>189</sup>

Apesar desta incrível declaração de fé na restituição do mandato a Ary Schiavo, o que se percebeu foi a prevalência da lógica estabelecida. Não pudemos conferir os documentos que compõe o processo que o prefeito cassado moveu para reaver o posto, mas conhecemos seu resultado, e ele não foi o aguardado. No Correio da Lavoura encontramos uma pequena nota na segunda página que dizia, breve e sobriamente:

**“Desistiu Schiavo de lutar por seu mandato**

Segunda-feira quando finalmente se encontrava na pauta o seu mandado de segurança para ser julgado pelo Tribunal de Justiça, o Sr. Ari Schiavo, através de seu advogado, dr. Paulo Froes Machado, entrou com um pedido de desistência, interrompendo assim a luta para reaver o seu mandato de Prefeito deste Município. Comenta-se até que o Sr. Ari Schiavo tem o propósito de abandonar a vida pública.”<sup>190</sup>

<sup>189</sup> JULGAMENTO ansiosamente aguardado. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p.1, 15 dez. 1968.

<sup>190</sup> DESISTIU Schiavo de lutar por seu mandato. **Correio da Lavoura**, Nova Iguaçu – RJ, p.2, 22 dez. 1968.

Schiavo, após a dura e indubitável postura de endurecimento do regime a partir do AI-5, não pretendeu insistir numa batalha que estaria obviamente fadada ao insucesso. Provavelmente seus advogados o tivessem orientado no sentido de abandonar o caso, se o próprio não estivesse convencido das consequências do ato de 13 de dezembro de 1968. Seja como for, o fato é que a campanha vitoriosa nas urnas se havia derrotado por vias alternativas na frágil democracia existente no interior do regime militar.

Alzira Alves Abreu nos apresenta a ideia que nos anos 1960 teriam sido vividos os anos “[d]o apogeu da imprensa política”.<sup>191</sup> Somos forçados a lembrar que esta classificação pode estar desconsiderando outros contextos históricos nacionais onde a política esteve na pauta diária da imprensa como no Império e na Primeira República, mas também não podemos deixar de acreditar que a política gozasse de um espaço privilegiado em significativa parcela da imprensa dos anos 1960 e, no nosso caso, no jornal *Correio da Lavoura* neste período destacado.

Observando o processo político que descrevemos neste capítulo conseguimos verificar a parcialidade de uma imprensa que se apresenta como jornal tradicional, portador de um reconhecimento e de uma respeitabilidade por sua longa atuação no município onde está sediado e para o qual colaborou sempre ativamente para o desenvolvimento, segundo sua representação de si. Mas que num dado momento assume abertamente a campanha em favor de um político local, Ary Schiavo.

Desde a sua cassação em diante o *Correio da Lavoura* empreendeu uma verdadeira campanha em defesa do Prefeito cassado, buscando demonstrar o caso arbitrário e a inocência do mesmo contra as injustas acusações. O jornal acompanhou cada lance, detalhou o modo como se procedeu a cassação, os meios de tentativa de defesa e os últimos recursos lançados por Ary Schiavo. Seu posicionamento passava da simpatia para uma tomada de partido em favor do Prefeito, ao qual defendeu com o argumento do discurso democrático, reiterando inúmeras vezes que Ary Schiavo houvera sido eleito dentro daquele modelo, sendo seu mandato um direito outorgado pelo povo.

A pretensão desta avaliação, se pudemos atingir, foi de demonstrar a atuação desta imprensa local na cobertura de um processo político na qual o próprio órgão de

---

<sup>191</sup> ABREU, Alzira Alves de. *1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **João Goulart entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

imprensa acabou tomando parte, no caso sendo partidário do senhor Ary Schiavo. Isto não desqualifica o jornal enquanto fonte, apenas o repõe no papel de parte do objeto sob análise. Outras pesquisas são demandadas para compreender mais profundamente este periódico, seus projetos ao longo do século XX e seus desdobramentos, mas dentro dos limites deste estudo acreditamos que foi possível demonstrar o processo de como se elegeu e se cassou um prefeito e o modo como um jornal fez da defesa deste caso uma bandeira onde a democracia foi seu mais forte argumento, ainda que num contexto ditatorial.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos nossas pesquisas nos deparamos com um dado intrigante: a cidade de Nova Iguaçu no período em que coexistiram o Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara passou por uma turbulência política a partir do primeiro ano do golpe militar de abril de 1964. No período coincidente com a primeira metade do regime autoritário a cidade passou pela administração de onze prefeitos. A rotina política só seria reestabelecida na segunda metade dos anos 1970, coincidindo com o processo de abertura encaminhado pelo presidente general Geisel conhecido por distensão. Coincidentemente, ou não, neste mesmo período o partido do governo passaria a controlar não apenas a prefeitura de Nova Iguaçu, mas passaria a obter o controle político de todos os quatro municípios da porção oeste da Baixada Fluminense.

O sociólogo José Claudio de Sousa Alves afirma que há um modo de governar militar para a região da Baixada, o que suscitou alguns questionamentos que nos levaram a esta pesquisa. Haveria um modo de governar militar para a região da Baixada? E se houve, qual seria este modelo?

Ao identificar processos de intervenção política na prefeitura de Nova Iguaçu pudemos verificar uma espécie de rotinização da intervenção, ou seja, o estabelecimento de um procedimento que se constituiu em modo efetivo de destituir os prefeitos eleitos do cargo de prefeito, qual seja:

- a) Denúncia do prefeito com acusações de má administração feitas a partir da Câmara de Vereadores;
- b) Afastamento do prefeito e do vice-prefeito eleitos; posse do presidente da Câmara de Vereadores; procedimento sumário de cassação do prefeito seguido da absolvição do vice;
- c) Novas acusações da Câmara de Vereadores, algumas culminando com o afastamento do vice-prefeito;
- d) Intervenção Federal;
- e) Eleições.

Em Nova Iguaçu pudemos identificar este procedimento se repetindo em duas ocasiões, quais sejam, a cassação de Aloízio Pinto de Barros culminado na nomeação do interventor Joaquim de Freitas e a cassação de Ary Schiavo resultando na nomeação de João Ruy de Queiroz Pinheiro. Em que pesem outros fatores distintivos entre os dois processos, a norma foi, grosso modo, cumprida sem muitas alterações. Deste processo

resultou a incrível marca de 9 prefeitos na cidade apenas nos anos que transcorreram do golpe até a segunda intervenção em 1969. Acrescentemos o fator de ambos os interventores haverem se eleito para prefeito nos anos 1970, quando se candidataram pelo partido do governo, ARENA.

Estes dois casos isoladamente não permitem, no entanto, inferir um modelo de atuação para toda a região. Nem mesmo podem ser considerados como intervenção militar no procedimento, se considerarmos que as denúncias partem do órgão legitimamente estabelecido para fiscalizar o poder executivo municipal, a Câmara de Vereadores. Claro que não podemos descartar para fins desta análise dois fatores:

1) Os fortes indícios de que a cassação de Ary Schiavo ter sido realizada sob pressão do comando da Vila Militar, conforme pudemos verificar na bibliografia, mídia impressa da época e relato de um vereador do período, o que já demos destaque ao longo deste trabalho;

2) O procedimento de afastamento do prefeito em outros municípios da região, com exceção de Duque de Caxias que foi tornada Área de Interesse da Segurança Nacional, seguiu este modelo com poucas variações em São João do Meriti e Nilópolis.

Ainda que em determinados aspectos as investigações apontem para a confirmação da tese de Alves, gostaríamos de destacar alguns aspectos peculiares, que nos impedem de efetuar tal generalização a bem do procedimento historiográfico.

Nossa interpretação nos leva a identificar, em primeiro lugar, que a perda de autonomia de um município não foi um modo de intervenção particular para Duque de Caxias e sim uma estratégia estabelecida pelo governo militar para reprimir a atuação política dissidente em cidades consideradas estratégicas para o governo. Ao longo do regime os militares buscaram empreender a supressão da autonomia em um número muito superior ao que efetivamente se alcançou. Para efeitos de demonstração podemos verificar que o projeto de transformação de municípios em Áreas de Segurança Nacional enviado a Assembleia Legislativa em 1966, que continha mais de 260 municípios listados e que a proposta aprovada em 1967 com cerca de um quinto deste número, 68<sup>192</sup>. Exatamente neste projeto foi que Duque de Caxias constou como único

---

<sup>192</sup> CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) UFRJ/PPGHIS, Rio de Janeiro.

município entre as Áreas de Segurança Nacional do Estado do Rio de Janeiro<sup>193</sup>. Desta forma não é lícito colocar a perda de autonomia, como ocorreu no município de Caxias, no mesmo padrão militar de governar a Baixada e sim de um projeto mais abrangente de manutenção do poder na mão dos militares.

A intervenção política pela via processual resultando em cassação, antes da efetiva intervenção federal, nas cidades de Nilópolis, São João do Meriti e Nova Iguaçu merece um pouco mais de cuidado. Não podemos negar a existência de um padrão, como apontamos acima, mas seria possível considerar a afirmação de Alves? Há um modelo militar para a região? O que caracteriza esta especificidade?

Foge dos limites deste estudo o cotejamento com outros municípios e mesmo outros estados. Para isto seria necessário empreender uma pesquisa de maior fôlego, com um conjunto de pesquisadores envolvidos. Mas é possível realizar uma análise em âmbito local, testando os limites da afirmativa de Alves.

É notável que haja a influência da Vila Militar, geralmente aludida de forma genérica e sem uma melhor delimitação deste agente na política da Baixada Fluminense. Essa forma gera a impressão de uma interferência institucional, que dá aspecto generalizante e totalizante, como se os militares fossem um todo comum, ignorando que cada indivíduo nas forças armadas era dotado de seus próprios motivos e interesses. Esse protagonismo dos militares oculta a atuação de outros grupos de influência no campo político e econômico da região, isentando outras personagens no processo de consolidação de uma intervenção a partir desta Vila Militar homogênea e disforme que se pretende apresentar tão recorrentemente.

Neste sentido o avanço mais significativo que pudemos verificar foi a identificação de alguns personagens que estiveram envolvidos no processo iguaçuano e que pudemos percebê-lo em outros espaços. Para isto foi importante o caso da cassação do Prefeito Ary Schiavo assim como a identificação de alguns atores políticos de Nilópolis na dissertação de Luiz Anselmo Bezerra e a investigação da atuação do aparato repressivo e do sistema de informações da pesquisa de Abner Francisco Sóstenos.

Assim essa Vila Militar passa a ser desconstruída e passa a aparecer com maior proeminência a figura do capitão José Ribamar Zamith, comandante da Primeira Companhia de Polícia do Exército do Brasil (PE) na Vila Militar, que entre outras

---

<sup>193</sup> Somente em ao longo dos anos 1970 que as cidades fluminenses de Angra dos Reis Volta Redonda serão consideradas ASN.

atuações comandou a PE na ocasião da invasão do Calabouço. Este militar possuía vínculos com personagens controversas na política da Baixada Fluminense, relações de parentesco com o interventor João Ruy de Queiroz Pinheiro, de quem seria cunhado segundo relatos. No período de sua permanência no comando da PE efetivaram-se as cassações de Ary Schiavo (1967) em Nova Iguaçu e de João Cardoso (1970) em Nilópolis, em ambos os casos o método empregado seguiu o modelo já apresentado.

Longe de fazer crer que um único militar estivesse em condições de orquestrar as cassações de prefeitos em três cidades bastante próximas ao conjunto de quartéis que constituem a Vila Militar em Deodoro, Rio de Janeiro, gostaríamos de destacar que a associação entre civis, políticos, comerciantes e industriais e os militares posicionados em condições de respaldar as ações dos primeiros proporcionou, numa conjuntura favorável, os meios de estabelecer ao mesmo tempo o poder econômico, político e o monopólio sobre os grupos armados voltados para a manutenção do poder alcançado.

Assim concordamos que este grupo, em associação, alcançou o poder em circunstâncias onde o controle do aparato de violência, seja com emprego da força oficial ou criminosa, lhes tornavam incontestes sobre uma região significativamente grande em termos físicos e demográficos, com amplo poder eleitoral e potencial econômico. O que não significa concordar que o modo de governar fosse, porém, militar.

Conforme demonstrado por René Armand Dreifúss o capital econômico de empresariado nacional e internacional esteve associado para o momento da conquista do Estado Brasileiro em 1964. No nível local verificamos a associação entre capital econômico e político daqueles que se posicionaram a favor do regime proporcionou os meios de atingir e se perpetuar no poder político. E foi na primeira metade do regime que este grupo conquistou o poder, aproveitando o regime de exceção, o monopólio da violência e poder político e econômico para retirar os oponentes do jogo político.

Percebemos isto claramente em Nova Iguaçu no período de 1964 a 1975, quando a ARENA passa de grande derrotada nas urnas para campeã de votos, transformando a legenda em grande vencedora a partir da segunda intervenção em Nova Iguaçu. Ao vencer em Nova Iguaçu a ARENA não representaria apenas o partido do governo, mas o partido daqueles que se associaram ao governo para atingir objetivos políticos e econômicos que não seriam alcançados em uma conjuntura diferente, ou pelo menos teria de contar com uma concorrência mais acirrada pelo poder.

## 7. REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. (Org.). A imprensa em transição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

\_\_\_\_\_. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. A modernização da imprensa (1970-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. “1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart” In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2010. p. 107-128.

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. - 3ª ed. - Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. A educação pelo quarto poder: Um olhar sobre a coluna do jornalista Luiz Martins de Azereido (Nova Iguaçu - 1945-1948). 52f. : Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Monografia), Licenciatura em História UFRRJ-IM, Nova Iguaçu, RJ, 2013.

ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro de. Baixada Fluminense. In.: Revista Pilares da História. Duque de Caxias, Ano08, N.09 mai., 2009. p.7-9.

ALVES, José Cláudio Souza. Dos Barões ao Extermínio: uma História da Violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH Clio, 2003.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). Usos e Abusos da História Oral. [3ª ed.] Rio de Janeiro: FGV, 2000.

AMORIM, Maria Aparecida Blaz Vasques. No interior... Ditadura militr no ensino superior (FAFI/UNESP): memórias sobre a intervenção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, São Paulo.

ANDRADE, Manuel correia de. Geopolítica do Brasil. São Paulo, Editora Ática, 1989.

ASSIS, João Marcus F. Negociações para o convívio no catolicismo na Diocese de Nova Iguaçu. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, Rio de Janeiro, 2008.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE NOVA IGUAÇU - ACINI. Uma História de Lutas. ACINI 50 Anos: Instituição a Serviço de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu-RJ, 1995.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS - ANJ. Credibilidade continua a ser o maior valor do jornal - Entrevista/Fernando Lattman-Weltman. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/sala-de-imprensa/Entrevista%20Lattman.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

AZEVEDO, Cecília et al (Orgs.). Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Dinheiro no Brasil / Banco Central do Brasil. – 2. ed. – Brasília : BCB, 2004.

BAQUERO, Marcello. “Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil”. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, n.21, nov. 2003. pp.83-108;

BARRETO, Alessandra Siqueira. Cartografia política: as faces e fases da política na Baixada Fluminense. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional UFRJ/MN, Rio de Janeiro, 2006.

BARROS, Ney Alberto Gonçalves de (Coord.). Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000.

BATISTA, Allofs Daniel. Da laranja ao golpe militar: política iguaçuana e o golpe civil-militar. In.: GARCIA, Graciela; Sales, Jean; SILVA, Lúcia (Orgs.). *Capítulos de história da Baixada Fluminense*. Seropédica/RJ: Ed. da UFRRJ, 2013.

\_\_\_\_\_. Da laranja ao golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política nos primeiros anos do regime Civil-Militar. 44f. : Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Monografia), Licenciatura em História UFRRJ-IM, Nova Iguaçu, RJ, 2011.

\_\_\_\_\_. O caminho e a caminhada: Perspectivas sobre um curso em um campus universitário em construção. In.: *Revista Pilares da História*. Duque de Caxias, Ano09, N.10 mai., 2010. p.69-70.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

BELOCH, Israel. Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BERNARDES, Júlia Adão. Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1983.

BERSTEIN, Serge. “Culturas políticas e historiografia.” in AZEVEDO, Cecília et al (Orgs.). Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009. pp 29-46

BEZERRA, Luiz Anselmo. Família Beija-Flor. Dissertação (Mestrado em História) – UFF/PPGHIS, Niterói/RJ. 2010.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. Trad. João Ferreira *et alii*. Brasília: Editora da UnB, 1986.

BOURDIEU, Pierre, “A ilusão biográfica.” in AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). Usos e Abusos da História Oral. [3ª ed.] Rio de Janeiro: FGV, 2000.

\_\_\_\_\_. “O Campo Científico.” in ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu – Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Editora Ática, 1983. Acessado em [http://www.febf.uerj.br/historia\\_febf.html](http://www.febf.uerj.br/historia_febf.html), em 04/01/2013.

\_\_\_\_\_. “O Campo Político.” in Revista Brasileira de Ciência Política. Brasília: Jan/Jun; 2011. pp 193-216.

\_\_\_\_\_. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In. BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz (Português de Portugal) – 16ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p.107-132.

BRANCO, Carlos Castello. Introdução à revolução: 2º Tomo: A queda de João Goulart. Rio de Janeiro: Ed. Artenova, 1975.

BRASIL NUNCA MAIS. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 312 p.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) UFRJ/PPGHIS, Rio de Janeiro.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext). Acesso em: 25 jan 2012.

CARVALHO, Alessandra. Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da ARENA e do MDB. 2008

CARVALHO, Nelson Rojas (org.) Guia de fontes da região metropolitana do Rio de Janeiro. Seropédica/RJ: EDUR, 2010.

CARVALO, Maicon Sérgio Mota. Bayer e Belford Roxo uma experiência industrial: relações de classe na Baixada Fluminense (1958-2008) Dissertação em desenvolvimento (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/UFRRJ, Seropédica. 2013-2015.

CASTRO, Henrique C. Oliveira. “Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina.” In: *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol. 2, nº1, jan-jun. p.03. 2008 [Online]. Disponível em: <http://www.repam.org/edicoes/02/index.html>;

COMISSÃO EXECUTIVA DO JUBILEU DE OURO DA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. Diocese de Nova Iguaçu. 50 Anos de Missão: 1960-2010. Rio de Janeiro: Gráfica Duo Print, 2010.

D'ASSUNÇÃO BARROS, José. AS CRISES RECENTES DA HISTORIOGRAFIA. Dialogos - Revista do Departamento de Historia e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 14, núm. 1, 2010, pp. 133-158

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Org.). O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. Os militantes da Ação Popular (AP) e o Movimento Operário no Rio Grande do Sul – 1967-1971. *Revista Latino-Americana de História*, v. 1, p. 367-378, 2012.

DINIZ, Eli. Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

DOSSE, François. A história em migalhas: dos Annales à Nova História. Campinas: Edunicamp, 1992.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, Eliana de Freitas. “História e culturas políticas: definições, usos, genealogias.” In: *Varia História*. Belo Horizonte, UFMG, n. 28, 2001, pp. 13-28;

EM LETRAS GARRAFAS: o Correio da Lavoura e a Crítica na Baixada Fluminense (1917-2010). In: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do (Org.). Correio da Lavoura & A Crítica - Memória da Imprensa Fluminense. Nova Iguaçu, RJ: Secretaria de Cultura - RJ, 2011. 1 CD-ROM).

ENNE, Ana Lucia. “Lugar, meu amigo, é minha Baixada”: memória, representação social e identidades. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 2002.

FADEL, Simone. Meio ambiente, saneamento e engenharia no Império e na República. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). A força do povo: BRIZOLA e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ALERJ. CPDOC/FGV, 2008.

\_\_\_\_\_. A História como ofício – a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro, FGV, 2013.

\_\_\_\_\_. Em busca da idade do ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.

FICO, Carlos, ARAUJO, Maria Paula (Orgs.). 1968: 40 anos depois: História e Memória. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2009.

FICO, Carlos. Algumas Notas sobre Historiografia e História da Ditadura Militar. Estudos de História, vol. 8, nº 1, p. 69-90, 2001.

\_\_\_\_\_. Como eles agiam. Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. O Grande Irmão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. 200 p.

\_\_\_\_\_. Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

FIGEIREDO, Argelina Cheibub. Estruturas e escolhas: era o golpe inevitável? In: 1964-2004: 40 anos do golpe: Ditadura Militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004

FORTE, José Matoso Maia. Memória da Fundação de Iguassú. Typografia Jornal do Comércio: Rio de Janeiro, 1933.

GARCIA, Graciela; Sales, Jean; SILVA, Lúcia (Orgs.). Capítulos de história da Baixada Fluminense. Seropédica/RJ: Ed. da UFRRJ, 2013.

GINZBURG, Carlo. “Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito.” In.: O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Cia da Letras, 2007. (primeira reimpressão 2011) p.265.

\_\_\_\_\_. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras. 1989.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo. Ed. Cia das Letras, 1987. P.97.

GOMES, Alexander de Souza, *Religião e Política: Construção da Memória de Dom Adriano Hypólito*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, Rio de Janeiro.

GOMES, Ângela de Castro. “Nas gavetas da história do Brasil: ensino de história e imprensa nos anos 1930.” in: FERREIRA, Marieta Moraes (org.) *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2010. p. 31-58.

\_\_\_\_\_. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões.” In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B; GOUVÊA; Maria de Fátima S. *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 21-43.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. (Trad. Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4ª Ed. 1982

GRINBERG, Lucia, *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1987.

\_\_\_\_\_. *O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores*. In. FERREIRA, Marieta de Moraes (Coordenação). João Goulart: Entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC. 2006, pp. 61.

IANNI, Otavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2000.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política.” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999, p. 227-250;

LABORIE, Pierre. “Memória e opinião.” in AZEVEDO, Cecília et al (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. pp 79-97

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. 1996. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. In: ABREU, Alzira Alves de (et al.) A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro, FGV, pp. 157-87.

LE GOFF, Jacques. “Idades míticas”. In: ROMANO, Ruggeiro (editor). Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v. 1

LOPES, Marcos Antônio e MUNHOZ, Sidnei J..(orgs.). Historiadores de nosso tempo. São Paulo: Alameda, 2010.

MARQUES, Alexandre dos Santos. “Baixada Fluminense: Da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas.” In: Revista Pilares da História: Duque de Caxias e Baixada Fluminense. RJ. Ano 4 - número 6. 2006.

\_\_\_\_\_. Militantes da cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950 – 1980. Vassouras - RJ: USS, Programa de Mestrado, 2005.

MATUS, Moduan, Um olhar pelas janelas da Baixada. Edição do Autor, 2000. Nova Iguaçu, RJ. pp16.

MEDEIROS, Leonilde Servolo (Org.). Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense/Bráulio Rodrigues da Silva. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 2ª ed., 1987.

MENDONÇA, Sônia Regina de. FONTES, Virginia Maria, História do Brasil recente. 1964-1992. São Paulo: Ática, 2001.

MOTTA, Marly Silva da. “Que será do Rio?” In: Tempo, v. 4, 1997, p.146-174; \_\_\_\_\_ . “A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos.” In: *UM ESTADO em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro*/ Organizadores: Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmiento, Marly Silva da Motta. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. p.19-56.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. “João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64” In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.) *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV editora, 2010. p. 129-147.

\_\_\_\_\_., “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia.” In: *Culturas políticas na história: Novos estudos*. Belo Horizonte: Ed. Argumentum, 2009.

MUDROVICIC, María Inés. “Por que Clío retornou a Mnemosine?” in AZEVEDO, Cecília et al (Orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. pp 101-116

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Memórias da Baixada Fluminense: vida, trabalho e desenvolvimento urbano em testemunhos de anciãos 1950-2000*. Projeto FAPERJ. Rio de Janeiro: 2006.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. *Imagens da libertação: a atuação política da Igreja Católica de Nova Iguaçu por meio do jornal A Folha (1974-1981)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – CCHN/UFES, Vitória.

NOVA IGUAÇU. *De Iguaçu a Nova Iguaçu. 170 anos (1833-2003)*. Textos de Ney Alberto e outros. Nova Iguaçu: Interanônima, 2003.

OLIVEIRA, Otair Fernandes. *O LEGISLATIVO MUNICIPAL NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO: Um Estudo sobre a Dinâmica Legislativa da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Niterói, RJ, 1999. p. 190. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade Federal Fluminense.

PEREIRA, Waldick. *Cana, café e laranja*. Rio de Janeiro: FGV/SEC, 1977.

PINHEIRO JUNIOR, Jefte da Mata. *A formação do PT na Baixada Fluminense: um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias*. Niterói, RJ, 2007. p. 162. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal do Fluminense.

PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados: O jogo político na antiga capital federal*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X/ FAPERJ, 2011.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v.5, n.10, p200-212. CPDOC/FGV. 1992.

\_\_\_\_\_. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v.2, n.3, p.3-15. CPDOC/FGV 1989.

REIS, Daniel Aarão e MORAES, Pedro de. *1968: A paixão de uma utopia*. 3ª ed. - Rio de Janeiro: FGV, 2008.

REIS, Daniel Aarão, *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. [3ªed] Rio de Janeiro: Zahar, 2005. (Col. Descobrimdo o Brasil)

RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

RENNÓ, Lúcio. “Teoria da cultura política: vícios e virtudes.” In: *BIB*, Rio de Janeiro, n. 45, 1998, PP. 71-92.

RIBEIRO, Adriana Maria. Todo comunista tem de ir aonde o povo está. As experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense (RJ) na década de 1970. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/UFRRJ, Seropédica. 2013.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e urbanos de Magé (1956-1970). Tese em desenvolvimento no FGV/PPHPBC 2011/2015.

\_\_\_\_\_. Operários à tribuna: vereadores comunistas e trabalhadores têxteis de Magé (1951-1964) Dissertação (Mestrado em História Social) – UERJ/FFP, São Gonçalo/RJ. 2009.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Paraguai: um golpe de novo tipo e a permanente questão agrária. *Boletim Tempo Presente (UFRJ)*, v. 4, p. 35, 2012.

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833 – 90’s): Economia e Território em Processo. Rio de Janeiro, RJ, 2006. p. 121. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história do político. (trad.) Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

SANTANA, M. A.. “Trabalhadores, sindicatos e ditadura militar.” In: FICO, Carlos; ARAÚJO, Maria Paula. (Org.). *1968: 40 anos depois. História e memória*. 11 ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, v. 1, p. 150-167.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos (Org.). Votos e Partidos: almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países. Rio de Janeiro: Editora FG, 2002.

SERAFIM, Adriana da Silva. A Missa da Unidade, um ritual entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu (1982). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História/UFRRJ, Seropédica.

SILVA, Gabriel do Nascimento. Um Atentado à Paixão do Povo: fé e política na evangelização da diocese de Nova Iguaçu nas décadas de 1960 e 1970. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – UERJ, Rio de Janeiro.

SILVA, Heber Ricardo da. A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.

SILVA, Helenice Rodrigues. Roger Chartier. In.: LOPES, Marcos Antônio e MUNHOZ, Sidnei J..(orgs.). Historiadores de nosso tempo. São Paulo: Alameda, 2010.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: Leitura de um território pela História. In. RECONCAVO: Revista de História da UNIABEU. Vol.3, Num.05. Nilópolis, Jul-Dez/2013.

SILVA, Maria Fátima de Souza. Das Terras de Mutambó ao município de Mesquita - RJ: Memórias da Emancipação nas Vozes da cidade. 1.<sup>a</sup> ed. Mesquita: Entorno, 2007.

\_\_\_\_\_. Memória, identidade e poder em disputa: Tentativas de emancipação do município de Mesquita/ RJ – Baixada Fluminense. Disponível no site: [www.rj.anpuh.org/.../Maria%20Fatima%20de%20Souza%20Silva.doc](http://www.rj.anpuh.org/.../Maria%20Fatima%20de%20Souza%20Silva.doc) em 20/07/2009.

SILVA, Odemir Capistrano. Aqueles anos verdes da nossa história. Pilares da História; nº 2, Ano II. Duque de Caxias, 2003. PP 55.

SILVA, Percival Tavares Da. Origem e Trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB 1974 / 1992). Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos Avançados em Educação. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1994.

SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica emancipações Municipais na Baixada Fluminense. Niterói, RJ, 2007. p. 292. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Fluminense.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais e autogestão em Nova Iguaçu. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro.

SIQUEIRA. Giselle dos Santos. Getúlio Cabral: Trajetória e Morte de Um Militante Comunista em Duque de Caxias, na Guanabara e em Salvador. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História/UERJ, Rio de Janeiro. 2014.

SKIDMORE, Thomas. Brasil, de Castelo a Tancredo (1964-1985). [8<sup>a</sup> Ed. 2004] Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

\_\_\_\_\_. Brasil, de Getúlio a Castelo (1930-1964). [13<sup>a</sup> Ed. 2003] Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.

SÓTENOS, Abner Francisco. O Movimento Amigos de Bairro (MAB) no Rio de Janeiro: seu surgimento, desenvolvimento e a visão da comunidade de informações

no período de distensão política (1974-1982). Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ/PPGHIS, Rio de Janeiro. 2013.

SOUZA, Sonali Maria de. Da laranja ao lote; transformações sociais em Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, Museu Nacional, PPGAS Dissertação de Mestrado, 1992

STEPAN, Alfred C. Os militares na política. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

STONE, Lawrence. Prosopografia. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. V. 19, Nº 39: 115-137 JUN. 2011.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964. Visões críticas do golpe. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

VICENTE, Edson Borges. Nova Iguaçu, Cidade Mãe do nascimento de Iguassú a gestão de Iguaçu Nova em uma abordagem geográfica. Disponível no site: <http://www.geeducador.xpg.com.br/textos/artigoedson.pdf>, em 20/07/2009.

**APÊNDICE A:****DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DE NOVA IGUAÇU**

Este apêndice pretende estabelecer bases para consulta de dados dos atores políticos iguaçuanos, de forma a fornecer elementos mínimos sobre alguns personagens políticos atuantes em Nova Iguaçu no século XX que foram abordados em nossos estudos. Visa preencher parte das lacunas historiográficas por nós identificadas assim como dar contribuição para trabalho maior desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, instituição que tem buscado traçar o perfil dos políticos brasileiros desde a década de 1930, o que veio resultar no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB, com sua primeira edição publicada em 1984.<sup>194</sup> Para o presente trabalho selecionaremos uma quantidade pequena de políticos iguaçuanos, de acordo com sua importância para esta dissertação e a disponibilidade de dados biográficos, para os quais buscamos produzir de verbetes nos moldes daquele dicionário.

Cabe esclarecer que nosso recorte espacial é a cidade de Nova Iguaçu, como o título deste anexo indica. Mas o cotejo espacial é complementado pelo temporal, no que cumpre destacar que os biografados estiveram em atividade político-partidária no período do regime autoritário. Isto não significa que demos exclusividade aos políticos iguaçuanos que iniciaram suas carreiras entre 1964 e 1985, mas aos políticos da Baixada Fluminense com alguma relação, eleitoral, parlamentar, liderança partidária, etc. com este município fluminense no período da ditadura à redemocratização.

As fontes de consulta para este trabalho de nossa dissertação foram a mesma bibliografia consultada para a confecção da dissertação, além de sítios eletrônicos como os da Câmara dos Deputados Federal, Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu ou de outros órgãos, bem como entrevistas de campo, realizadas diretamente com o biografado ou com parentes ou assessores mais próximos, sobretudo nos casos em que o personagem político já veio a falecer.

Entre os verbetes serão encontrados políticos carreiristas, ou profissionais, mas também alguns personagens com passagem efêmera pela política institucional.

---

<sup>194</sup> O Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro está atualmente em fase de atualização coordenada pelo professor e pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica do Brasil Contemporâneo da fundação – CPDOC/FGV Fernando Lattman-Weltman.

Vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais são apresentados, alguns acumulando vários mandatos em um único cargo outros com experiência política em níveis institucionais variados da república brasileira.

Nosso objetivo não foi, absolutamente, esgotar os dados biográficos destes políticos. Assim como não foi o de cobrir todas as personagens políticas iguaçuanas ou desta região, mas, de maneira diversa, dar início ao mapeamento deste grupo de atores sociais que interferiram na vida de uma parcela significativa da sociedade fluminense e que constitui grande hiato no conhecimento acadêmico e uma incógnita no campo do conhecimento dos estudos sociais da região da Baixada Fluminense.

É importante observar que alguns verbetes foram produzidos, integralmente ou parcialmente, com outros objetivos, por instituições de diferentes naturezas. No entanto, diante da escassez de dados biográficos para a maior parte dos políticos locais e da total falta de um acervo que os reunisse de maneira sistêmica, preferimos adotá-los aqui como base de consulta para posterior ampliação e, quando for o caso, correção.

Para facilitar a consulta os verbetes foram dispostos por ordem alfabética, sem estabelecer uma hierarquia em termos de importância política, da quantidade de mandatos ou frequência com que aparecem em nossa pesquisa.

**Aluízio Pinto de Barros** – Prefeito eleito pelo PTB em 1962 e empossado em 1963. Após o golpe militar governou pouco mais de quatro meses até que encaminhou um pedido de licença do cargo para participar de uma concorrência pública na prova de títulos para o cargo de tabelião do Cartório do 4º Ofício iguaçuano. Quando foi nomeado e empossado pelo governador na atividade cartorária a Câmara Municipal de Nova Iguaçu cassou seu mandato sob a acusação de acúmulo de função pública, algo que não pode ser melhor esclarecido até o momento. Após este afastamento, e com o impedimento de retomar as atividades à frente da prefeitura de Nova Iguaçu não identificamos nenhuma atividade política do mesmo na cidade.

**Antônio Joaquim Machado** – Atuando enquanto colunista do Correio da Lavoura Machado iniciou uma campanha eleitoral que lançava seu nome juntamente do de Ary Schiavo, às candidaturas aos cargos de prefeito e vice-prefeito de Nova Iguaçu, ainda pelo PTB. Após o golpe e com o estabelecimento do bipartidarismo a candidatura veio se concretizar pela legenda do MDB em 1966, sendo empossados em 31 de janeiro de 1967. Vencedores, Ary e Antônio passam a ter um governo que em princípio

aparentava certa tranquilidade e colaboração da Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Mas em meados de março a base do governo passa a votar com a oposição levando a um processo de afastamento do prefeito e de seu vice, sob acusações de má gestão. Absolvido e empossado prefeito ainda em 1967, permanecendo no cargo por onze meses, até ser também cassado, desta vez sob suspeitas de envolvimento com atos ilícitos praticados por seu filho, que estava atuando na administração municipal desde sua ascensão ao governo. Apesar de ter se desligado do MDB e se filiado na ARENA com vistas a se sustentar no cargo a cassação foi realizada e a CMNI empossou novamente um presidente de câmara na prefeitura de Nova Iguaçu. Além de não dispormos de outros dados biográficos não pudemos verificar também se Machado buscou reestabelecer atuação político-partidária nos anos posteriores.

**Ary Schiavo**<sup>195</sup> - Nasceu na cidade de Pirai – RJ, no dia 20 de setembro de 1915, filho de Antônio Schiavo e Leonor Spindola de Gouvêa Schiavo. Era o filho mais velho e o casal teve ainda mais 3 filhos: Ruth, Dalcy e Ennes. Ainda Menino mudou-se com a família para Paracambi-RJ, onde começou a estudar num colégio estadual e, como naquela época a vida era muito difícil, começou a trabalhar muito cedo no ramo do comércio. Em 1936 foi trabalhar com Telécio Barbosa, também comerciante e seu futuro cunhado, pois no ano seguinte começou um namoro com Arinda Barbosa, irmã de seu patrão.

No ano de 1939, após economizar algum dinheiro, comprou seu próprio comércio, juntamente com seus irmãos e seus pais. Em 1940 pode ampliar os negócios abrindo uma leiteria em Quintino Boicaiúva, na cidade do Rio de Janeiro, que foi dirigida por seus pais. Em 1941 casava-se em Paracambi com sua esposa Arinda, e foram morar em Quintino. No ano seguinte, em 1942, venderam a leiteria mudando-se para o Méier, concentrando-se no comércio de Japeri que era o “Armazém Para Todos”, podendo ampliá-lo. Naquela época, como ainda não havia estrada de rodagem, as mercadorias chegavam à Japeri pelos vagões da Estrada de Ferro Central do Brasil. A vida era difícil e ainda existia a epidemia da febre conhecida como “malária”. Diante dessa situação de calamidade, para sobreviver era necessário aprender muitas coisas e Ary Schiavo aprendeu a dar injeções, conseguindo, com isso, curar muitos amigos. Em

---

<sup>195</sup> Memorial de Ary Schiavo produzido por Wallace Schiavo, filho único do biografado, gentilmente cedido pelo senhor Paulo Schiavo, sobrinho, através do contato que pudemos estabelecer com a senhora Carmem Schiavo.

1944 nasceu seu único filho, Wallace, e mudaram-se para Japeri, indo morar nos fundos do “Armazém Para Todos” e nesse mesmo ano conseguiu comprar um terreno com 90.000m<sup>2</sup> em Japeri, onde pode construir uma casa grande e ir morar com toda a família. Em 1947 ingressava na política e foi eleito vereador pelo antigo partido PSD. Em 1950, com mais experiência, foi reeleito vereador e, dentro do legislativo municipal, conseguiu ser o presidente da câmara por quatro anos consecutivos. Em 1953 foi nomeado Serventuário de Justiça. No ano seguinte, em 1954, foi eleito prefeito do Município de Nova Iguaçu, quando conseguiu realizar muitas obras e começar a transformar Japeri numa futura cidade. No período de 1959 a 1965 foi deputado estadual. No ano de 1966 conseguiu novamente eleger-se prefeito de Nova Iguaçu. Ary Schiavo foi comerciário, comerciante, subdelegado de polícia, tabelião e na política foi, duas vezes vereador, sendo presidente da Câmara Municipal por quatro anos consecutivos, duas vezes deputado estadual e duas vezes prefeito. Em 1977 adoeceu e abandonou a política. Viveu ainda, exclusivamente para sua família, até 26 de novembro de 1988, quando veio a falecer na cidade de Nova Iguaçu.

**Bolivard Gomes de Assumpção** – Médico e político iguaçuano, iniciou a carreira legislativa em 1963 quando assumiu seu primeiro mandato. Foi vereador por dois 2 mandatos, chegando a exercer a presidência da CMNI. No bipartidarismo esteve filiado a ARENA, pelo qual se candidatou na sub legenda vencedora do pleito de 1970 para um mandato de dois anos no executivo municipal iguaçuano. Foi o primeiro prefeito que cumpriu um mandato integral desde o golpe de 1964, ainda que fosse um “mandato tampão” de apenas dois anos, nos períodos de 31 de janeiro de 1971 a 30 de janeiro de 1973, transmitindo o cargo para o também arenista e ex-interventor Joaquim de Freitas.

**Darcílio Aires Raunhetti** - Darcílio iniciou sua vida pública ocupando a quinta suplência na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, pela UDN em 1962.

Em 1965, Darcílio, então filiado ao MDB, partido que exercia oposição política ao governo militar instaurado em 1964, candidatou-se a deputado estadual, sendo o segundo mais votado da legenda em Nova Iguaçu. Durante sua atuação no legislativo estadual iniciou uma relação de apoio ao regime, elegendo-se deputado estadual em 1970 e deputado federal em 1974 e 1978. Em 1979, filiou-se ao PDS, reelegendo-se em 1982.

Defensor do regime militar, impôs resistência às eleições para governadores, senadores e deputados e colocou-se a favor da transferência do pleito de 1982 para 1986. Também fez oposição à volta das eleições diretas para presidente da República, representada pela emenda Dante de Oliveira, apresentada na Câmara em 25 de abril de 1984.

Faleceu em 1986, transferindo sua base eleitoral ao irmão, Fábio Raunheitti.

**Fábio Raunheitti**<sup>196</sup> – *Fábio Raunheitti* nasceu em Nova Iguaçu (RJ), no dia 11 de setembro de 1928, filho de José Raunheitti e de Dulcélia de Moura Raunheitti. Seu irmão, Darcílio Aires, foi deputado federal pelo Rio de Janeiro de 1975 a 1986.

Bacharel pela faculdade de direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1952, tornou-se tabelião substituto do 5º distrito de Nova Iguaçu, e entre 1968 e 1970 ocupou o cargo de secretário de Educação e Cultura do município. De 1975 a 1976 presidiu a Fundação Educacional de Nova Iguaçu e concomitantemente a Companhia Municipal de Desenvolvimento, cargo que manteve até 1982. Proprietário da Universidade de Nova Iguaçu, fundou e dirigiu a Sociedade de Ensino de Nova Iguaçu.

Herdeiro das bases políticas do irmão falecido em 1986, no pleito de novembro daquele ano elegeu-se deputado federal e constituinte pelo Rio de Janeiro na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Tomou posse em fevereiro de 1987. Titular da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, e suplente da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, votou a favor do presidencialismo, do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, da anistia para os micro e pequenos empresários, da legalização do jogo do bicho e do aviso prévio proporcional. E contra a descriminalização do aborto, a proibição do comércio de sangue, a limitação dos encargos da dívida externa, a criação de um fundo de apoio à reforma agrária, a desapropriação da propriedade produtiva, a estabilidade no emprego e a pluralidade sindical. Promulgada a Constituição, integrou-se à Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo da Câmara e à Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

---

<sup>196</sup>Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/parlamentaresconstituintes/constituicao20anos\\_bioconstituintes?pk=104097](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/parlamentaresconstituintes/constituicao20anos_bioconstituintes?pk=104097)

Reelegeu-se em outubro de 1990, sempre na legenda do PTB, e assumiu o mandato em fevereiro de 1991, mantendo sua participação na Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

No pleito de outubro de 1992, ainda pelo PTB, foi malsucedido na tentativa de conquistar a prefeitura de Nova Iguaçu.

Acusado pelo desvio de verbas do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) através de guias de internação falsas emitidas pelo Hospital-Escola São José, de sua propriedade, e condenado a devolver oitocentos mil dólares à União, Raunheitti viu-se envolvido em um novo escândalo, em outubro de 1993, quando o economista José Carlos Alves dos Santos revelou o esquema de corrupção montado na Comissão de Orçamento. Alvo da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava a denúncia, Raunheitti também foi incriminado pelo Tribunal de Contas da União, por ter desviado aproximadamente 15 milhões de dólares para entidades sociais de propriedade de sua família. No dia 12 de abril de 1994 a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara recomendou a sua cassação, concretizada em plenário uma semana depois. Em junho de 1994, o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, denunciou-o perante o Supremo Tribunal Federal (STF) por delitos contra a administração pública. Em março de 1996, após uma auditoria na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Nova Iguaçu, de propriedade da família de Raunheitti, o TCU condenou a instituição a devolver 465 mil reais à União.

No pleito de outubro de 1996, o sobrinho de Raunheitti, Eduardo Gonçalves, foi eleito vice-prefeito de Nova Iguaçu na chapa encabeçada por Néelson Bornier, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Demonstrando ter mantido intacta a sua influência política o ex-deputado foi responsável pela indicação de quatro secretários, entre eles o de Saúde. Em 2001, a então denominada Universidade de Nova Iguaçu (Unig), da qual Raunheitti era chanceler, foi denunciada por facilitação de diplomas. Em abril de 2002, tornou-se réu na ação penal que tramitou no STF e na Justiça Federal do Rio referente aos desvios no Hospital-Escola São José. A demora resultou na prescrição dos crimes para Raunheitti, tendo o processo sido extinto, sem julgamento.

Faleceu no dia 22 de dezembro de 2005.

Foi casado com Lígia Gonçalves Raunheitti, com quem teve quatro filhos. O mais velho, Fábio Gonçalves Raunheitti, elegeu-se deputado estadual no Rio de Janeiro, em outubro de 1998.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. *Repertório* (1987); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (1991-1995); COELHO, J. & OLIVEIRA, A. *Nova; Correio Brasiliense* (19/1/87); *Folha de S. Paulo* (19/1/87, 14/10/96); *Globo*(13/4/94 e 28/3/96); *Jornal do Brasil* (22 e 25/10/93, 14 e 17/11/93, 11/1, 20/4, 13/5, 8/6, 13/10/96); *Perfil parlamentar/IstoÉ* (1991); *Veja* (20/10/93);

[http://www.terra.com.br/istoe/1646/educacao/1646\\_sacoleiros\\_ensino4.htm](http://www.terra.com.br/istoe/1646/educacao/1646_sacoleiros_ensino4.htm); [http://www.direito2.com.br/stf/2002/abr/3/stf\\_instaura\\_acao\\_penal\\_contra\\_deputado\\_do\\_rio\\_de\\_janeiro](http://www.direito2.com.br/stf/2002/abr/3/stf_instaura_acao_penal_contra_deputado_do_rio_de_janeiro); <http://alertabrasiltextos.blogspot.com/2006/07/sobrinho-de-ano.html>

**Getúlio Barbosa de Moura**<sup>197</sup> – Nasceu em Itaguaí (RJ) no dia 10 de junho de 1903, filho de Joaquim Mariano de Moura e de Amélia Barbosa de Moura.

Cursou o internato do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e tornou-se em 1924 funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Após a vitória da Revolução de 1930, da qual participou como chefe do movimento rebelde em Nova Iguaçu (RJ), em dezembro do mesmo ano depôs o prefeito daquela cidade e assumiu o cargo. Entretanto, conflitos relacionados com a administração municipal e divergências com o governo federal determinaram mais tarde a ocupação da cidade por tropas do Exército. Getúlio de Moura foi afastado do cargo e em seguida processado em virtude de ter responsabilizado o Governo Provisório por crime político.

Em 1931 bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, especializando-se em direito criminal. Em outubro do mesmo ano foi anistiado por Getúlio Vargas.

Em maio de 1933 elegeu-se suplente de deputado pelo estado do Rio de Janeiro à Assembléia Nacional Constituinte na legenda da União Progressista Fluminense, não chegando a participar dos trabalhos constituintes. No período que se seguiu, ocupou uma cadeira na Câmara Municipal de Nova Iguaçu e foi presidente da casa de 1936 até novembro de 1937, quando, com a instauração do Estado Novo, os órgãos legislativos do país foram suprimidos. Retornou à prefeitura de Nova Iguaçu em março de 1945, ali permanecendo até novembro do mesmo ano, um mês após a queda do Estado Novo.

Com a redemocratização do país, elegeu-se em dezembro de 1945 deputado pelo estado do Rio de Janeiro à Assembléia Nacional Constituinte na legenda do Partido

---

<sup>197</sup> DHBB/FGV

Social Democrático (PSD). Assumindo sua cadeira em março do ano seguinte, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (18/9/1946), passou a exercer mandato ordinário. Nessa legislatura ocupou de 1947 a 1948, o cargo de segundo-secretário da mesa da Câmara, tendo em janeiro deste último ano votado contra a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), cujo registro fora cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em maio de 1947.

Reelegeu-se sucessivamente, na mesma legenda, em outubro de 1950 e de 1954, com os votos oriundos da Baixada Fluminense, que congregava grande população de baixa renda e onde a atuação de chefes políticos, conhecidos como “caciques”, era mais evidente pelo controle dos chamados “currais eleitorais”. Membro da cúpula do PSD, Getúlio Moura foi um desses chefes, controlando os donos de cartório da região, distribuindo favores e manejando a máquina administrativa local.

Em outubro de 1958 disputou o governo do estado do Rio de Janeiro, mas foi derrotado pelo candidato do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Silveira. Deixando a Câmara em janeiro de 1959, ao concluir seu terceiro mandato, assumiu posteriormente a vice-presidência e depois a presidência da Rede Ferroviária Federal, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Ainda em 1959, foi nomeado embaixador extraordinário do Brasil em Honduras, tendo feito outras viagens ao exterior para estudar as questões ferroviárias, por indicação do governo federal, e também para participar da delegação brasileira junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

Foi secretário de Obras Públicas do estado do Rio de Janeiro no governo de Celso Peçanha (1961-1962). Em outubro de 1962 voltou a se eleger deputado federal por seu estado na legenda do PSD e assumiu o mandato em janeiro de 1963, tornando-se, a partir de junho desse ano, vice-líder de seu partido na Câmara. Após o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart (1961-1964), foi nomeado no mês seguinte ministro extraordinário para assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República, ocupada interinamente durante duas semanas pelo presidente da Câmara Federal, Pascoal Ranieri Mazzilli. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao governo, do qual se tornou vice-líder em março de 1966.

Em novembro de 1966 foi reeleito na legenda do MDB, tendo exercido, a partir de fevereiro de 1967, a segunda vice-presidência da Câmara. No exercício do mandato, foi presidente das comissões de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, de Redação, de Serviço Público, de Constituição e Justiça e de Orçamento, além de membro efetivo da Comissão de Educação e Cultura. Em fevereiro de 1969 teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos por força do Ato Institucional nº 5 (AI-5), editado em dezembro de 1968.

Fundou a Associação Rural de Nova Iguaçu e presidiu a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro até sua morte, no dia 10 de julho de 1981.

Foi casado com Maria Barbosa de Moura.

Publicou Raul Fernandes (1967), Contra a projetada fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1967) e José do Patrocínio e Nilo Peçanha e a atualidade brasileira.

FONTES: ARQ. DEP. PESQ. JORNAL DO BRASIL; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. Anais; CÂM. DEP. Deputados; CÂM. DEP. Deputados brasileiros. Repertório (5 e 6); CÂM. DEP. Relação dos dep.; CÂM. DEP. Relação nominal dos senhores; CISNEIROS, A. Parlamentares; Diário do Congresso Nacional; FRANCO, A. Escalada; GALVÃO, F. Fechamento; Globo (11/7/81); Grande encic. Delta; Jornal do Brasil (28/10/79); SILVA, G. Constituinte; TRIB. SUP. ELEIT. Dados (1, 2, 3, 6 e 8).

**João Batista Barreto Lubanco** – Fluminense de Itaperuna nasceu em 10 de outubro de 1932. Filho de SICRANA e FULANO, comerciante na localidade, estudou direito e tornou-se servidor da Câmara de Deputados do Estado do Rio de Janeiro no início da década de 1950.

por sua vez, integrante do mesmo partido de Darcílio e ligado aos irmãos Raunheitti, elegeu-se vice-prefeito de Nova Iguaçu, em 1972, juntamente com o ex-interventor, nessa ocasião prefeito também pela ARENA, Joaquim de Freitas. Em 1974, assumiu a prefeitura após a renúncia do prefeito de Nova Iguaçu, em um processo aparentemente sem conflitos, no qual a população não se pronunciou, mantendo a pretensa aparência de “ordem”.

**João Luiz do Nascimento** – Vice prefeito no governo de Aloízio Pinto de Barros, João Luiz assumiu a prefeitura por pouco mais de dois anos, desde o afastamento daquele pela Câmara Municipal de Nova Iguaçu. Afastou-se do cargo em

1966 para concorrer ao cargo de deputado estadual pela ARENA. Atuou na política municipal durante os anos do regime civil-militar, sempre filiado a ARENA, tendo desempenhado papéis de relevância no interior do diretório municipal daquele partido.

**João Ruy de Queiroz Pinheiro**<sup>198</sup> – Nascido na cidade Nilópolis (à época distrito de Nova Iguaçu), Estado do Rio de Janeiro, no dia 17 de Junho de 1934, o 5º filho do Professor, Poeta e Escritor João Barbosa Pinheiro (autodidata veterinário, químico e astrônomo) e da Professora Stella de Queiroz Pinheiro (educadora e política, com participação ativa na história da baixada fluminense, foi vereadora, única mulher na América Latina a comandar um Tiro de Guerra EIM 400 (formou 900 soldados), fundadora da Cruz Vermelha e dos Hospitais de Nilópolis e Nova Iguaçu).

Sua infância foi passada entre corredores escolares onde teve sua formação primária no Instituto Julio de Abreu Gomes (posteriormente Colégio Anacleto de Queiroz). Na adolescência cursou o ginásio no Colégio Leopoldo em Nova Iguaçu, onde já manifestava o desejo de ser professor, a mercê da vocação, inteligência e cultura herdada dos pais. Cursou o antigo curso científico no Colégio GAMA FILHO em seguida iniciou o curso preparatório para professores do MEC em Niterói antiga Capital do Estado do Rio de Janeiro e, em Nova Friburgo, interior do Estado do Rio, onde adquiriu os registros de Secretário Escolar, Professor de Educação Física e Geografia.

Em 1959 concluiu o curso de Bacharel em Direito na Universidade Gama Filho. e casou-se com a Professora Valdete Elias Pinheiro, com quem teve quatro filhos, Estela Elias Pinheiro (Arquiteta), Rosângela Elias Pinheiro (Pedagoga, Pianista e Professora de Música, Cláudia Elias Pinheiro (Fonoaudióloga e Psicomotricista e Jorge Ruy Elias Pinheiro (Empresário). Sua trajetória como educador iniciou-se no Colégio Anacleto de Queiroz, dirigido por sua mãe Professora Stella de Queiroz, exercendo as funções de Secretário Educacional, Professor. Foi Diretor da Escola Municipal Nilo Peçanha em Nilópolis e Diretor Técnico da Escola Técnica de Comércio do Colégio Anacleto de Queiroz, dos cursos suplência de ensino médio antigo artigo 99, onde formou centenas de cidadãos oriundos de toda a baixada fluminense, influenciando e motivando que continuassem os estudos de terceiro grau contribuindo assim, o crescimento da Baixada Fluminense.

---

<sup>198</sup> Disponível em: <http://marcosmanso.com.br/blog/?p=67>

Em Nova Iguaçu foi Vice-Diretor do Instituto de Educação Rangel Pestana, onde recebeu o convite para exercer o cargo de Diretor do Colégio Monteiro Lobato considerado a maior Escola Municipal do Município em seguida assumiu o cargo de Secretário de Educação.

No dia 25 de fevereiro de 1969 foi nomeado Interventor Federal de Nova Iguaçu com apenas 33 anos sendo um homem devotado à causa pública e perfeitamente identificado com os problemas do município onde realizou brilhante administração. Como: exemplo:

- Calçamento, Iluminação e praça com Chafariz na Divisão de Transporte da PMNI (conhecida como Garagem);

- Gabinete Dentário na Escola Municipal Shangilá;

- Conseguiu em convênio 20 mil mudas de Árvores que foram plantadas nas Ruas e Praças da cidade;

- Em Julho de 1970 fez um convênio com a COHAB Fluminense para construção de 500 casas próprias para população em Belford Roxo, Conjunto Habitacional de apartamentos na Rua Dr. Barros Junior e Conjunto Habitacional de apartamentos na Av. Roberto Silveira.

- Praça Santos Dumont;

- Construção do Segundo pavilhão do Colégio Monteiro Lobato (Anexo);

- Ginásio de Esportes do Colégio Monteiro Lobato;

- Construção do Colégio Roberto Silveira;

- Construção da Praça 31 de março (em frente ao Colégio Roberto Silveira)

- Construção do Colégio Marcio Caulino;

- Calçamento da Rua Guatemala e Av. Treze de Maio,

- Urbanização do Lote 15;

- Galeria no Bairro K 11;

Apoiou seu sucessor o Dr. Bolivard de Assumpção, ficando no cargo até 30 de janeiro de 1971. Após esse período retorna ao magistério como Professor e Diretor do Colégio Anacleto de Queiroz até o ano de 1974. Nesse mesmo ano fundou com sua esposa Professora Valdete Elias Pinheiro em Cabuçu, Nova Iguaçu, o Ginásio Presidente Médici (posteriormente Liceu Presidente Médici). Nessa trajetória abriu mais seis filiais pelo município cujas escolhas ofereciam bolsas de estudos gratuitos de 1º a 8º série. O Liceu Presidente Médici de Cabuçu conseguiu abrigar 3000 alunos distribuídos nos cursos: Fundamental, Técnico de Contabilidade, e Formação de

Professores (com o nome de Escola Normal Santa Therezinha). Essa entidade funcionou por 15 anos.

Em 1975 se candidatou a Deputado estadual tomando posse em 15 de março de 1975 onde fez parte da primeira legislatura da Assembléia do Estado Rio de Janeiro (criada após a fusão do Estados (Rio e da Guanabara) até 31 de fevereiro de 1976 quando abdicou para se candidatar sendo eleito através do voto popular como Prefeito Municipal de Nova Iguaçu tomando posse em 1º de janeiro de 1977, em que pese, à época, Nova Iguaçu, ser um território que englobava os 6 distritos: Sede, Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Vila de Cava e Japerí – considerado a 7ª cidade do Brasil em população depois do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador à época com 1.300.000 habitantes (est. 1978) com uma área de 764 Km².

Traçou como sua norma de ação governamental a trinômia Educação, Saúde e Saneamento, conseguindo, no período dos dois primeiros anos realizarem nesses setores o equivalente a 50% do que fora feito nos 142 anos anteriores desde a fundação do município, beneficiando todos os bairros onde podemos citar alguns feitos abaixo:

- Reurbanização do Bairro Califórnia, Conjunto Habitacional Esplanada;
- Construção do Conjunto Habitacional Mario Andressa com O BNH;
- Calçamento da Emílio Guadagny (Atual Prefeito Montes Paixão);
- Abastecimento de Água para o Distrito de Mesquita (Atualmente Município);
- Calçamento da Rua Nicéia;
- Calçamento da Rua Lídia;
- Calçamento da Av. Miguel Couto;
- Construção da Escola Municipal Ruy Berçot de Mattos;
- Reurbanização da Praça da Liberdade;
- Atual Sede da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu – Marco arquitetônico para toda a Baixada, e talvez a mais bela Sede do Poder Executivo em toda a região;
- Oficialização do Brasão das Armas do Município de Nova Iguaçu;
- Reconhecimento do Hino Oficial da Cidade de Nova Iguaçu autoria dos Professores Thereza Stella Pinheiro Lopes (Música) e Paulo da Costa Navega (Letra);
- Construção do Hospital da Posse da Posse;
- Urbanização da Estrada da Posse;
- Calçamento da Av. Guadalajara;
- Calçamento da Av. Abílio Augusto Távora (Antiga Est. de Madureira);

- Doação do Terreno para Clube de Regata do América Futebol Clube em Mesquita.

Terminando seu mandato em 03 de janeiro de 1983.

Faleceu na presença de seus filhos e netos no dia 29 de novembro de 1997.

**Joaquim de Freitas** – Interventor em 1966 e prefeito eleito em 1972, o professor Joaquim de Freitas atuou na política municipal dentro do diretório da ARENA. Sob acusações de má administração e de dano ao erário municipal e sofrendo forte pressão política da oposição e de aliados renunciou a prefeitura em 1975, para não sofrer cassação. Não há relato de sua atuação política nos anos posteriores a sua renúncia.

**Jorge Gama** – *Jorge Gama de Barros* nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 17 de setembro de 1942, filho de Manuel de Barros e de Noêmia de Oliveira Gama de Barros.

Escrivente de justiça na comarca de Nova Iguaçu (RJ), formou-se em ciências jurídicas e sociais na Universidade Federal Fluminense, em 1969. No pleito de novembro de 1976, elegeu-se vereador em Nova Iguaçu, pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. Empossado em fevereiro do ano seguinte, presidiu a Comissão de Justiça e a Comissão de Redação da Câmara Municipal.

Ligado ao movimento comunitário e à Igreja Católica, na Baixada Fluminense, renunciou ao mandato de vereador para conquistar uma cadeira de deputado federal em novembro de 1978, sempre pelo MDB. Na Câmara dos Deputados, participou da Comissão de Serviço Público. Com o fim do bipartidarismo, em novembro de 1979, e a consequente reorganização partidária, ingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sucessor do MDB.

Em 1982, escolhido candidato do PMDB a vice-governador do Rio de Janeiro nas eleições de novembro daquele ano, derrotando as pré-candidaturas de Rafael de Almeida Magalhães, Paulo Rates e Válder Silva, compôs a chapa de Miro Teixeira, que obteve a terceira colocação nas urnas. O pleito deu a vitória ao candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Leonel Brizola.

Em janeiro de 1983, pouco antes de encerrar o mandato, Jorge Gama participou do I Encontro de Prefeitos do PMDB, em Petrópolis (RJ), onde defendeu a unidade do

partido contra a existência de correntes ideológicas que se abrigavam sob a legenda. Em novembro, foi eleito presidente do PMDB fluminense.

Em junho de 1985, teve atuação decisiva nas articulações partidárias que resultaram na escolha de Jorge Leite, em disputa com Artur da Távola, como candidato às eleições para a prefeitura do Rio de Janeiro. Realizado em novembro seguinte, o pleito consagrou o candidato do PDT, Roberto Saturnino Braga.

Em abril de 1986, Gama foi um dos responsáveis pela montagem da Aliança Democrática no Rio de Janeiro, coalizão que reuniu diversos partidos em torno da candidatura de Wellington Moreira Franco ao governo do estado. Em novembro, concorrendo a uma vaga na Câmara dos Deputados, obteve uma suplência. Assumiu, todavia, a Secretaria de Administração e, posteriormente, a de Trabalho, no governo Moreira Franco.

Em outubro de 1989, foi convocado para a vaga do deputado Aluísio Teixeira, na Câmara dos Deputados, voltando à suplência em dezembro do mesmo ano. Em janeiro de 1990, voltou a substituir o mesmo Aluísio Teixeira e apresentou projeto de lei visando à criação de uma universidade pública federal na Baixada Fluminense.

Concorreu à reeleição em outubro de 1990, mais uma vez sem êxito. Deixou a Câmara dos Deputados ao término da legislatura, em janeiro de 1991.

Em outubro de 1992, à frente de uma comissão nomeada pela Prefeitura de Nova Iguaçu, inaugurou uma unidade da Universidade Federal Fluminense (UFF) no município com os cursos de direito, ciências contábeis e administração. Em abril de 1994, teve seu nome incluído numa lista apreendida pelo Ministério Público na qual vários políticos eram citados como tendo sido beneficiados por doações feitas por banqueiros de jogo do bicho, atividade ilegal no país. Na ocasião, foi acusado de ter recebido dinheiro da contravenção para sua campanha a deputado federal em 1990.

Filiado ao Partido Progressista (PP), no pleito de outubro de 1994 candidatou-se à Câmara dos Deputados, mas não conseguiu se eleger. Com suspeitas de fraude devido ao número excessivo de votos em branco, a eleição foi, no entanto, anulada por determinação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado. Marcado um novo pleito para novembro seguinte, Gama decidiu não concorrer.

Integrou a Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada e da Região Metropolitana (SEDEBREM) no período de 31 de março a 31 de dezembro de 2006.

Casou-se com Maria de Lurdes Marques de Barros, com quem teve dois filhos.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (1979-1983, 1991-1995); *Globo* (23/5 e 24/7/82, 21/8/85, 1/4/94 e 20/3/96); INF. BIOG.; *Jornal do Brasil* (20/11/78, 12/5/82, 26/1/83, 16/12/84, 29/6/85, 9/4/86, 25/5/87, 23/8 e 13/11/90 e 1/4/94); <[www.governo.rj.gov.br/](http://www.governo.rj.gov.br/)>. Acesso em: 15 de nov. de 09.

**Luiz Guimarães** – Médico Pediatra, irmão de Mário Guimarães. Foi prefeito de Nova Iguaçu em meados dos anos 1950 (31/01/1951 - 30/01/1955) pela UDN. Exerceu ainda o cargo de deputado estadual pela UDN e ARENA.

**Mário Guimarães** – Nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 7 de abril de 1908, filho de Adriano Guimarães, magistrado na Bahia e funcionário do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, e de Maria Ana Guimarães.

Diplomou-se em 1930 pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Transferiu-se então para Nova Iguaçu, para assumir a posto de delegado da 7ª Região Policial do Estado do Rio de Janeiro. Em setembro do ano seguinte, tornou-se promotor público adjunto da Justiça do Distrito Federal, e em outubro de 1933 testamenteiro e tutor judicial da Justiça do Distrito Federal.

Eleito deputado estadual pelo Rio de Janeiro em 1934, na legenda do Partido Popular Radical (PPR), fundado no ano anterior, exerceu o mandato de 1935 a 1937, quando o Estado Novo instaurado pelo presidente Getúlio Vargas extinguiu, no dia 2 de dezembro de 1937, todos os partidos políticos. O regime de exceção duraria até 1945.

Em 1947, Mário Guimarães elegeu-se deputado estadual constituinte, desta vez pela legenda da União Democrática Nacional (UDN). Exerceu a liderança do partido na Assembléia Legislativa fluminense e encerrou o mandato em 1950, quando assumiu o posto de diretor da Caixa Econômica Federal (CEF) no estado do Rio de Janeiro, chegando, em 1955, à presidência dessa instituição no estado.

No pleito de outubro de 1954 elegeu-se suplente de deputado federal na legenda da UDN, assumindo uma cadeira na Câmara dos Deputados nos meses de outubro e novembro do ano seguinte e a partir de junho de 1956. Em maio de 1957 tornou-se vice-líder de seu partido na Câmara.

Em outubro de 1958 elegeu-se mais uma vez suplente de deputado federal pelo Rio de Janeiro na legenda da UDN. Deixou a Câmara em janeiro do ano seguinte, voltando a ocupar uma cadeira em maio de 1961, e exercendo, a partir de julho desse

mesmo ano, o cargo de vice-líder da minoria e da UDN na Casa. No mês seguinte deixou a Câmara dos Deputados.

Na gestão do governador Roberto Silveira (1959-1961), exerceu o cargo de secretário do Interior e Justiça do estado do Rio de Janeiro. No pleito de outubro de 1962, candidatou-se a senador pelo Partido Republicano (PR), obtendo apenas uma suplência.

A partir de então passou a exercer apenas a advocacia na região da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro.

Foi ainda membro do conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), procurador da prefeitura municipal de Nova Iguaçu e membro da Academia Iguaçuana de Letras.

Faleceu em Nova Iguaçu no dia 16 de outubro de 1991.

Era casado com Araci Sales Guimarães, filha do médico Sales Teixeira, primeiro prefeito eleito de Nova Iguaçu. Teve três filhos, um dos quais o magistrado Luís Carlos Sales Guimarães, que se tornou desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (1946-1967); CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; INF. FAM.; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (2, 3 e 4).

**Mário Pereira Marques Filho** - Natural de Nova Iguaçu. Advogado, foi juiz de paz da Comarca de mesmo nome, entre 1967 e 1970, e secretário de administração da prefeitura de 1967 a 1968. Elegeu-se vereador em seu primeiro mandato pela ARENA, em 1970, com 2.397 votos, sendo reeleito em 1972, pelo mesmo partido, com 3.025 votos.

Em sua campanha de vereador de 1970 elencava, além da atuação de Juiz de Paz com realização de mais de 3500 casamentos em cerca de três anos, suas atividades de presidente do Tênis Club de Mesquita, diretor do Departamento de Administração Municipal de Nova Iguaçu em duas gestões e do cargo de Diretor de Patrimônio do Nova Iguaçu Country Club.

Foi suplente de Deputado Estadual (1974-1978) pelo mesmo partido e participou da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal, como relator, em duas legislaturas (1970/ 1972 e em 1976).

Foi reeleito vereador pela terceira vez em 1976 (ARENA) com 3.024 votos. Filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), em 1981, no qual permaneceu até 1990. Reeleito pela quarta vez em 1982, foi o 3º mais votado do município, com 4.761 votos. Foi líder da bancada do PDS e fundador do partido (1980/ 1982) no município.

Ainda pelo PDS, em 1988 foi reeleito vereador com 1.180 votos, quando atuou como Relator da *Lei Orgânica de Nova Iguaçu*, em 1988 e em 1990.

Candidatou-se à Câmara dos Deputados, em 1990, pela legenda do PTR, obtendo 4.882 votos – ficando na 5ª suplência. Reelegeu-se vereador pela sexta vez consecutiva em 1992, obtendo 1.615 votos, sendo o 1º da coligação PTR/ PST. Na mesma ocasião, elegeu-se também 2º Vice-presidente da Câmara Municipal de Nova Iguaçu.

Ao ser reeleito vereador pela 7ª vez consecutiva, em 1996, já pelo PPB, obteve 2.772 votos e foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, de 1999 a 2000. Na presidência da Câmara encomendou o livro *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*, que foi publicado em 2000. Este projeto já indicava sua inclinação para projetos culturais e preocupação com a memória da cidade.

Aos 63 anos, tornou-se pela primeira vez prefeito de seu município, após 30 anos de mandatos legislativos, tendo assumido o cargo em 2002 quando o prefeito Nelson Roberto de Oliveira Bornier (PSDB) afastava-se para concorrer ao cargo de deputado federal. Foi responsável pela criação da primeira pasta voltada para a cultura municipal, a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Nova Iguaçu, tendo ainda inaugurado a Casa de Cultura e mandado publicar, por ocasião dos 170 anos da Cidade o livro *De Iguassú a Nova Iguaçu. 170 anos (1833-2003)*.

Em 2004, foi novamente candidato à Prefeitura de Nova Iguaçu pela coligação *Crescer sempre com Deus e com o Povo*, perdendo para o candidato do PT, Lindberg Farias.

Em 2008 e 2012 tornou a candidatar-se a vereança, não alcançando êxito. No entanto a vitória de seu aliado político em 2012, Nelson Roberto de Oliveira Bornier (PMDB), para o cargo de prefeito o reintroduziu na atividade política através da sua nomeação, em 2013, para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Agricultura e Turismo – SEMDAT, órgão municipal iguaçuano. Atualmente ocupa o referido cargo no governo Bornier.

**Ronald Cardoso Alexandrino**<sup>199</sup>

Nascido em 7 de julho de 1931, no município de Nova Iguaçu, filho de Joaquim Alexandrino e Oscarina Cardoso Alexandrino, ainda, menino, iniciou uma longa jornada de labor.

Desde 1943, com 12 anos de idade até 1946, trabalhou como operário no barracão de laranjas do italiano Alberto Cocozza, do italiano Francesco Panella e do brasileiro Antônio de Oliveira, todos em Nova Iguaçu e depois na Companhia Industrial de Conservas Del Rio, também em Nova Iguaçu, no mesmo lugar do primeiro barracão. Inicialmente, na referida indústria, ganhava por produção, e por este sistema tinha salário de trabalhador maior, depois, por esse mesmo fato, o empregador achou demasiado seu salário, e passou a pagá-lo por dia, como menor. Foi uma gritante injustiça, que sofreu logo no início de sua vida.

Em 1947, com 16 anos de idade, por motivos de saúde, teve de deixar o trabalho braçal, e foi contratado pelo Tabelião do 8º Ofício de Nova Iguaçu, para exercer a atribuição de Auxiliar de Cartório. Em 15. 1. 1949, foi transferido para o Cartório do 1º Ofício, onde passou a ganhar praticamente o dobro. Em 1952. Com 21 anos de idade, foi nomeado Tabelião e Escrivão interino do Cartório do 1º Ofício, em virtude da vacância do mesmo Tabelião, que foi transferido para São João de Meriti e pela falta de substituto legal.

Acompanhou o tabelião transferido, Dr. Egas Moniz, para São João de Meriti (Cartório do 3º Ofício), sendo nomeado Escrevente de Justiça a partir de 1952. e exercido essa função até dezembro de 1958, quando se formou em Direito. É bacharel em direito pela antiga Faculdade de Direito do Distrito Federal (UDF), depois UEG e atualmente UERJ. tendo colado grau em 16 de dezembro de 1958. Inscreveu-se na OAB, primeiro como solicitador (o atual estagiário), em 1957 e depois como advogado, em 1959, com o nº 1.678, que mantém até hoje. Até hoje, passados cinquenta (50) anos, exerce ininterruptamente a profissão de advogado. Recém formado, em 1º de fevereiro de 1959. foi nomeado Chefe de Gabinete do Prefeito Arruda Negreiros, de Nova Iguaçu e em abril do mesmo ano. foi nomeado Substituto de Promotor de Justiça de Nova Iguaçu (cargo demissível à livre discricção do Governador), e por um breve período de seis (6) meses, serviu na Comarca de São João

---

<sup>199</sup> Este verbete foi retirado do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 491/2007, Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/8bb07e0124e0370f832573b5004f19ee?OpenDocument>.

de Meriti, quando do afastamento do titular, que respondeu a processo administrativo. Esse exercício foi concomitante com o de Chefe de Gabinete, aqui aludido. O cargo de Promotor Substituto foi extinto em 1962, pela Lei 4.111/62, que passou a exigir a nomeação para a referida investidura somente mediante concurso público. Nesse interregno, em 1961. Foi nomeado Procurador da Prefeitura de Nova Iguaçu, exercendo os cargos em comissão de Diretor de Fazenda e Procurador Geral, até 31 de janeiro de 1963, quando terminou o mandato do Prefeito Arruda Negreiros. A pedido deste, o representou no alocado e transmitiu o cargo de Prefeito para o seu sucessor, Aluizio Pinto de Barros do antigo PTB, que era o Vice-Prefeito.

Em 20 de dezembro de 1964, foi nomeado Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro, por indicação dos saudos homens públicos Mário Guimarães e Luiz Guimarães, exercendo suas funções nas Comarcas de São João de Meriti. Nova Iguaçu. Petrópolis e Rio de Janeiro. Com a fusão dos dois Estados, em 1975 (Rio de Janeiro e Guanabara). Exerceu, na Comarca da Capital, a função de 1º Curador Especial, tendo sido promovido por merecimento (como das vezes anteriores), para o cargo de Defensor Público no Tribunal de Alçada Cível, aposentando-se, a pedido, por tempo de serviço, em novembro de 1991.

Por duas vezes (dois mandatos), foi eleito por seus colegas, representante da Defensoria Pública na Coordenação da Defensoria Pública, que era o órgão dirigente da instituição. Primeiro no Governo Chagas Freitas, quando era Procurador Geral da Justiça o Dr. Amaro Cavalcanti Linhares. Depois no Governo Leonel Brizola, sendo Secretário de Justiça o Dr. Vivaldo Barbosa.

Municipalista convicto, em 7 de julho de 1972, data de seu aniversário, sustentou no plenário do Congresso do Ministério Público e da Assistência Judiciária, que estava se realizando em Nova Friburgo, presentes o Procurador Geral da Justiça Gastão Menescal Carneiro, o Presidente da Assembleia Legislativa Joaquim de Freitas e o Governador do Estado Raymundo Padilha, além de outras altas autoridades (Presidentes dos Tribunais de Justiça e Eleitoral, Desembargadores, Promotores, Defensores Públicos e advogados), a tese principal do conclave, apoiando a Portaria do mencionado Procurador Geral que determinava aos Promotores de Justiça a fiscalização dos atos municipais. Escreveu o trabalho que intitulou "Controle das Normas Jurídicas Municipais por iniciativa do Ministério Público", que foi aprovado por aclamação e que foi impresso posteriormente, pela Gráfica e Editora Jornal de Hoje desta cidade. Antes disso, em 1967 foi nomeado Diretor do Departamento do Patrimônio do Estado

do Rio de Janeiro, pelo Governador Jeremias de Matos Fontes. A duração dessa investidura não excedeu a sete (7) meses, dada a diária atividade no referido cargo, em Niterói, e o reduzido vencimento, com sensível prejuízo para os trabalhos do escritório de advocacia.

Ainda universitário de direito, passou a exercer intensa atividade política, eleito que foi membro efetivo do Diretório Municipal da União Democrática Nacional - UDN, tendo concorrido à Câmara Municipal de Nova Iguaçu, pela mesma legenda, logrando a primeira suplência que não exerceu, porque, embora se dando a vaga preferiu continuar na administração municipal, na qual estava incumbido de tarefas de grande relevância. Subsecretário, e Secretário Geral do Diretório Municipal da UDN (União Democrática Nacional), foi seu último Presidente até quando os antigos Partidos Políticos foram extintos pelo Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965.

Nessa mesma época, em 1968, foi nomeado Chefe de Gabinete do Prefeito Antônio Joaquim Machado, por imposição do governador Jeremias de Matos Fontes, para tentar contornar uma crise política, que mais tarde não conseguiu evitar, com a cassação do mandato do aludido Prefeito.

Exercia a chefia do Gabinete do mencionado Prefeito (1968/1069) quando elaborou trabalho doutrinário que fez entrega ao Governador já mencionado, em solenidade no Palácio Itaboraí em Petrópolis. Sugerindo a criação de uma Secretaria de Estado, com a denominação de Secretaria Extraordinária de Coordenação dos Assuntos da Baixada Fluminense (SECAB), que não teve resultado prático, mas que é a origem remota da atual Secretaria da Baixada.

Em 1971/1972 foi convidado pelo Prefeito Bolivard Gomes de Assumpção, para ocupar a chefia de seu Gabinete, e ao término deste período, não aceitou o convite do então deputado estadual Joaquim de Freitas, eleito Prefeito de Nova Iguaçu, para continuar no cargo, mas não teve como evitar a nomeação para as funções então criadas, de Consultor Geral, que exerceu, de 01/01/1973 até 7 de setembro do ano seguinte (1974), do qual pediu exoneração pela incontornável divergência com a administração do Prefeito.

Em 1968 foi contratado pelo Estado do Rio de Janeiro para lecionar "Organização Social e Política Brasileira", no Instituto de Educação de Nova Iguaçu atuação que se renovou pelo ano de 1969.

Em 1973 foi contratado pela antiga SESNI (Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu), atual UNIG, para lecionar Estudos de Problemas Brasileiros, na

Faculdade de Filosofia Ciência e Letras de Nova Iguaçu e em 1974. Foi admitido pela mesma instituição, para lecionar Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Nova Iguaçu, exercício que perdurou até 1991 quando pediu dispensa. Em 1980 passou à categoria de professor titular, com registro no MEC pelos títulos e trabalhos apresentados.

Têm o curso de doutorado (Seção de Direito Público), na antiga Faculdade Nacional de Direito, atual UFRJ, frequentado em 1967/1968 e o mestrado em Direito (Direito do Estado), da Universidade Gama Filho, nos anos de 1985/1986.

Em 1970 foi eleito, por expressiva maioria, para exercer o mandato de Presidente da Subseção da OAB em Nova Iguaçu, em cuja eleição contou com o apoio dos mais renomados advogados da época, a frente Mário Guimarães. Paulo Frões Machado, Fernando Nunes Brigagão, Aidy Martins Pereira, Paulo Duque Estrada Meyer. António Cianni e outros notáveis profissionais da advocacia.

Em 1991 foi eleito Conselheiro da OAB/RJ, reeleito sucessivamente até 2003, com 5 mandatos sucessivos. Foi Presidente da mais importante Comissão da OAB/RJ - a Comissão de Estágio e Exame de Ordem, de 1996 a 2003.

Integrou na OAB as Comissões de Orçamento e Contas, da qual foi Presidente e a de Ensino Jurídico, criada pelo Conselho Seccional por indicação de sua autoria.

Após os cinco mandatos sucessivos na OAB/RJ foi eleito Conselheiro Federal da OAB, representando o Rio de Janeiro, tendo tomado posse em 1º de fevereiro de 2004, perante o Conselho Federal da OAB em Brasília, e eleito Presidente da Comissão Nacional de Exame de Ordem, que exerceu até o término do seu mandato, em 31 de janeiro de 2007, durante o qual reformulou o sistema do Exame de Ordem, apresentando novo Provimento sobre o assunto, que, aprovado pelo Conselho Federal e publicado, se encontra em vigor. Foi o segundo iguaçuano a exercer tal mandato, precedido anteriormente, no longínquo ano de 1959/1960, apenas pelo grande e notável advogado Mário Guimarães. No Estado do Rio de Janeiro, resultante da fusão, é o primeiro.

É membro de várias instituições culturais, tais como o Instituto dos Advogados Brasileiros (do qual foi Diretor Secretário), do Instituto de Direito Administrativo, com sede no Paraná, do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (São Paulo), da Associação Brasileira dos Constitucionalistas (Instituto Pimenta Bueno - também com sede em São Paulo) e do Instituto de Direito Comparado Luso Brasileiro, com sede no Rio de Janeiro.

Foi membro e Presidente da Arcádia Iguauana de Leiras (AIL), durante vários mandatos, e também Diretor Tesoureiro da Biblioteca Desembargador Acácio Aragão que tinha sede no Fórum Itabaiana. Criada pelo Juiz Admário Alves de Mendonça, sonho concretizado pelo então Juiz Enéas Marzano, depois Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral. Dita Biblioteca foi fechada por ato de um Presidente do Tribunal de Justiça que havia sido, com brilho Juiz de Direito em Nova Iguaçu e o respectivo patrimônio, de grande valor, material e cultural com milhares de livros, muitos deles estrangeiros e raros, que tinham pertencido ao patrono da Biblioteca, foi transferido para a Faculdade de Direito de Nova Iguaçu. Proferiu conferências em vários Estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Bahia, Goiás e Distrito Federal), sobre os mais palpitantes assuntos de direito, ultimamente ligados ao Ensino do Direito e ao Exame de Ordem, primeiro da OAB/RJ e posteriormente da OAB Nacional.

É advogado militante desde abril de 1957, antes de sua formatura -- sem qualquer interrupção - portanto, há exatos 50 anos.

Faleceu em 27 de novembro de 2011.

**Sebastião de Arruda Negreiros**<sup>200</sup> - nasceu em 28 de março de 1884 na localidade de São Pedro, no município de Piracicaba (São Paulo). Formou-se em Magistério e Direito. Em 1912, mudou-se para o Rio de Janeiro, fixando residência em São João de Meriti que, na época, ainda era distrito do município de Nova Iguaçu.

Assumiu o cargo de subdelegado em Meriti, concorrendo posteriormente a vereador. Foi eleito em 1922 para a Câmara Municipal de Nova Iguaçu, sendo o presidente da Câmara em 1923.

Seu primeiro mandato de prefeito ocorreu durante a Revolução de 30, quando Getúlio Vargas tomou posse. Plínio Casado, nomeado Interventor do estado do Rio de Janeiro por Vargas, escolheu Arruda Negreiros como Interventor do município de Nova Iguaçu. Sua posse foi em 19 de dezembro de 1930.

Seu mandato foi pautado pela criação de diversas estradas no município (como a Estrada Dr. Plinio Casado, Estrada Nova Iguaçu-Anchieta, Estrada de Santa Rita, Estrada Rio-Petrópolis-Magé e Estrada do Xerém, além de outras).

---

<sup>200</sup> Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Sebasti%C3%A3o\\_de\\_Arruda\\_Negreiros](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sebasti%C3%A3o_de_Arruda_Negreiros)

Também teve importância para a memória histórica do município, ao criar o maior acervo fotográfico de Nova Iguaçu, chamado atualmente “Coleção Arruda Negreiros”, em posse do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu.

Em 1946, após a abertura política ocorrida no ano anterior, Arruda Negreiros participou da eleição de para prefeito de Nova Iguaçu pela coligação do PTB com a UDN. Tomou posse em 18 de outubro de 1947.

Nesse segundo mandato, Nova Iguaçu já estava bem diferente, tendo perdido boa parte de seu território após a emancipação de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, e tendo sua população aumentada de cerca de 51 mil habitantes (no início da década de 1930) para aproximadamente 300 mil. Sendo que, dessa população, 90% eram migrantes do Nordeste, de Minas Gerais, do Espírito Santo e do interior do estado, além de alguns estrangeiros.

Já nessa época, antes de sua industrialização, Nova Iguaçu tornou-se “cidade-dormitório”, pois grande parte de seus moradores trabalhavam na cidade do Rio de Janeiro. Conseqüentemente, problemas de infra-estrutura começaram a surgir.

Apesar das dificuldades administrativas que surgiram durante seu segundo mandato, Arruda Negreiros foi eleito deputado estadual em 1951, após concluir seu mandato de prefeito.

Em 1958, foi eleito prefeito mais uma vez, assumindo o cargo no ano seguinte. Durante seu terceiro mandato, fundou o Colégio Monteiro Lobato, principal escola municipal de Ensino Fundamental de Nova Iguaçu. Concluiu esse último mandato em 1962.

Faleceu em 21 de março de 1965.

**Simão Sessim** – *Simão Sessim* nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 8 de dezembro de 1935, filho de Sessim David e de Regina Simão. Seu irmão, Jorge David, foi prefeito de Nilópolis (RJ) entre 1989 e 1993. Seu primo Aniz Abraão David, da Escola de Samba Beija Flor de Nilópolis e acusado de envolvimento com a contravenção, jogo do bicho.

Filiado à União Democrática Nacional (UDN) desde 1962, foi diretor do Instituto de Educação Rangel Pestana, em Nova Iguaçu (RJ), no período de 1964 a 1969. Em 1965, iniciou curso de direito na Universidade Gama Filho, bacharelado-se em 1969. Nesse mesmo ano ingressou na Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de apoio ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. Ainda em 1969,

tornou-se secretário municipal de Educação em Nova Iguaçu. Deixou esse cargo em 1970 para ocupar a chefia de gabinete da prefeitura do município. Em 1971, foi nomeado procurador-geral em Nilópolis (RJ), cargo em que permaneceu até 1972.

Nas eleições municipais de novembro desse último ano, foi eleito prefeito de Nilópolis na legenda arenista. Empossado em fevereiro seguinte, exerceu o mandato até 31 de janeiro de 1977, ano em que tornou-se assessor da presidência da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREN).

De acordo com Alves (ALVES,2003), iniciou-se, na década de 1970, a vinculação das relações políticas com o jogo do bicho no município, cujos antecedentes remetem ao apoio financeiro da família Razuk, de São João de Meriti, a Roberto e Bagder da Silveira, ambos do PTB, durante a década de 1950.

Tendo como principal reduto eleitoral o município de Nilópolis, disputou, com êxito, uma vaga na Câmara dos Deputados, em novembro de 1978. Iniciando seu mandato em fevereiro de 1979, no ano seguinte filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), agremiação que, com o fim do bipartidarismo (21/11/1979), deu continuidade à Arena. Durante o exercício do mandato, integrou a Comissão de Transportes e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou denúncias de irregularidades na Petrobras e na Light.

Em novembro de 1982 reelegeu-se deputado federal. Assumindo o novo mandato em fevereiro de 1983, presidiu a Comissão de Transportes e foi titular da Comissão de Redação da Câmara, tendo ainda integrado a CPI sobre o ensino privado.

Na sessão da Câmara de 25 de abril de 1984, esteve ausente da votação da emenda Dante de Oliveira que, se confirmada pelo plenário, restabeleceria as eleições diretas para presidente da República em novembro seguinte. Como a emenda não obteve a votação necessária para ser enviada ao Senado, a sucessão do presidente João Batista Figueiredo ficou para ser decidida através da realização de um colégio eleitoral, solução que vinha sendo adotada desde a instauração do regime militar.

Assim, em agosto de 1984, a Convenção Nacional do PDS aprovou a candidatura do ex-governador de São Paulo e deputado federal Paulo Maluf, que derrotou na ocasião a pré-candidatura do ministro do Interior, o coronel Mário Andreazza. No mesmo período, a oposição reunida na Aliança Democrática — coligação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com a dissidência do PDS batizada de Frente Liberal — lançou o nome do ex-governador de Minas Gerais Tancredo Neves, tendo como vice o senador José Sarney.

No Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985, Sessim apoiou a candidatura de Tancredo contra a orientação oficial de seu partido. Obtendo esmagadora vitória sobre Maluf, o candidato oposicionista não chegou, contudo, a assumir a presidência. Gravemente enfermo, foi substituído na chefia do Executivo por Sarney, empossado interinamente em 15 de março de 1985 e efetivado no cargo em 21 de abril seguinte, quando o ex-governador mineiro veio a falecer.

Ainda em 1985, Sessim deixou o PDS e filiou-se ao Partido da Frente Liberal (PFL). Ao longo da legislatura 1983-1987, integrou a CPI que investigou irregularidades no funcionamento do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e as comissões de Transporte, Esporte e Turismo da Câmara e de Orçamento do Congresso Nacional.

Elegeu-se deputado federal constituinte nas eleições de novembro de 1986, dessa vez na legenda do PFL. Empossado em fevereiro seguinte, integrou-se como titular aos trabalhos da Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas, da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, e como suplente da Comissão de Sistematização.

Como deputado constituinte, votou contra a pena de morte, a limitação do direito de propriedade privada, a jornada semanal de 40 horas, a pluralidade sindical, a estatização do sistema financeiro, a criação de um fundo de apoio à reforma agrária e a legalização do aborto. Votou a favor do mandado de segurança coletivo, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, da unicidade sindical, do voto facultativo aos 16 anos, do presidencialismo, da nacionalização do subsolo, do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e da desapropriação da propriedade produtiva. Primo do banqueiro de jogo do bicho Anísio Abraão David, Sessim também votou a favor da legalização dessa atividade.

Com a promulgação da nova Constituição em 5 de outubro de 1988, continuou no exercício de seu mandato ordinário como deputado federal. Na Câmara, durante a legislatura 1987-1991, integrou as comissões de Viação e Transportes, de Desenvolvimento Urbano e Interior e de Fiscalização e Controle, além de ter novamente participado da Comissão de Orçamento no Congresso Nacional.

Em outubro de 1990 foi mais uma vez eleito para a Câmara dos Deputados, na legenda do PFL. Empossado em fevereiro de 1991, integrou novamente as comissões de Viação e Transportes e de Desenvolvimento Urbano e Interior.

Na sessão de 29 de setembro de 1992, manifestou-se favoravelmente à abertura de processo de *impeachment* contra o presidente da República, Fernando Collor de Melo, acusado de crime de responsabilidade pela CPI que investigou denúncias de corrupção contra o ex-tesoureiro de sua campanha presidencial, Paulo César Farias. Afastado da presidência após a votação na Câmara, Collor acabou renunciando ao mandato em 29 de dezembro seguinte, antes mesmo de ser cassado pelo Senado. Foi substituído no cargo pelo vice Itamar Franco, que vinha exercendo a função interinamente desde o dia 2 de outubro.

Em abril de 1994 — ano em que filiou-se ao Partido Progressista Reformador (PPR), agremiação nascida da fusão do PDS com o Partido Democrata Cristão (PDC) — o nome de Sessim foi descoberto em uma lista de pessoas que supostamente teriam recebido dinheiro do jogo do bicho. Apreendida pelo Ministério Público no escritório do bicheiro Castor de Andrade, no Rio de Janeiro, a lista incluía, além de vários políticos, membros do Poder Judiciário, advogados de renome e delegados de polícia.

Ainda durante esse mandato, Sessim pronunciou-se favoravelmente à criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e esteve ausente da sessão que instituiu o Fundo Social de Emergência (FSE) e da votação sobre a proposta de adoção do voto facultativo. Concebidos para garantir o financiamento do plano de estabilização econômica do governo federal (Plano Real), o IPMF e o FSE seriam prorrogados na legislatura posterior, sempre com o voto de Sessim.

No pleito de 3 de outubro de 1994, elegeu-se pela quinta vez consecutiva deputado federal pelo Rio de Janeiro, na legenda do PPR, obtendo a maioria dos votos de suas bases eleitorais nos municípios de Nilópolis, Majé e Itaguaí. Dezesesseis dias depois, no entanto, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) decidiu anular a eleição por suspeitas de fraude. Marcado novo escrutínio para 15 de novembro seguinte, Sessim foi finalmente reeleito, sendo empossado na Câmara em fevereiro de 1995 e tornando-se mais uma vez membro da Comissão de Viação e Transportes.

Durante o processo de reforma constitucional de 1995 — ano em que transferiu-se para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) —, caracterizou-se pela fidelidade às orientações governistas, votando a favor da abertura da navegação de cabotagem às embarcações estrangeiras, da revisão do conceito de empresa nacional, da abolição do monopólio estatal nas telecomunicações, na exploração do petróleo pela Petrobras e na distribuição do gás canalizado pelos governos estaduais, e da prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), antigo FSE.

Candidato à prefeitura de Nilópolis no pleito de outubro de 1996, foi derrotado pelo candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT), José Carlos Cunha. Em novembro seguinte, o TSE decidiu revogar o pleito de novembro de 1994 e restabelecer o resultado de outubro. Considerando que as denúncias de fraude não tinham sido devidamente comprovadas, o tribunal determinou nova diplomação da bancada do Rio de Janeiro, de acordo com o resultado da primeira eleição. Vitorioso nos dois pleitos, Simão Sessim foi reempossado na Câmara em 17 de fevereiro de 1997, continuando a exercer normalmente seu mandato.

Ainda no mesmo mês, foi favorável à emenda que estabeleceu o direito de reeleição para prefeitos, governadores de estado e presidente da República. Em novembro seguinte, votou contrariamente ao destaque ao projeto de reforma administrativa do governo que instituiu a possibilidade de demissão no funcionalismo público em caso de mau desempenho do servidor ou toda vez que os gastos com pessoal superassem 60% da arrecadação do Estado.

Também em 1997, saiu do PSDB e filiou-se ao Partido Progressista Brasileiro (PPB), agremiação formada pela fusão do PPR com o Partido Progressista (PP). Na Câmara, foi presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior.

No pleito de outubro de 1998, Sessim reelegeu-se deputado federal na legenda do PPB fluminense. Em novembro seguinte, votou contra os destaques da reforma da previdência que propunham o estabelecimento de um teto para as aposentadorias do funcionalismo público e a adoção dos critérios de idade mínima e de tempo de contribuição na concessão dos benefícios para o setor privado. Assumiu seu novo mandato na Câmara em fevereiro de 1999 e foi favorável à proposta de lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000. Em 2002 votou favoravelmente a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2004.

Nas eleições de outubro de 2002, foi mais uma vez reeleito deputado federal. Assumiu o mandato em fevereiro de 2003 e nessa legislatura foi presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, e titular da de Orçamento. Ainda em 2003, participou da fundação do Partido Progressista (PP), dissidente do PPB. Em 2005, representou a Câmara dos Deputados na Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque.

Reeleito em 2006, obteve quase 100 mil votos. Nessa legislatura, iniciada em fevereiro de 2007, presidiu a Comissão de Seguridade Social e Família e foi titular da Comissão de Fiscalização e Controle.

Foi também diretor do Colégio Estadual Aidano de Almeida e fundador e diretor do Instituto de Educação de Nova Iguaçu.

Casou-se com Shirley Sampaio Sessim, com quem teve dois filhos.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. *Repertório* (1987-1988); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (1991-1995, 1995-1999, 1999-2003); COELHO, J. & OLIVEIRA, A. *Nova; Folha de S. Paulo* (1/11/98 e 2/2/99); *Globo* (26/4/84, 16/1/85, 1/4/94, 20/3/96, 5/2/97 e 7/10/98); *Jornal do Brasil* (15/9/94); *Olho no Congresso/Folha de S. Paulo* (31/1/95, 14/1/96, 30/1/97 e 5/2/98); *Olho no voto/Folha de S. Paulo* (18/9/94 e 29/9/98); *Perfil parlamentar/IstoÉ* (1991); TRIB. SUP. ELEIT. *Relação* (1998); *Veja* (10/6/87).